UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

RECLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS E OS POSSÍVEIS IMPACTOS
NOS INDICADORES PRUDENCIAIS E DE RENTABILIDADE DOS BANCOS
BRASILEIROS

Diana Lúcia de Almeida

Orientador: Prof. Dr. Luiz Nelson Guedes de Carvalho

SÃO PAULO
2010

Prof. Dr. João Grandino Rodas
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Economia

Prof. Dr. Fábio Frezatti
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Edgard Bruno Cornachione Júnior
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

DIANA LÚCIA DE ALMEIDA

**RECLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS E OS POSSÍVEIS IMPACTOS
NOS INDICADORES PRUDENCIAIS E DE RENTABILIDADE DOS BANCOS
BRASILEIROS**

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Nelson Guedes de Carvalho

SÃO PAULO

2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Almeida, Diana Lúcia de

Reclassificação dos ativos financeiros e os possíveis impactos
nos indicadores prudenciais e de rentabilidade dos bancos brasileiros
/ Diana Lúcia de Almeida. -- São Paulo, 2010.
208 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2010.

Orientador : Luiz Nelson Guedes de Carvalho.

1. Padrões e normas contábeis 2. Contabilidade internacional 3.
Instituição financeira I. Universidade de São Paulo. Faculdade de
Economia, Administração e Contabilidade. II. Título.

CDD – 657.0218

Aos meus pais e irmã Celinha, pelo total apoio.

**À minha avó Virgínia (*in memoriam*), por me
inspirar a ir cada dia mais longe.**

Meu mestrado foi marcado por desafios, alegrias e obstáculos que tive que vencer. Jamais poderei me esquecer das pessoas que fizeram tanta diferença na minha vida.

Como diz o sábio Prof. Gilberto, mestrado é “opção pelo caminho da solidão”. Nele só estamos nós mesmos, os livros e Deus. Por isso, agradeço primeiramente a Ele, por todo amparo ao longo desta longa jornada.

Meu eterno agradecimento ao meu orientador, Prof. Nelson Carvalho, por acreditar em mim e aceitar me orientar, pela fineza, pela sempre presente ajuda, por todas as dicas, ensinamentos e por abrir tantas portas que facilitaram a consecução deste trabalho.

Meu profundo agradecimento aos Professores Gustavo Loyola e Lúcio Capelletto por aceitarem participar da minha banca de qualificação e defesa, contribuindo com valiosas considerações e com tamanha sabedoria.

Ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo apoio financeiro e à USP pela oportunidade de ter contato com brilhantes professores e todos os seus ensinamentos: Prof. Ariovaldo dos Santos, Prof. Bruno Salotti, Prof. Eliseu Martins, Prof. Geraldo Barbieri, Prof. Gerlando Lima, Prof. Gilberto Martins, Prof. Iran Lima e Prof. Reinaldo Guerreiro.

Ao Prof. Gilberto e a todos os presentes na LXXVIII Discussões Metodológicas, por todas as sugestões de melhoria para o trabalho.

Ao Prof. Bruno, pelos ensinamentos ao longo do PAE, na disciplina de Contabilidade Introdutória, e por me dar a oportunidade de substituí-lo nas circunstâncias permitidas. E, aos queridos alunos, pelo saboroso gosto de ser professora. Foi muito bom sentir o prazer de ajudar alguém a crescer.

A todos os funcionários da USP e da FIPECAFI, pela eficiência profissional, em especial à Cris, Rodolfo e Iná pela sempre pronta ajuda e por facilitarem nossas vidas. Ao Prof. Aquino e Regina Valbom, pelo profissionalismo e agilidade na revisão.

À Kelly Farias, Manoel, Nalbinha, Pedro, Paty, Chiqueto, Paulo Pecht, Camila Boscov, Éric Martins, Sarah, Carlos Cotrim, Paulo Andrade e Suzi Lopes pela valiosa ajuda com contatos, dúvidas, materiais, discussões, ideias e/ou sugestões de melhorias.

À Andréia Figueiredo pela sua valiosíssima contribuição, ao esclarecer tantas dúvidas, compartilhar materiais, indicar contatos e pela paciente leitura.

Aos profissionais dos bancos respondentes, por todo apoio. Gostaria muito de mencionar o nome de cada um de vocês, mas o sigilo quanto ao nome da instituição não me permite.

Ao Banco Fibra, por meio de Ricardo Fuscaldi, Victor Zago, Sérgio Ferraz e Claudio Yamada, por toda ajuda nos meus primeiros passos.

Aos amigos de turma, pela convivência e troca de conhecimento: Adriano Alcalde, Adriano Bertoldo, Douglas, Eloane, Fernando Henrique, Isabel, Mitsue, Patrícia, Paulo Panarella, Renato, Rodrigo, Simone e Tânia.

Ao trio Paty, Paulo e Pedro, que comigo formaram o “quarteto fantástico”. Nunca me esquecerei de vocês, mesmo que o tempo e a distância nos leve a caminhos separados.

Aos meus pais, irmã Celinha, Vagner e Juninho por me apoiar, entender e me amar, mesmo com toda minha ausência. À minha irmã Silvia e aos demais familiares, pela torcida.

À Tia Maria, Tio Maurício, Nara, Dudu, Marcelo, Dri, Chris e Marco pelo carinho, hospitalidade e apoio na minha chegada e adaptação à terra da garoa.

À prima Lilica, amigas Karina e Ana Cris por mais de 1 década de sólida amizade e por toda torcida. Obrigada Manuela Santin por toda ajuda e torcida ao longo do processo de seleção, Suguihara, pelas ideias para a dissertação e Daniela Bittencourt, pela leitura e comentários.

Aos amigos “estrangeiros” Maísa e Bruno, que no momento que mais precisei, souberam aquecer meu coração com palavras tão doces e aconchegantes.

Não poderia deixar de agradecer às minhas queridas doutoras Daniela e Cláudia, que tão bem cuidaram de mim, em todo momento que precisei.

Para finalizar, meu mestrado foi um período extremamente difícil, mas também de muito aprendizado e crescimento como profissional e ser humano. Se o resultado deste trabalho puder ser considerado um sucesso, o mérito é todo nosso. Caso contrário, todos os erros são de minha única e exclusiva responsabilidade.

**“Se eu vi mais longe, foi por estar de pé sobre
ombros de gigantes”**

Isaac Newton

RESUMO

Motivados pela crença de que um único conjunto de normas contábeis tecnicamente robusto seria fundamental para maior transparência nas informações, redução dos custos de capital, eliminação dos custos de adequação das demonstrações financeiras para outro conjunto de normas, redução dos riscos e, conseqüentemente, atração de mais investimentos, em 2002 o FASB assina o acordo de convergência com o IASB, no qual os órgãos se comprometem a desenvolver conjuntamente padrões contábeis compatíveis e de alta qualidade, que possam ser usadas no ambiente doméstico e internacional. A norma IAS 39, por ter sido considerada complexa desde sua emissão, já havia entrado no escopo de revisão conjunta entre o IASB e o FASB. Entretanto, a crise financeira de 2008 trouxe à tona algumas fraquezas da norma e ambos os órgãos foram pressionados a acelerar o processo de sua revisão. Em resposta à crise, o projeto foi dividido em três etapas, das quais a primeira é sobre classificação e mensuração dos instrumentos financeiros. Como parte do projeto, em novembro de 2009 foi emitida a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Esta norma introduz novos requerimentos para a classificação e mensuração dos ativos financeiros. Dentre as mudanças as quatro categorias de mensuração dos ativos financeiros - valor justo pelo resultado, mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda – foram eliminadas e introduzidas duas categorias - custo amortizado e valor justo. Tal alteração instigou uma análise sobre seus possíveis impactos. Nesse sentido, este trabalho procurou analisar, dentro do contexto da introdução da IFRS 9, se a mudança na classificação dos ativos financeiros introduz alteração estatisticamente significativa nos indicadores prudenciais e de rentabilidade dos bancos no Brasil. Para isso foi focada a reclassificação da categoria disponível para venda para a categoria valor justo. A amostra é não probabilística e formada por 38 bancos brasileiros. As variáveis operacionais são: Índice da Basiléia, Índice da Basiléia por Capital Nível I, Índice de Imobilização, Retorno sobre Ativos (ROA) e Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE). A estratégia de pesquisa utilizada foi a simulação e a significância das médias dos resultados de cada indicador, antes e depois da simulação, foram testados estatisticamente por meio do teste não-paramétrico de Wilcoxon. Os resultados indicaram que não há variação da estrutura do Patrimônio de Referência (PR) e, portanto, não há impacto no Índice de Imobilização. Com relação ao demais indicadores, a reclassificação dos ativos provoca um aumento estatisticamente significativo na média do Índice da Basiléia, enquanto as médias do ROA e do ROE reduziram. Para a média do Índice da Basiléia por Capital Nível I não há evidências estatísticas de variação significativa. Todos os resultados da pesquisa consideraram um nível de confiança de 95% e o respectivo nível de significância de 5%. Contudo, considerando que os testes estatísticos se basearem numa amostra não probabilística, os resultados encontrados são extensivos apenas aos bancos componentes da amostra. Este estudo contribuiu adicionalmente ao debate sobre o uso de reclassificações para fins de gerenciamento de resultados, concluindo que a IFRS 9 é mais restritiva, quando comparado à IAS 39 após emenda de 2008. No que tange aos objetivos da revisão da IAS 39, percebe-se uma melhoria, em especial ao reduzir o número de categorias de classificação dos ativos financeiros, apesar de ser ainda cedo para afirmar que a mudança introduzida pela IFRS 9 reduziu a complexidade da IAS 39. Por fim, nota-se um movimento de convergência entre as normas contábeis e prudenciais, apesar de divergências entre ambas ainda permanecerem.

ABSTRACT

Driven by the belief that only one technically robust set of standards would be fundamental for increased transparency in information, reduced capital costs, eliminated costs to adapt financial statements to a new set of standards, risks reduction and, consequently, by the attraction of international investments, in 2002 FASB signed a convergence agreement with IASB, according to which the bodies agreed to work together to develop compatible and high quality accounting standards that could be applied for both domestic and cross-border financial reporting. IAS 39 has been considered complex since it was issued and had already been included in the scope of revision by IASB and FASB. However, the 2008 financial crisis emerged IAS 39 weaknesses, being both bodies pressured to accelerate the revision. In response to the crisis, the project was divided in three phases and the first one regards to classification and measurement of financial instruments. As part of the project, in November 2009 IFRS 9 Financial Instruments was issued. The new standard introduces new requirements for classification and measurement of financial assets. Among the changes, the four categories – fair value through profit and loss, held to maturity, loans and receivables and available for sale – were eliminated and two categories were introduced – amortized cost and fair value. This change instigated an analysis about its possible impacts. In that sense, this research aimed to analyse, within the context of IFRS 9, if the change in financial assets classification introduces statistically significant changes in the prudential and the profitability ratios of banks in Brazil. To that end, the reclassification from available for sale to fair value was focused. The sample is non-probabilistic and contains 38 Brazilian banks. The variables are: Total Capital ratio, Tier 1 ratio, Fixed Assets to Regulatory Capital ratio, Return on Assets (ROA) and Return on Equity (ROE). The research strategy used is simulation and the mean significance of each ratio results, before and after the simulation, was tested by the non-parametric Wilcoxon test. The results show no variation in regulatory capital structure, thus, there is no impact on Fixed Assets to Regulatory Capital ratio. In relation to all other ratios, the reclassification makes a statistically significant increase in Total Capital ratio mean, while ROA and ROE means reduced. On Tier 1 ratio mean there is no evidence of statistically significant variation. All the results of this research took into account reliability level of 95% and the respective significance level of 5%. However, considering that the statistics tests are based on a non-probabilistic sample, the results refer solely to banks in the sample. Moreover, this research contributed to a debate about the use of reclassification for earnings managements, concluding that IFRS 9 is more restrictive when compared to IAS 39 after 2008 amendment. Regarding the objectives of IAS 39 revision, an improvement was perceived, specially because the reduction of the numerous financial assets classification categories, despite it is too early to state that the change introduced by IFRS 9 has reduced IAS 39 complexity. Finally, it can be noticed a convergence movement between accounting and prudential rules, despite some divergences that still remain.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	3
LISTA DE QUADROS	5
LISTA DE TABELAS	7
1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Contextualização	9
1.2 Problema.....	18
1.3 Objetivo	19
1.4 Justificativa e importância.....	20
1.5 Estrutura do trabalho	23
2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS	25
2.1 Introdução aos conceitos	25
2.2 Conceitos relevantes para aplicação das normas contábeis.....	26
2.2.1 Formas de mensuração	26
2.2.1.1 Custo amortizado	27
2.2.1.2 Valor justo.....	28
2.2.2 Lucro abrangente (<i>Comprehensive Income</i>)	34
2.3 Classificação e mensuração pelas normas contábeis.....	37
2.4 Classificação e mensuração pelas normas prudenciais	42
2.5 Revisão da norma IAS 39.....	46
2.5.1 Fases do projeto e pronunciamentos esperados para 2010.....	47
2.5.2 IFRS 9: classificação e mensuração dos ativos financeiros	48
2.5.3 Gerenciamento de resultado por meio das classificações contábeis	54
2.5.4 IFRS 9 <i>versus</i> IAS 39: análise dos objetivos e resultados da mudança	59
2.5.5 Classificações contábeis <i>versus</i> prudenciais: convergência.....	64
3 RISCOS	71
3.1 Riscos: conceitos e definições	71
3.2 Riscos inerentes ao sistema financeiro	74
3.2.1 Risco de crédito	75
3.2.2 Risco de mercado	77
3.2.3 Risco operacional	80
3.3 A importância da gestão de riscos no sistema financeiro	81
3.4 Acordo de capital de 1988 e o novo acordo de capital.....	83
4 INDICADORES PRUDENCIAIS E DE RENTABILIDADE	87
4.1 Impacto da reclassificação e a escolha dos indicadores	87
4.2 Indicadores prudenciais: índices da Basileia e de imobilização.....	89
4.2.1 Patrimônio de Referência (PR) – Resolução nº 3.444/2007	91
4.2.2 Patrimônio de Referência Exigido (PRE) – Resolução nº 3.490/2007	95
4.2.2.1 P _{EPR} - Circular nº 3.360/2007	97
4.2.2.2 P _{CAM} - Circular nº 3.389/2008	99
4.2.2.3 P _{JUR} - Circulares nºs 3.361/2007, 3.362/2007, 3.363/2007 e 3.364/2007	100
4.2.2.4 P _{COM} - Circular nº 3.368/2007	104
4.2.2.5 P _{ACS} - Circular nº 3.366/2007	104
4.2.2.6 P _{OPR} - Circular nº 3.383/2008	105
4.3 Indicadores de rentabilidade: ROA e ROE	109
4.3.1 Retorno sobre o patrimônio líquido - ROE	111
4.3.2 Retorno sobre o ativo - ROA.....	112
4.4 Pesquisas recentes	112

5	METODOLOGIA	115
5.1	Pesquisa: abordagem, enfoque, tipo, estratégia e modo de investigação	115
5.2	Desenho da pesquisa.....	116
5.3	População e seleção da amostra	117
5.4	Coleta de dados.....	120
5.5	Variáveis operacionais.....	121
5.5.1	Índice da Basiléia	122
5.5.1.1	Patrimônio de Referência (PR)	124
5.5.1.2	Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	126
5.5.1.2.1	Risco operacional	126
5.5.2	Índice de Imobilização	132
5.5.3	Retorno sobre o Ativo (ROA)	134
5.5.4	Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	135
5.6	Análise dos Dados: métodos estatísticos.....	137
5.6.1	Hipóteses estatísticas.....	138
5.7	Grupo controle da metodologia aplicada ao cálculo dos efeitos no P_{OPR}	141
5.8	Delimitação da pesquisa	145
6	ANÁLISE DOS RESULTADOS	149
6.1	Resultados dos Indicadores antes e depois da simulação	149
6.2	Testes Estatísticos.....	154
6.2.1	Teste de normalidade: Kolmogorov-Smirnov (K-S).....	154
6.2.2	Teste de Levene.....	156
6.2.3	Teste de significância não paramétrico: Teste de Wilcoxon.....	157
6.3	Resultado do Grupo Controle	160
7	CONCLUSÃO	163
7.1	Considerações finais e sugestões de futuras pesquisas.....	166
	REFERÊNCIAS	169
	APÊNDICES	179

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AOCI: *Accumulated Other Comprehensive Income*
 APR: Ativo ponderado pelo risco
 ASA: *Alternative Standardised Approach* (Abordagem Padronizada Alternativa)
 ASA-2: *Alternative Standardised Approach* (Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada)
 Bacen: Banco Central do Brasil
 BAD: Banco Africano de Desenvolvimento
 BCBS: *Basel Committee on Banking Supervision* (Comitê da Basileia sobre Supervisão Bancária)
 BDA: Banco para Desenvolvimento Asiático
 BDC: Banco de Desenvolvimento do Caribe
 BDCE: Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa
 BDI: Banco de Desenvolvimento Islâmico
 BEI: Banco Europeu de Investimento
 BERD: Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento
 BIA: *Basic Indicator Approach* (Abordagem do Indicador Básico)
 BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
 BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial
 BIS: *Bank for International Settlements* (Banco para Compensações Internacionais - BCI)
 BNI: Banco Nórdico de Investimento
 BP: Balanço Patrimonial
 CETIP: Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos e Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
 CFI: Corporação Financeira Internacional
 CMN: Conselho Monetário Nacional
 COSIF: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
 CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis
 CSLL: Contribuição Social sobre Lucro Líquido
 DLO: Demonstração de Limites Operacionais
 DMPL: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 DRE: Demonstração do Resultado do Exercício
 ED: *Exposure Draft* (Minuta em audiência pública)
 EFRAG: *European Financial Reporting Advisory Group*
 FASB: *Financial Accounting Standards Board*
 FCAG: *Financial Crisis Advisory Group*
 FEBRABAN: Federação Brasileira de Bancos
 FEI: Fundo Europeu de Investimento
 FGC: Fundo Garantidor de Crédito
 FMI: Fundo Monetário Internacional
 FPR: Fator de Ponderação de Risco
 IAE: Indicador Alternativo de Exposição
 IAS: *International Accounting Standard*
 IASB: *International Accounting Standards Board*
 IASC: *International Accounting Standards Committee*
 IBRACON: Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
 IBRE: Instituto Brasileiro de Economia
 IE: Indicador de Exposição

IFD: Instrumento Financeiro Derivativo
IFRS: *International Financial Reporting Standard*
IFT: Informações Financeiras Trimestrais
IR: Imposto de Renda
JWGBA: *Joint Working Group of Banking Associations*
MTM: *Mark-to-market* (marcação a mercado)
NYSE: *New York Stock Exchange* (Bolsa de Valores de Nova Iorque)
OCI: *Other Comprehensive Income*
PACS: Patrimônio de Referência Exigido para cobertura dos riscos de preços de ações
PCAM: Patrimônio de Referência Exigido para cobertura dos riscos de câmbio
PCOM: Patrimônio de Referência Exigido para cobertura dos riscos de mercadorias
PEPR: Patrimônio de Referência Exigido para cobertura dos riscos de crédito
PJUR: Patrimônio de Referência Exigido para cobertura dos riscos de taxas de juros
PL: Patrimônio Líquido
PLA: Patrimônio Líquido Ajustado
PLE: Patrimônio Líquido Exigido
POPR: Patrimônio de Referência Exigido para cobertura dos riscos operacionais
PR: Patrimônio de Referência
PRE: Patrimônio de Referência Exigido
RBAN: Patrimônio de Referência Exigido para cobertura das operações do *banking book*
ROA: *Return on Assets* (Retorno sobre Ativos)
ROE: *Return on Equity* (Retorno sobre o Patrimônio Líquido)
SEC: *Securities and Exchange Commission*
SFAC: *Statement of Financial Accounting Concepts*
SFAS: *Statement of Financial Accounting Standards*
TVM: Títulos e Valores Mobiliários
USGAAP: *United States Generally Accepted Accounting Principles*
VaR: *Value at Risk* (Valor em risco)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação entre categorias e normas	41
Quadro 2 – Fases do projeto.....	47
Quadro 3 – Classificação dos instrumentos financeiros antes/depois da emenda à IAS 39	56
Quadro 4 – Categorias e subcategorias da IAS 39	61
Quadro 5 – Categorias e subcategorias da IFRS 9	62
Quadro 6 – Exemplos de ativos financeiros e respectivas classificações pela IFRS 9 e normas prudenciais	66
Quadro 7 – Composição Capital Nível I e Capital Nível II	92
Quadro 8 – Fator de ponderação por exposição	98
Quadro 9 – Linhas de negócios	107
Quadro 10 – Amostra de bancos utilizada na pesquisa.....	119
Quadro 11 – Características da amostra do Grupo Controle.....	142
Quadro 12 – Hipóteses estatísticas para teste de significância	158

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da classificação de TVMs dos 50 maiores bancos	22
Tabela 2 – Demonstração financeira conforme Circular nº3.068/2001	88
Tabela 3 – Simulação do efeito da IFRS 9 nas Demonstrações Financeiras	88
Tabela 4 – Simulação do efeito no PR com reclassificação da carteira	93
Tabela 5 – Simulação do efeito na estrutura do PR com reclassificação de ganhos.....	94
Tabela 6 – Simulação do efeito na estrutura do PR com reclassificação de perdas.....	95
Tabela 7 – Fator de Ponderação β por linha de negócio	108
Tabela 8 – População: 50 maiores bancos em 31/12/2008	118
Tabela 9 – Contas Contábeis do Banco de Dados.....	121
Tabela 10 – PR, PRE e variações médias antes e depois da simulação	149
Tabela 11 – Variação no P_{OPR} e sua representatividade no PRE	151
Tabela 12 – Lucro Líquido e PL médios antes e depois dos ajustes	152
Tabela 13 – Resultados dos testes de normalidade (K-S) dos indicadores	155
Tabela 14 – Resultados dos testes de homogeneidade das variâncias dos indicadores	156
Tabela 15 – Resultados dos testes de significância de médias (Wilcoxon) dos indicadores .	158
Tabela 16 – Postos das diferenças das amostras do Índice da Basiléia, ROA e ROE	159
Tabela 17 – Abordagem do Grupo Controle para cálculo do P_{OPR}	160
Tabela 18 – Efeito Agregado e Médio no P_{OPR} por cada metodologia	161

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Por todo o mundo, as demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas aos mais variados usuários das entidades. Embora possam parecer semelhantes, de um país para outro existem diferenças que provavelmente derivam de circunstâncias sociais, culturais, econômicas e legais, assim como das diferentes necessidades dos usuários externos, levadas em consideração quando do estabelecimento das normas contábeis.

Gernon e Meek (2001, p. 3-8) apontam, como causas para o desenvolvimento de diferentes modelos contábeis ao redor do mundo, a relação entre as empresas e seus fornecedores de capital, o sistema legal, a proximidade política e econômica com outros países, os níveis de inflação, o tamanho e a complexidade das empresas, o nível de sofisticação da administração e da comunidade financeira, o grau geral de educação e a própria cultura do país.

Para Nobes (1998, p. 163), as razões para as diferenças nos modelos contábeis são: a cultura do país; a força do sistema de financiamento; o tipo de companhia (controle concentrado em poucos sócios ou pulverizado); o grau de autossuficiência cultural (grau de independência *versus* influência de outros países) e o tipo de sistema contábil.

Weffort (2003, p. 31-32) afirma que, a despeito da variedade de razões levantadas na literatura para as diferenças nas práticas contábeis, aquelas apontadas como relevantes, de modo geral, podem ser enquadradas em pelo menos um dos seguintes grupos: (i) características e necessidades dos usuários das demonstrações contábeis; (ii) características dos preparadores das demonstrações contábeis (contadores); (iii) modos pelos quais pode se organizar a sociedade na qual o modelo contábil se desenvolve, refletidos principalmente por meio de suas instituições; (iv) aspectos culturais e (v) outros fatores externos.

Com o processo de integração econômica e a presença de investimentos internacionais, a necessidade de crescente transparência nas demonstrações financeiras foi acentuada, além de trazer à tona a necessidade de comunicação de informações em uma linguagem universal.

Para Carvalho e Lemes (2002, p. 43), a dificuldade que a Contabilidade tem em definir uma linguagem única de comunicação em nível mundial torna-se um empecilho inicial às empresas que, por vezes, se sentem desestimuladas a recorrer a outros mercados, quando se deparam com as dificuldades em apresentar suas demonstrações financeiras sob outras normas.

A expansão dos mercados e a globalização da economia impuseram às empresas a necessidade de elaboração de demonstrações contábeis com base em normas e critérios uniformes e homogêneos, de modo que os proprietários, gestores, investidores e analistas financeiros de todo o mundo possam se utilizar de informações transparentes, confiáveis e comparáveis nos seus processos de tomadas de decisões. (ANTUNES et al., 2007, p. 2).

Segundo Pohlmann (1995, p. 13), a harmonização das normas contábeis é um processo necessário e natural, uma vez que é fato notório e incontestável a internacionalização e globalização dos negócios, trazendo, como uma das prováveis consequências, o requerimento maciço de informações contábeis, com um conteúdo claro e compreensível a todos os usuários.

Empenhado em minimizar as diferenças na comunicação contábil, o *International Accounting Standards Committee* – IASC - foi constituído em 1973. Em 2000, uma nova Constituição foi aprovada, estabelecendo o IASC como uma entidade independente e determinando que as suas atividades sejam conduzidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, cuja responsabilidade exclusiva é estabelecer normas contábeis. (IBRACON, 2002, p. 11).

De acordo com a Constituição do IASC, revista em 2009, seus objetivos consistem em: (i) desenvolver um único conjunto de normas contábeis globais de alta qualidade, inteligíveis e exequíveis, que requeiram informações de alta qualidade, transparentes e comparáveis nas demonstrações contábeis e em outros relatórios financeiros, com o intuito de ajudar os participantes dos mercados de capital e os demais usuários na tomada de decisões; (ii) promover o uso e a aplicação rigorosa dessas normas; (iii) no cumprimento dos objetivos associados com (i) e (ii), levar em consideração, quando apropriado, as necessidades especiais das pequenas e médias empresas e das economias emergentes; (iv) promover a convergência

entre as normas contábeis locais e as Normas Internacionais de Contabilidade, para soluções de alta qualidade.¹

Chairas e Radianto (2001, p. 21) enumeram diversas vantagens com a harmonização contábil, entre elas a comparabilidade e compreensão da informação contábil internacional, o tempo e dinheiro economizados na consolidação de informações financeiras das empresas multinacionais, a ampla disseminação de práticas e normas contábeis de alta qualidade, a provisão de baixos custos financeiros na elaboração e adoção dos padrões contábeis para países com limitados recursos financeiros e a remoção de barreiras ao fluxo de capitais internacionais.

Até o momento, mais de 100 países adotaram ou estão em fase de adoção das *International Financial Reporting Standards* - IFRS². Vários estudos comparativos têm demonstrado a melhoria na qualidade da informação contábil divulgada, como: Murphy (2000), Petreski (2006), Barth et al. (2007), Daske et al. (2008), Armstrong et al. (2010) e Iatridis (2010).

Embora os citados estudos empíricos tenham demonstrado a melhoria na qualidade da informação contábil com a adoção das IFRS, Lemes e Carvalho (2004, p. 5) afirmam que, desde a criação do IASB, a participação do *Financial Accounting Standards Board* - FASB³, no projeto de aprovação de um conjunto único de normas de aceite mundial, era pífia ou, em algumas discussões, beirava o desprezo, já que muitos de seus membros acreditavam na superioridade das normas norte-americanas ante as outras normas.

Em paralelo à busca por normas de aceite mundial, diversos escândalos contábeis enfraqueciam o grau de confiança dos investidores, abalando o equilíbrio do mercado norte-americano e também dos demais mercados internacionais. No ano de 2001, além dos abalos provocados pelos atentados terroristas, o mundo foi surpreendido por outro evento com proporções globais: o chamado caso “Enron”.

¹Disponível em: <<http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/A3010B6C-3F80-401F-BE81-359E1E015E22/0/Constitutionfinal.pdf>>. Acesso: 22/02/2010.

² IFRS: conjunto de normas internacionais emitidas pelo IASB.

³FASB: órgão responsável pelo estabelecimento dos princípios gerais adotados na elaboração das demonstrações financeiras, nos Estados Unidos da América.

Segundo Borgerth (2007, p. XV), tal descoberta deu início a um efeito dominó, com a constatação de práticas de manipulação em várias outras empresas, não apenas norte-americanas, mas também no resto do mundo, resultando em uma crise de confiança em níveis inéditos desde a quebra da Bolsa norte-americana, em 1929. A autora acrescenta que a reação do mercado foi imediata, com a queda das Bolsas espalhadas pelo mundo inteiro.

Para Carvalho et al. (2004, p. 265), os recentes escândalos envolvendo grandes empresas abalaram um dos alicerces fundamentais do relacionamento entre as empresas e os investidores: a confiança. Consequentemente, elevou-se a demanda por mais informações relevantes, o que aumenta, ainda mais, a importância da transparência das informações financeiras.

A título de ilustração dos efeitos na sociedade, Borgerth (2007, p. XVI) apresenta uma pesquisa realizada pela Bolsa de Nova Iorque (NYSE 2002), feita no ano de 2002, num universo de 2050 pessoas (homens e mulheres de idades e perfis variados). A pesquisa revela que o nível de confiança na economia e no mercado e, principalmente, nas informações divulgadas pelas empresas havia reduzido consideravelmente pós-Enron. Do universo consultado, apenas 5% dos entrevistados afirmavam possuir absoluta confiança nas informações divulgadas pelas empresas norte-americanas. Em tal contexto, o governo dos Estados Unidos se viu pressionado a intervir com medidas legislativas que fossem fortes o bastante para restaurar a confiança perdida.

Lemes e Carvalho (2004, p. 5) ressaltam que, após tais escândalos financeiros e as consequentes ações punitivas tomadas pela SEC, seria de se esperar que a qualidade das informações divulgadas melhorasse, o que, ainda no início de 2003, não tinha ocorrido, tomando como parâmetro a devolução de 70% dos relatórios financeiros das 500 maiores empresas norte-americanas.

Diante das crises de confiabilidade do mercado e motivado pela crença de que um único conjunto de normas contábeis tecnicamente robusto seria fundamental para maior transparência nas informações, redução dos custos de capital, eliminação dos custos de adequação das demonstrações financeiras para outro conjunto de normas, redução dos riscos e, consequentemente, atração de mais investimentos, em 2002, o FASB assina o acordo de convergência com o IASB. (*Ibid.*, p. 5).

Corroborando, de acordo com o relatório sobre o progresso do Memorando de Entendimento (IASB, 2008d, p.1), após a reunião conjunta entre o IASB e o FASB, em setembro de 2002, foi emitido um acordo, chamado de *Norwalk Agreement*, no qual esses órgãos firmaram seu compromisso em eliminar as diferenças e passar a desenvolver, conjuntamente, padrões contábeis compatíveis e de alta qualidade.

Ainda de acordo com o referido relatório, em 2005, ambos os órgãos reafirmaram seu compromisso de 2002, até que, em 2006, foi emitido o Memorando de Entendimento, no qual foram determinadas as prioridades no trabalho em conjunto entre o FASB e o IASB. O Memorando é baseado em três princípios:

- a) desenvolvimento de novas normas: a convergência das normas contábeis pode ser mais bem atingida por meio do desenvolvimento, ao longo do tempo, de novas normas contábeis comuns e de alta qualidade;
- b) eliminação das diferenças: a eliminação das diferenças entre as normas, as quais requeiram melhorias significativas, dar-se-á por meio da criação de novas normas;
- c) substituição das normas: os órgãos devem buscar a convergência por meio da substituição das normas que requeiram melhorias significativas por novas normas desenvolvidas em conjunto.

Em dezembro de 2007, a SEC eliminou a necessidade de reconciliação ao USGAAP⁴, das demonstrações de empresas estrangeiras nela registradas, desde que sejam completamente preparadas em conformidade com as IFRS. Ao tomar tal decisão, a SEC baseou-se nos progressos rumo à convergência às IFRS. (FASB, 2009, p. 12).

Em reunião conjunta realizada em Abril de 2008, o IASB e o FASB reafirmaram seu compromisso em desenvolver normas em comum e de alta qualidade, concordando nas etapas que precisam ser cumpridas, para atingir os objetivos estabelecidos no Memorando de Entendimento. (FASB, 2009, p. 29).

Entre as onze áreas identificadas no Memorando, um dos tópicos de convergência consiste na revisão da norma sobre os instrumentos financeiros. Remover as inconsistências na

⁴ USGAAP: *United States Generally Accepted Accounting Principles* (princípios contábeis norte-americanos).

contabilidade de tais instrumentos permitirá comparações mais adequadas entre entidades que aplicam as IFRS e o USGAAP.

O IASC começou seu trabalho sobre os instrumentos financeiros em 1988. Contudo, a primeira versão da norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - foi publicada apenas no ano de 1999, tornando-se efetiva a partir do exercício de 2001. Somente em 2000, cinco revisões limitadas da norma foram aprovadas. Em 2003, algumas emendas foram feitas, com a emissão da IFRS 1 – Adoção dos Padrões de Relatórios Financeiros Internacionais. Ainda no mesmo ano, foi emitida uma IAS 39 revisada, acompanhada, inclusive, de um guia de implementação, tornando-se efetiva a partir do exercício de 2005. Desde então, várias outras emendas foram feitas, por meio da emissão de diversas outras normas. (IASB, 2008b).

Entretanto, as exigências da IAS 39 têm sido consideradas complexas desde sua emissão, o que traz dificuldade de entendimento, interpretação e aplicação. Por tal razão, os usuários das demonstrações financeiras vinham solicitando ao IASB o desenvolvimento de normas baseadas em princípios e menos complexas. Como parte de seu compromisso de convergência, a referida norma entrou no escopo de revisão conjunta entre o IASB e o FASB.

Em 2008, a crise, inicialmente chamada de crise do *subprime*⁵ e posteriormente de crise financeira mundial, veio acentuar a preocupação sobre a complexidade da contabilidade dos instrumentos financeiros.

De acordo com a Carta do IBRE (2008, p. 7), os primeiros problemas surgiram na Europa e Estados Unidos em meados de 2007, mas a situação agravou-se muito no segundo semestre de 2008 e culminou na crise sistêmica a partir da quebra do Lehman Brothers. A Carta ainda acrescenta que a preferência pela liquidez derrubou os preços dos ativos menos líquidos e que o mecanismo de marcação a mercado intensificou o movimento de queda, ao mostrar instantaneamente cada filigrana do processo de deterioração.

⁵ Segundo a Carta do IBRE (2008, p. 6), o segmento *subprime* acolhe tomadores de crédito hipotecários com episódios de inadimplência ou de retomada do imóvel no passado recente ou que tenham passado por falência pessoal (possível nos Estados Unidos) ou até que gastem 50% ou mais da sua renda com o serviço da dívida.

Segundo Galdi (2008, p. 103), muitos aclamaram (*sic*) a Contabilidade, em especial a figura do valor justo para os instrumentos financeiros como um dos potencializadores da crise, ao levar mais volatilidade para o mercado, uma vez que, em momentos de crise e pânico, os ativos estariam subprecificados e o patrimônio das empresas subavaliado. O autor acrescenta que, para os críticos do valor justo, isso geraria um círculo vicioso que retroalimentaria o mercado com informações negativas, o que geraria um novo ciclo de desvalorizações.

Entretanto, Galdi (*Ibid.*, p. 103) defende que a ideia de que a informação correta (valor justo), em tempos de crise, prejudica o mercado é similar a se imaginar que um paciente que fosse diagnosticado com uma doença grave estaria melhor caso não soubesse dessa informação. Sintetizando o argumento do autor, o paciente não sofreria impacto no curto prazo, por não se desesperar ao saber de sua doença. Todavia, no médio/longo prazo o paciente viria a falecer, por não ter tomado providências contra sua doença. Assim, teria sido com os acionistas, credores e outros financiadores, caso a contabilidade não tivesse desempenhado sua missão, mesmo em tempos de crise.

Yokoi (2008, p.16) acredita que o valor justo evidenciou a crise, mas a crise, também, escancarou os problemas do valor justo. Por essa razão, como parte do compromisso existente entre o FASB e o IASB, as questões contábeis emergidas da crise global serão consideradas por ambos os órgãos. E, para aconselhar os órgãos nesse importante processo, foi criado um grupo consultivo formado por especialistas de diversas origens profissionais. (FASB, 2009, p. 24).

Assim, no final de 2008, constituiu-se o *Financial Crisis Advisory Group* - FCAG, com o intuito de aconselhar o IASB e o FASB sobre as implicações da crise e as potenciais mudanças no ambiente regulatório. Nas discussões do grupo, foi reconhecida a participação crítica que os relatórios financeiros executam no sistema financeiro, por meio de informação imparcial, transparente e relevante, a respeito do desempenho econômico e das condições do negócio. Para isso, é fundamental que as normas contábeis sejam de alta qualidade, consistente e fielmente aplicadas. (FASB, 2009, p. 1).

Apesar de as normas contábeis não serem a causa-raiz da crise, ficou evidente que a crise expôs as fraquezas nelas existentes e em suas aplicações. Tal fraqueza reduziu a credibilidade

dos relatórios financeiros, o que, em parte, contribuiu para uma perda geral na confiança depositada no sistema financeiro. (FASB, 2009, p. 3).

Um das mais importantes fraquezas detectadas diz respeito à “[...] extraordinária complexidade das normas contábeis sobre os instrumentos financeiros, incluindo múltiplas abordagens para o reconhecimento de perda ao valor recuperável dos ativos.”⁶ (FASB, 2009, p. 3).

Dessa forma, o FCAG concluiu, em seu relatório de julho/2009, que a máxima prioridade deve ser dada ao projeto de simplificar e melhorar as normas sobre os instrumentos financeiros, de modo emergencial, porém sem desconsiderar a ampla consulta pública e, inclusive, mantendo as consultas aos órgãos interessados, entre eles, os reguladores prudenciais. (FASB, 2009, p. 18).

No entanto, mesmo antes das recomendações do FCAG, de forma a fornecer uma resposta rápida à crise financeira, o IASB dividiu seu projeto de revisão da IAS 39 em três etapas:

- 1ª Etapa: Classificação e mensuração;
- 2ª Etapa: Metodologia de *impairment*;⁷
- 3ª Etapa: *Hedge accounting*.⁸

O objetivo final do projeto é melhorar a utilidade das informações financeiras, na tomada de decisões, por meio da simplificação dos requisitos para classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, vindo, finalmente, a substituir a IAS 39.

De forma a detalhar o processo de revisão da IAS 39, a Figura 1, a seguir, apresenta a linha do tempo de suas etapas:

⁶ “[...] extraordinary complexity of accounting standards for financial instruments, including multiple approaches to recognizing asset impairment”. Tradução livre.

⁷ Consiste na perda do valor recuperável de um ativo financeiro, o qual ocorre quando o valor contábil reconhecido é maior do que o valor estimado de recuperação.

⁸ Segundo Lopes et al. (2009, p. 135), trata-se de uma metodologia especial, dada aos derivativos, quando comprovadamente utilizados para fins de proteção, de modo que as demonstrações financeiras reflitam de maneira adequada o regime de competência. Acrescentam que seu objetivo principal é refletir a operação dentro de sua essência econômica, de modo a resolver o problema de confrontação entre receitas/ganhos e despesas/perdas.

Figura 1 – Etapas da revisão da norma IAS 39

Fonte: Elaborada com base no IASB.⁹

No processo de aceleração da revisão da IAS 39, em março de 2008, o IASB emitiu o relatório de discussões, o qual esteve aberto a comentários até setembro de 2008. Em julho de 2009, foi emitida a minuta sobre classificação e mensuração, cuja consulta pública foi até setembro do mesmo ano. A minuta sobre metodologia de *impairment* foi emitida em novembro de 2009, com prazo final para comentários até junho de 2010, enquanto que sobre *hedge accounting* está prevista para ser emitida ainda em 2010, com tempo suficiente para ser finalizada dentro do mesmo ano. Em maio de 2010, foi emitida a minuta sobre *fair value option* para os passivos financeiros, aberta a comentários até julho do mesmo ano.

Anteriormente, conforme também demonstrado na Figura 1, em 12 de novembro de 2009, foi publicada a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – cumprindo parcialmente a meta estabelecida para a primeira etapa do projeto de revisão, uma vez que seu escopo ficou limitado aos ativos financeiros.

⁹ Disponível em: <<http://www.iasb.org>>. Acesso em: 26/06/2010.

Sucintamente, uma das alterações introduzidas pela IFRS 9 consiste na eliminação das quatro categorias de classificações dos ativos financeiros, previstas pela IAS 39 (valor justo pelo resultado, mantido até o vencimento, disponível para venda e empréstimos e recebíveis) e a introdução de apenas duas categorias (custo amortizado e valor justo). Com tal alteração, a categoria disponível para venda foi praticamente eliminada, uma vez que os títulos classificados como valor justo terão seus ajustes reconhecidos no resultado, com exceção aos instrumentos patrimoniais (optativo), caso a entidade os tenha elegido (irrevogavelmente), no seu reconhecimento inicial, por reconhecer os ganhos ou perdas no patrimônio líquido.

Diante da contextualização do processo de convergência contábil, da importância da elaboração de normas de alta qualidade, da divulgação de demonstrações financeiras que representem a realidade da empresa, da redução da complexidade da norma vigente sobre os instrumentos financeiros e da sucinta apresentação das alterações introduzidas pela IFRS 9, surge a oportunidade de definir o problema de pesquisa deste trabalho.

1.2 Problema

Um problema de pesquisa origina-se, segundo Martins e Theóphilo (2007, p. 22), da inquietação, da dúvida, da hesitação, da perplexidade, da curiosidade sobre uma questão não resolvida. Para os referidos autores, a pesquisa inicia-se pelo problema e é a busca de solução para ele que orienta toda a lógica da investigação.

Para Kerlinger (1980, p. 35-37), um problema é uma questão que pergunta como as variáveis se relacionam. Dessa forma, é:

- a) uma sentença em forma interrogativa, cuja virtude consiste em apresentar o problema diretamente;
- b) uma questão que, geralmente, pergunta algo a respeito das relações entre fenômenos ou variáveis, cuja resposta é procurada na pesquisa e
- c) exige que o problema seja tal que implique possibilidades de teste empírico, o que significa obter evidência real sobre a relação apresentada no problema.

A questão não resolvida, conforme explicado por Martins e Theóphilo (2007, p. 22), no caso deste trabalho, está ligada aos impactos que a mudança na classificação dos instrumentos financeiros, introduzida pela IFRS 9, pode trazer para os bancos brasileiros. Em particular, cabe pesquisar se tal mudança terá impactos estatisticamente significativos nos indicadores prudenciais, os quais avaliam a solidez da instituição, e nos indicadores de rentabilidade, que avaliam o seu desempenho.

Há, portanto, a relação entre as variáveis citadas por Kerlinger (1980, p. 35-37): 1 – mudança na classificação dos instrumentos financeiros trazida pela IFRS 9 e 2 – impacto nos indicadores prudenciais e de rentabilidade dos bancos brasileiros. A possibilidade de teste empírico, abordada pelo autor, faz-se presente por meio da simulação efetuada com base nos dados extraídos de documentos arquivados em entidades públicas e privadas.

Portanto, o problema de pesquisa pode ser, assim, formulado:

A alteração na classificação dos instrumentos financeiros proposta pelo IASB, em sua norma IFRS 9, introduz alteração estatisticamente significativa nos indicadores prudenciais e de rentabilidade dos bancos no Brasil?

1.3 Objetivo

Os objetivos da pesquisa, segundo Sampieri et al. (2006, p. 36), têm a finalidade de mostrar o que se deseja dela e devem ser expressos com clareza, pois são as orientações do estudo. A clareza visa evitar possíveis desvios no processo de pesquisa.

O objetivo geral deste trabalho é verificar se há efeito estatisticamente significativo nos indicadores prudenciais e de rentabilidade dos bancos brasileiros, decorrentes das mudanças na classificação dos instrumentos financeiros, introduzidas pela IFRS 9. Para isso, tal impacto é analisado, em termos prudenciais, pelo Índice da Basileia e Índice de Imobilização, enquanto a rentabilidade é analisada por meio do Retorno sobre Ativos – ROA e do Retorno sobre o Patrimônio Líquido – ROE.

Uma vez explanado o objetivo geral deste trabalho, faz-se necessário detalhar os objetivos específicos, os quais visam contribuir para o entendimento dos objetivos principais. Assim, para atingir o objetivo geral deste trabalho, o estudo tem os seguintes objetivos específicos:

- a) analisar as mudanças no tratamento contábil dos instrumentos financeiros, introduzidas pela IFRS 9;
- b) analisar a metodologia de cálculo de cada indicador e identificar os impactos que a IFRS 9 pode introduzir;
- c) simular os possíveis efeitos da introdução da IFRS 9 e
- d) analisar se os efeitos nos indicadores, com a mudança da norma, foram estatisticamente significativos.

1.4 Justificativa e importância

Atualmente, o Brasil e diversos países no mundo estão em processo de convergência às normas internacionais de contabilidade emanadas do IASB. Entre os assuntos considerados mais complexos está a contabilidade dos instrumentos financeiros.

Enfatizando a complexidade da norma sobre o referido assunto, na data da divulgação do relatório de discussões sobre como é possível reduzir a complexidade no relato dos instrumentos financeiros, o presidente do IASB, Sir David Tweedie, reconheceu que a IAS 39, que trata de uma herança do órgão predecessor (IASC), é muito complexa e afirmou que o IASB está determinado em simplificar e melhorá-la, por meio da criação de uma outra baseada em princípios. (IASB, 2008e, p. 1).

Pelas regras vigentes, enquanto todos os instrumentos financeiros são mensurados, inicialmente, pelo valor justo, as mensurações subsequentes dependem de em que categorias eles foram classificados. Logo, a classificação de um ativo financeiro pode ter impacto significativo nas demonstrações financeiras de uma entidade. Desse modo, a mudança na classificação, introduzida pela IFRS 9, pode alterar a maneira como as entidades aparecerão nas análises. Consequentemente, os gestores podem mudar atitudes, os analistas analisar as demonstrações financeiras de maneira diferente e a leitura dos demais usuários externos também pode diferir.

Corroborando, no tocante à mudança de atitudes por parte dos gestores, Beatty (2006) analisou se as mudanças afetam o comportamento econômico das instituições financeiras na ausência de efeitos no capital regulatório. A autora afirma que o uso dos saldos contábeis, na determinação da adequação de capital, cria um incentivo aos bancos para que alterem seu comportamento econômico quando há mudanças nas normas contábeis. Entretanto, a conclusão do trabalho sugere que, mesmo quando não há efeito no cálculo do capital regulatório, as mudanças contábeis podem afetar o comportamento econômico dos bancos.

É notório que o setor financeiro representa um segmento econômico extremamente importante, haja vista seu papel de intermediador e provedor de liquidez à economia. Tendo em vista os efeitos que uma crise sistêmica pode causar, é fundamental que a sua saúde seja acompanhada pelas autoridades supervisoras, bem como pelos demais participantes do mercado financeiro, quer em termos individuais quer sistema como um todo.

Em virtude de a carteira de títulos e valores mobiliários (TVM) representar um percentual expressivo do total de ativos das instituições financeiras, o setor financeiro será o mais afetado pela alteração, na classificação dos ativos financeiros, com a introdução da IFRS 9. A título de ilustração, em dezembro de 2008, o montante aplicado em TVM e instrumentos financeiros derivativos (IFD) correspondia a 34% do ativo total do Sistema Financeiro Nacional.¹⁰

Assim, ao considerar a eliminação da classificação disponível para venda, na qual as variações no valor do ativo são reconhecidas no patrimônio líquido, e a possibilidade de migração para a categoria de valor justo, cujas variações são reconhecidas no resultado, surge a preocupação com os impactos que tal mudança possa gerar nos indicadores prudenciais e de rentabilidade das instituições financeiras. Tal preocupação é fundamentada pelo montante de títulos classificados em tal categoria, os quais representavam 43% de toda carteira de títulos e valores mobiliários das 50 maiores instituições financeiras no Brasil, selecionadas pelo *ranking* dos bancos, pelo critério de ativo total, em 31 de dezembro de 2008.

¹⁰ De acordo com o *Ranking* dos 50 maiores bancos, disponível no *site* do Bacen, o montante aplicado em TVM e IFD, em dezembro de 2008, era de R\$ 1,129 trilhões e um Ativo Total de R\$ 3,296 trilhões. Ressalte-se que o montante de IFD não contempla os valores nocionais, os quais são registrados em contas de compensação.

A Tabela 1 permite avaliar a distribuição dos títulos e valores mobiliários pelas categorias de negociação, disponível para venda e mantido até o vencimento, para esses 50 bancos.

Tabela 1 – Distribuição da classificação de TVMs dos 50 maiores bancos

Ranking	Instituições	Títulos e Valores Mobiliários em 31/12/2008							
		Negociação	%	Disponível para venda	%	Mantido até vencimento	%	Total	%
1	BCO DO BRASIL S.A.	17.087.621	24%	36.938.599	53%	15.906.687	23%	69.932.907	100%
2	BCO BRADESCO S.A. (financeiras)	49.565.780	86%	6.919.083	12%	1.160.149	2%	57.645.012	100%
3	BCO ITAU S.A.	21.023.828	23%	72.021.822	77%	170.416	0%	93.216.066	100%
4	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	36.403.153	30%	1.731.905	1%	82.446.699	68%	120.581.757	100%
5	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	9.026.890	40%	12.971.070	57%	823.549	4%	22.821.509	100%
6	BCO ABN AMRO REAL S.A.	2.964.951	7%	39.671.387	93%	124.956	0%	42.761.294	100%
7	UNIBANCO-UNIAO BCOS BRAS S.A.	5.105.786	12%	37.071.747	85%	1.260.994	3%	43.438.527	100%
8	BCO ITAÚ BBA S.A.	6.098.663	32%	12.744.731	67%	127.446	1%	18.970.840	100%
9	HSBC BANK BRASIL SA BCO MULTIP	959.865	7%	12.591.377	93%	60.057	0%	13.611.299	100%
10	BCO VOTORANTIM S.A.	27.111.597	91%	2.612.936	9%	-	0%	29.724.533	100%
11	BCO FINASA BMC S.A.	242.733	93%	6.149	2%	12.467	5%	261.349	100%
12	ITAÚ UNIBANCO HOLDING	72.560.055	60%	43.807.117	36%	4.372.168	4%	120.739.340	100%
13	BCO SAFRA S.A.	19.667.025	72%	7.254.215	27%	317.091	1%	27.238.331	100%
14	BCO ITAUCARD	232.204	96%	10.916	4%	-	0%	243.120	100%
15	BCO NOSSA CAIXA S.A.	4.116.302	15%	6.994.463	26%	15.776.275	59%	26.887.040	100%
16	BCO ITAULEASING S.A.	163.732	59%	115.201	41%	-	0%	278.933	100%
17	BCO CITIBANK S.A.	822.471	10%	7.339.017	90%	-	0%	8.161.488	100%
18	BCO BNP PARIBAS BRASIL S A	2.756.408	100%	-	0%	-	0%	2.756.408	100%
19	BCO DO EST. DO RS S.A.	959.170	16%	614.613	10%	4.418.302	74%	5.992.085	100%
20	BANCO UBS PACTUAL	2.875.338	100%	-	0%	-	0%	2.875.338	100%
21	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	-	0%	5.775.452	99%	35.351	1%	5.810.803	100%
22	DEUTSCHE BANK S.A.BCO ALEMAO	3.205.896	100%	2.185	0%	2.437	0%	3.210.518	100%
23	BCO BBM S.A.	2.071.407	99%	30.176	1%	-	0%	2.101.583	100%
24	BCO VOLKSWAGEN S.A	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
25	BCO ALVORADA S.A.	155.472	62%	95.390	38%	-	0%	250.862	100%
26	BCO BANESTADO S.A.	160.437	61%	102.039	39%	-	0%	262.476	100%
27	BCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A	330.211	75%	-	0%	109.087	25%	439.298	100%
28	BCO J.P. MORGAN S.A.	3.602.934	100%	-	0%	-	0%	3.602.934	100%
29	BANCO GMAC	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
30	BCO FIBRA S.A.	1.354.309	40%	260.598	8%	1.760.869	52%	3.375.776	100%
31	BANCO BBI	947.026	95%	50.626	5%	-	0%	997.652	100%
32	UNICARD BM S.A.	82.827	53%	73.079	47%	-	0%	155.906	100%
33	BCO RABOBANK INTL BRASIL S.A.	1.422.661	44%	1.843.409	56%	-	0%	3.266.070	100%
34	BCO DA AMAZONIA S.A.	1.103.809	32%	2.294.189	67%	26.355	1%	3.424.353	100%
35	BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.	1.923.584	100%	-	0%	-	0%	1.923.584	100%
36	BCO BMG S.A.	-	0%	220.097	32%	472.144	68%	692.241	100%
37	BCO DAYCOVAL S.A	-	0%	823.913	100%	-	0%	823.913	100%
38	BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	198.213	90%	21.400	10%	1.569	1%	221.182	100%
39	BCO ABC BRASIL S.A.	193.717	16%	1.046.004	84%	-	0%	1.239.721	100%
40	BCO PINE S.A.	3.455	0%	2.638.189	100%	-	0%	2.641.644	100%
41	BCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	3.288.869	100%	11	0%	-	0%	3.288.880	100%
42	BANCO CITICARD	-	0%	401.233	100%	-	0%	401.233	100%
43	BCO IBI S.A. - BM	-	0%	258.896	100%	-	0%	258.896	100%
44	BCO FININVEST S.A.	2.359	100%	11	0%	-	0%	2.370	100%
45	BCO PANAMERICANO S.A.	-	0%	78.356	8%	877.154	92%	955.510	100%
46	BRB - BCO DE BRASILIA S.A.	-	0%	1.130.789	95%	54.384	5%	1.185.173	100%
47	SOFISA	391.511	55%	161.522	23%	154.079	22%	707.112	100%
48	BCO BARCLAYS S.A.	303.448	100%	-	0%	-	0%	303.448	100%
49	BANCOOB	-	0%	1.509.362	76%	475.166	24%	1.984.528	100%
50	ING BANK N.V.	174.551	52%	160.180	47%	3.424	1%	338.155	100%
Total por carteira		300.660.268	40%	320.393.454	43%	130.949.275	17%	752.002.997	100%

Fonte: Elaborada com base nas informações do Banco Central do Brasil.

Ao propor uma mudança nos critérios de classificação dos instrumentos financeiros, surge a oportunidade de analisar os impactos que ela pode trazer. Portanto, a relevância do estudo baseia-se na já citada importância que o setor financeiro possui na economia e nas poucas pesquisas sobre os efeitos de alterações nas práticas contábeis sobre os indicadores prudenciais e de rentabilidade das instituições financeiras.¹¹

Embora a literatura (*e.g.* BARTH et al., 2007; DASKE et al., 2008) venha demonstrando que a adoção das IFRS afeta a qualidade das demonstrações financeiras, não se descreve o tipo de impacto nos números contábeis e indicadores financeiros usados pelos analistas, investidores e outros, para a análise de desempenho. Por isso, entre as principais contribuições deste estudo, destacam-se:

- a) contribuir para a literatura sobre impactos de mudanças nas práticas contábeis, dada a carência na literatura nacional de estudos anteriores sobre o assunto;
- b) fornecer possíveis impactos nos indicadores prudenciais e de rentabilidade das instituições financeiras do Brasil, com a mudança na classificação dos instrumentos financeiros, após a adoção da IFRS 9;
- c) analisar se os objetivos da mudança foram atingidos, se está havendo uma convergência entre as normas contábeis e as normas prudenciais e se a introdução da IFRS 9 aumenta/reduz as possibilidades de gerenciamento de resultados;
- d) do ponto de vista da regulação contábil, servir de base para novas ações normativas, especialmente para o mercado de capitais.

1.5 Estrutura do trabalho

Com o intuito de atingir os objetivos supracitados, este estudo foi organizado em 7 capítulos.

O capítulo 1, introdutório, faz a contextualização do tema, apresenta o problema e os objetivos da pesquisa, sua justificativa e importância, as contribuições esperadas e mostra sua estruturação.

¹¹ Os principais estudos recentes encontrados são apresentados na seção 4.4.

O capítulo 2 trata dos conceitos de instrumentos financeiros e dos critérios de classificação pelas normas contábeis internacionais, pelas brasileiras e pelas regras prudenciais. Adicionalmente, apresenta as formas de mensuração, as mudanças introduzidas pela IFRS 9, incluindo análise crítica sobre a possibilidade de gerenciamento de resultados por meio de reclassificações, se o objetivo da revisão da IAS 39 foi atingido com a emissão da IFRS 9 e se a classificação da IFRS 9 está convergindo com as classificações prudenciais.

O capítulo 3 examina o conceito de risco, os tipos de riscos presentes no sistema bancário, a importância da gestão de riscos e o papel que as regras prudenciais exercem para o fortalecimento da solidez e da estabilidade do sistema financeiro.

O capítulo 4 analisa a metodologia de cálculo de cada indicador, cujo intuito é identificar as variáveis que podem ser impactadas pela reclassificação dos ganhos ou perdas não realizados da categoria disponível para a venda para a categoria valor justo pelo resultado.

O capítulo 5 refere-se à metodologia e apresenta a abordagem, o enfoque, o tipo e a estratégia de pesquisa adotada e seus delimitadores. Examina, também, o detalhamento da população, da amostra e da simulação dos indicadores analisados, além da escolha do método estatístico, com os respectivos critérios de validação e avaliação.

O capítulo 6 trata da análise dos resultados, com a evolução dos indicadores e a evidência da validação quantitativa com a aplicação das técnicas estatísticas.

O capítulo 7 apresenta as conclusões, vindo a formular a resposta à questão de pesquisa. Adicionalmente, seguem-se as considerações finais, nas quais se resumem as contribuições do estudo e as recomendações e sugestões decorrentes do trabalho realizado.

Ao final, relacionam-se as referências bibliográficas e apresentam-se os apêndices importantes à compreensão desta pesquisa.

2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O objetivo deste capítulo, primeiramente, é apresentar os conceitos de instrumentos financeiros e sua classificação e mensuração pelas normas internacionais de contabilidade, pelas regras contábeis brasileiras e pelas normas prudenciais. Na sequência, mostram-se as mudanças introduzidas com a revisão da norma IAS 39, as quais originaram a norma IFRS 9, cujo efeito é objeto de análise deste trabalho. E, para encerrar o capítulo, trata-se da análise das mudanças nas classificações em relação: (i) às possibilidades de seu uso para fins de gerenciamento de resultados, (ii) aos objetivos da revisão da IAS 39 e (iii) à convergência entre normas contábeis e prudenciais.

2.1 Introdução aos conceitos

De acordo com a norma IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação - (2008a, p. 1562), instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra.

Conforme a referida norma (2008a, p. 1562-1563), um ativo financeiro é definido como: (i) dinheiro; (ii) um instrumento patrimonial de outra entidade; (iii) um direito contratual para recebimento de caixa ou outro ativo financeiro de outra entidade ou (iv) um contrato que será ou poderá ser liquidado por instrumentos patrimoniais da própria entidade.

E passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (i) uma obrigação contratual de entregar caixa ou outro ativo financeiro a outra entidade ou (ii) um contrato que será ou poderá ser liquidado por instrumentos patrimoniais da própria entidade.

Por instrumento patrimonial, entende-se qualquer contrato que evidencie um interesse residual em ativos de uma entidade, depois de deduzidos todos os seus passivos. Ernst & Young e FIPECAFI (2009, p. 257) acrescentam que a definição de instrumento patrimonial, por parte do IASB, é mais abrangente do que a simples denominação de participação no capital de outra entidade, que pode resumir-se à participação no capital social.

Exemplificando os ativos financeiros, Lopes et al. (2009, p. 15) citam: o dinheiro (moeda local ou estrangeira); aplicações em depósitos bancários; recebíveis (contas a receber, duplicatas a receber); empréstimos concedidos a outras entidades; investimentos em títulos de dívida (debêntures, *bonds*, *notes*) emitidos por outras entidades e investimentos em títulos patrimoniais de outras entidades.

Da mesma forma, os referidos autores (2009, p. 16) exemplificam os passivos financeiros como: contas a pagar, duplicatas a pagar, depósitos recebidos (em instituições financeiras), empréstimos obtidos de outras entidades e títulos de dívida emitidos (debêntures, *bonds*, *notes*). Por último, acrescentam que os exemplos mais conhecidos de títulos patrimoniais são as ações, apesar de existirem outros que também podem se classificar como tal, como quotas de empresas limitadas, bônus de subscrição e opções de ações emitidas pela própria empresa.

A classificação do instrumento financeiro deve ser efetuada no reconhecimento inicial, pelo emissor, conforme a essência do acordo contratual e as definições de ativo financeiro, passivo financeiro e instrumento patrimonial. (IASB, 2008a, p. 1564).

2.2 Conceitos relevantes para aplicação das normas contábeis

Para o adequado entendimento sobre a classificação e mensuração pelas normas contábeis, faz-se necessária, primeiramente, a explicitação de alguns conceitos relevantes. Dentre eles estão as formas de mensuração – custo amortizado e valor justo – e o tratamento contábil dos ganhos ou perdas não realizados oriundos dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, os quais se discutem na sequência.

2.2.1 Formas de mensuração

De acordo com Hendriksen e Van Breda (2007, p. 303), “Mensurar é atribuir uma quantidade numérica a uma característica ou a um atributo de algum objeto, como um ativo, ou de uma atividade, como a de produção.”

Os referidos autores (2007, p. 303) acrescentam que a escolha das medidas deve ser orientada pelos objetivos de divulgação financeira decorrentes da estrutura da contabilidade, do desejo

de ser capaz de interpretar as demonstrações financeiras em termos econômicos ou de seu valor para os usuários.

Assim, em contabilidade, mensuração é o processo de atribuição de valores monetários significativos a objetos ou eventos associados a uma empresa. (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2007, p. 304). E, em relação aos instrumentos financeiros, a atribuição de tais valores monetários é efetuada por meio de duas medidas: o custo amortizado ou o valor justo.

2.2.1.1 Custo amortizado

O conceito de custo amortizado, pelas normas vigentes, deve ser aplicado a alguns ativos e passivos financeiros. Assim, de acordo com a IAS 39 (2008b, p. 2000) o custo amortizado é o montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro é mensurado, no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre esse montante inicial e o montante no vencimento, e menos qualquer redução (diretamente ou por meio de conta redutora) quanto à perda do valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

Corroborando, Ernst & Young e FIPECAFI (2009, p. 262) afirmam que amortizar um custo significa contabilizar um ativo ou passivo de forma que a receita ou despesa registrada seja proporcional à taxa de juros ou rendimentos efetivos. Assim, acrescentam que a amortização deve considerar qualquer ágio ou deságio, bem como os custos relacionados com a aquisição ou emissão, os quais sejam diretamente atribuíveis ou recebidos inicialmente.

Para a correta aplicação do custo amortizado um conceito importante é o de taxa de juros efetiva. Segundo o IASB (2008b, p. 2000), a taxa de juros efetiva consiste na taxa de juros que exatamente desconta o fluxo de caixa futuro previsto, até a data do vencimento, ao valor líquido contábil atual do instrumento financeiro.

Outro conceito importante são os custos de transação, os quais consistem nos custos diretamente relacionados com o instrumento financeiro e que não existiriam se não houvesse a operação que deu origem ao ativo ou passivo financeiro. Ernst & Young e FIPECAFI (2009, p. 262) destacam que os custos de transação permitidos pela IAS 39 são as taxas, as comissões pagas aos agentes, consultores, corretores e distribuidores, as tarifas pagas às

entidades reguladoras e os impostos de transferência. A capitalização de custos financeiros e/ou administrativos relacionados ao “carregamento” do ativo não é permitida.

No caso de instituições financeiras, regras específicas para a definição do rendimento efetivo são apresentadas na IAS 18¹², segundo as quais o rendimento efetivo sobre um empréstimo deve incluir taxas e tarifas cobradas, menos quaisquer custos diretos relacionados com o lançamento do empréstimo. (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2009, p. 263).

2.2.1.2 Valor justo

A mensuração a valores históricos sempre foi a base de avaliação mais tradicional utilizada pela contabilidade. Todavia, ao longo das últimas décadas, foi possível perceber que para alguns ativos e passivos o consenso de mercado resultou na introdução de novos conceitos de mensuração, entre eles, o valor justo. (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2009, p. 246).

Conforme Iudícibus e Martins (2007, p. 9), Kenneth MacNeal, em 1939, já definia a expressão, porém falando em *fair and true*, atribuindo às valorações, sempre, um significado econômico. Entretanto, segundo os autores, a discussão sobre o valor justo acentuou-se a partir da publicação do SFAS 133¹³, pelo FASB.

De acordo com a IAS 39 (2008a, p. 2001), “valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo ser liquidado, entre partes dispostas e conhecedoras do assunto, numa transação sem favorecimentos.”¹⁴

Para o FASB, em seu pronunciamento SFAS 157¹⁵, valor justo é definido como o valor recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo, em uma transação independente, entre participantes do mercado, na data da mensuração. (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2009, p. 249).

¹² *International Accounting Standard – IAS nº 18 – Revenue Recognition*. Dezembro/1982.

¹³ *Statement of Financial Accounting Standard- SFAS nº 133 – Accounting for Derivatives Instruments and Hedging Activities*. Junho/1998.

¹⁴ “Fair value is the amount for which an asset could be exchanged, or a liability settled, between knowledgeable, willing parties in an arm’s length transaction.” Tradução livre.

¹⁵ *Statement of Financial Accounting Standard- SFAS nº 157 – Fair Value Measurementss*. Setembro/2006.

Dessa forma, na data da mensuração assume-se uma transação hipotética, considerando as perspectivas dos participantes do mercado, com o intuito de determinar o preço que seria recebido pela venda ou pago pela transferência. Em relação ao mercado, presume-se que a transação ocorra no mercado principal, no qual o ativo ou passivo é negociado ou, na sua ausência, no mercado que seja mais vantajoso. (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2009, p. 249).

Com relação aos participantes do mercado, os referidos autores citam que se caracterizam por serem independentes da unidade de negócio, por conhecerem o ativo ou passivo, com base em toda a informação disponível, e por serem motivados, e não forçados, a fazer a negociação.

Seguindo o mesmo raciocínio, Lopes e Martins (2007, p. 66) afirmam que o valor justo refere-se ao valor que seria obtido caso esse ativo fosse negociado, em condições justas, em mercados organizados, sem características impositivas, tais como a liquidação da empresa.

Ernst & Young e FIPECAFI (2009, p. 247) argumentam que, embora o uso de mensurações econômicas seja amplo e crescente nas normas internacionais, a expressão “valor justo” não é informativa para rotular uma base de mensuração em particular, haja vista que abrange uma série de medidas diferentes, tais como: o preço de mercado de saída (*market-based exit price*); o preço de mercado corrente de entrada (*current entry value*); o chamado valor em uso (*value in use*) e o preço de portfólio (*portfolio-based price*), entre outras.

Corroborando, Hendriksen e Van Breda (2007, p. 309) concluem que o valor justo não é uma base específica de avaliação que possa ser aplicada de maneira generalizada às demonstrações financeiras. Na verdade, concluem que se trata de uma combinação de bases de avaliação.

Portanto, é preciso partir da ideia inicial de que valor justo não se trata de uma nova base de mensuração, mas, sim, de um conceito de mensuração, em face dos critérios de custo histórico, custo de reposição, entre outros já praticados há tempos pelos contadores.

Para a determinação do valor justo, Ernst & Young e FIPECAFI (2009, p. 247) explicam que existem três abordagens básicas, para fins de demonstrações financeiras:

- a) *abordagem de mercado*: utiliza preços observáveis e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos ou passivos comparáveis. As principais fontes dos valores de mercado são: bolsa de valores, mercado de atacado e serviços de cotações. As técnicas de avaliação consistentes com a abordagem de mercado incluem o uso de múltiplos derivados de uma série de transações comparáveis. É uma abordagem de preço de venda (*exit price*¹⁶);
- b) *abordagem da receita ou do lucro futuro*: o “valor justo” é estimado com base nos lucros futuros estimados e descontados a valor presente, utilizando-se uma taxa de juros ajustada ao risco da empresa. As principais técnicas de avaliação incluem o valor presente dos fluxos de caixa futuros, os modelos de precificação de opções, como, por exemplo, Black-Scholes ou modelos binomiais, e ainda o método do excesso de lucros de múltiplos períodos, que é usado para estimar o “valor justo” de certos intangíveis;
- c) *abordagem do custo*: uma precificação baseada no valor que seria atualmente necessário para repor a capacidade de serviço do ativo em uso, considerando-se sua utilidade e obsolescência. Esse método é conhecido como custo de reposição. A abordagem do custo é geralmente utilizada para estimar o valor de ativos como máquinas e equipamentos. É uma variante da abordagem de mercado vista sob a ótica do adquirente (*entry price*¹⁷).

Adicionalmente, Ernst & Young e FIPECAFI (2009, p. 251) destacam que a principal inovação da SFAS 157 foi estabelecer uma hierarquia para a aplicação das técnicas de avaliação supracitas, visando aumentar a consistência e comparabilidade das mensurações. Assim, a hierarquia prioriza a técnica que maximiza a utilização de dados observáveis e resulta em três níveis:

- a) Nível 1: trata de preços cotados em mercados ativos, para ativos e passivos idênticos, na data da mensuração (*e.g.* Bolsas);
- b) Nível 2: incluem preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos, preços cotados para ativos ou passivos idênticos, porém em mercados não ativos, dados que não sejam preços cotados e dados obtidos, por exemplo, por meio de correlação com outros dados observáveis ou
- c) Nível 3: incluem dados não observáveis, que refletem as expectativas da própria entidade sobre as premissas que seriam usadas pelo mercado para precificar um ativo ou passivo (*e.g.* fluxo de caixa descontado).

Devido ao uso crescente das medições pelo valor justo e da demanda dos investidores por demonstrações financeiras que reflitam o valor econômico de uma entidade, os organismos reguladores têm promovido discussões sobre seu conceito, com o intuito de emitir uma norma específica tratando apenas das mensurações pelo valor justo, estabelecendo critérios e, principalmente, as divulgações necessárias para a adequada compreensão do tema e dos

¹⁶ “[...] valor que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo”. (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2009, p. 247).

¹⁷ “[...] valor que seria pago para adquirir um ativo ou recebido para se assumir um passivo”. (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2009, p. 247).

efeitos do seu uso nos resultados e na posição financeira de uma entidade. (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2009, p. 248).

Por essa razão, existe um projeto em andamento, com o intuito de criar uma definição única de valor justo, cuja norma está prevista para ser publicada no quarto trimestre de 2010. O projeto tem por objetivo corrigir alguns problemas atuais, como: a existência de guias de mensuração dispersas entre várias normas, as quais nem sempre são consistentes; em alguns momentos os guias são incompletos e não fornecem um objetivo claro de mensuração, bem como uma estrutura conceitual robusta de mensuração ao valor justo; há discrepância entre o conceito de valor justo definido pelo IASB e o FASB, requerendo convergência, e a crise financeira realçou a necessidade de uma orientação adicional sobre a mensuração pelo valor justo, na ausência de mercado ativo.¹⁸

Assim, a minuta publicada em 28 de maio de 2009, sobre a mensuração pelo valor justo, propõe defini-lo como “O preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo, numa transação ordenada, entre participantes do mercado, na data da mensuração.”¹⁹

Observe-se que a nova definição proposta faz uma combinação entre as definições dos dois órgãos, mencionadas previamente, ao determinar que o preço seria aquele recebido na venda de um ativo ou o pago na transferência de um passivo, oriundo de uma transação entre participantes de mercado, na data da mensuração, como o FASB, assim, o define. A ressalva sobre o aspecto de transação ordenada é percebida de maneira mais clara no IASB, quando destaca que a transação deve ser aquela sem favorecimentos.

No que tange aos instrumentos financeiros, especificamente, ainda existe discussão se o valor justo pode ser considerado como uma medida apropriada para os diversos tipos de instrumentos existentes. Por conseguinte, tal assunto vem sendo considerado pelo IASB e o FASB, em seu projeto de revisão da IAS 39, adiante detalhado.

¹⁸ Detalhes sobre o projeto podem ser vistos em: <<http://www.iasb.org/Current+Projects/IASB+Projects/Fair+Value+Measurement/Fair+Value+Measurement.htm>>. Acesso em: 08/11/2009.

¹⁹ “The price that would be received to sell an asset or paid to transfer a liability in an orderly transaction between market participants at the measurement date.” Tradução livre.

Como uma solução de longo prazo, o FASB e o IASB analisam a razão para o uso do valor justo como única forma de mensuração de todos os tipos de instrumentos financeiros, levando em consideração alguns aspectos que precisam ser analisados antes da sua adoção como regra geral. Entre os aspectos considerados estão a apresentação dos efeitos da variação do valor justo, no resultado, a divulgação dos instrumentos financeiros e a própria definição de valor justo, cuja análise vem sendo feita no projeto de mensuração pelo valor justo, previamente mencionado.

No Brasil, uma abordagem bastante similar à utilizada pelo FASB, em seu pronunciamento SFAS 115²⁰ foi adotada pelo Bacen, por meio da Circular nº 3.068, de 2001. De acordo com tal norma, os títulos e valores mobiliários adquiridos pela instituição e classificados nas categorias de títulos para negociação ou disponíveis para venda passam a ser ajustados pelo valor de mercado, com efeitos no resultado, no caso da primeira classificação, ou em conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido de efeitos tributários, no caso da segunda classificação. (BACEN, 2001).

Seguindo a mesma linha, em 2002, o Bacen emitiu a Circular nº 3.082, na qual determina que os instrumentos financeiros derivativos ativos ou passivos devam ser reconhecidos pelo valor justo, adotando-se o valor de mercado, sempre que possível. (BACEN, 2002).

Cabe mencionar a Lei nº 11.638 (BRASIL, 2007), a qual também trata das operações com instrumentos financeiros. Ernst & Young e FIPECAFI (2009, p. 286) entendem que a lei adota princípios gerais de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros expostos nas normas do IASB, sem mencionar *hedge* ou outros aspectos específicos da norma, cabendo ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC - a deliberação a seu respeito.

Com a adoção da referida lei e a migração dos modelos contábeis brasileiros às IFRS, um dos aspectos de maior discussão é o conceito de valor justo, levando em conta a necessidade de julgamento que os preparadores das demonstrações contábeis precisam ter, quando acostumados com regras definidas em leis, característica de países de tradição consuetudinária.

²⁰ *Statement of Financial Accounting Standard- SFAS nº115 – Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities*. Maio/1993.

Lopes e Martins (2007, p. 52) afirmam que, tradicionalmente, são reconhecidas duas grandes tradições no direito, o direito romano (*code law*) e o direito consuetudinário (*common law*), acrescentando ser pouco provável encontrar um país que adote puramente um ou outro modelo.

Os Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Malásia e o Reino Unido são exemplos de países de direito consuetudinário, ao passo que Brasil, França, Alemanha, Itália, Portugal, Espanha e outros países da América do Sul que foram colônias ibéricas são exemplos de países de direito romano.

No direito romano, as normas emanam do texto legal; no consuetudinário, a regulamentação está mais ligada aos costumes e tradições. Assim, o Brasil, como um país de direito romano, o tratamento contábil é afetado pela forte presença do governo na regulação dos assuntos contábeis, como pode ser percebido pela Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações - e o COSIF - plano de contas das instituições financeiras. (LOPES; MARTINS, 2007, p. 52-53).

Outra questão entre os países de direito romano e direito consuetudinário consiste na etapa de mensuração. Em linhas gerais, os países de direito romano tendem a valorizar o conceito do custo histórico, enquanto os países de direito consuetudinário tendem a valorizar o conceito de valor justo. O primeiro conceito possui maior objetividade, enquanto o segundo passa, necessariamente, por algum tipo de estimativa. (LOPES; MARTINS, 2007, p. 53-54).

Com base no exposto, Lopes e Martins (2007, p. 66) promovem uma discussão entre a relevância e a objetividade de duas alternativas de mensuração: custo histórico e o valor justo. Os autores concluem que não existe melhor alternativa, porém acrescentam que o conceito de valor justo está muito mais próximo dos fluxos futuros de caixa, quando comparado ao custo histórico. Contudo, por envolver estimação dos valores envolvidos, se torna mais subjetivo, ao passo que o custo histórico é mais objetivo, por ser facilmente verificado em documentos fiscais.

Logo, a convergência aos padrões internacionais destoa da tradição legal do Brasil, fato que refletirá nas diferenças em relação às atuais práticas contábeis e que tendem a ter efeitos no resultado e no patrimônio das empresas.

2.2.2 Lucro abrangente (*Comprehensive Income*)

Segundo Iudícibus e Martins (2007, p. 16), com o crescimento da utilização do valor justo, para a mensuração dos elementos patrimoniais, surgiu o problema de como reconhecer as receitas ainda não realizadas. Acrescentam que, como uma solução, criou-se um grupo de contas dentro do patrimônio líquido para o reconhecimento dos ganhos ou perdas não realizados. E, para melhor evidenciação sobre suas mutações, foi criada a Demonstração do Lucro Abrangente (*Comprehensive Income*).

O termo lucro abrangente foi introduzido pela Estrutura Conceitual - SFAC nº 3²¹, emitida em 1980. Entretanto, o termo já era utilizado na SFAC nº 1²², em 1978. Em 1986, a SFAC nº 6²³ substituiu a SFAC nº 3, porém sem promover mudanças no conceito de lucro abrangente. (FASB, 1997, p. 10).

Em 1997, o FASB emitiu a SFAS 130²⁴, a qual fez com que as empresas tivessem que divulgar o lucro abrangente e seus componentes em conjunto com as demonstrações financeiras. A referida norma (FASB, 1997, p. 3) define lucro abrangente como:

[...] a variação no patrimônio líquido [ativos líquidos] de uma entidade durante um período provenientes de transações e outros eventos e circunstâncias relacionados aos não proprietários. Ele inclui todas as mudanças no patrimônio durante o período exceto aqueles resultantes de investimentos pelos proprietários e distribuições aos proprietários.²⁵

O intuito de se reportar o resultado abrangente é demonstrar todas as variações no patrimônio líquido de uma entidade que sejam resultantes de transações reconhecidas e outros eventos econômicos, ambos ocorridos no exercício, exceto as transações relacionadas com os proprietários. Antes da emissão da norma, algumas das referidas variações eram apresentadas na demonstração de resultado operacional, enquanto outras eram apresentadas em conta separada, como componente do patrimônio líquido, no balanço patrimonial. (FASB, 1997, p.4).

²¹ *Statement of Financial Accounting Concepts* nº 3 - *Elements of Financial Statements of Business Enterprises*.

²² *Statement of Financial Accounting Concepts* nº 1 - *Objectives of Financial Reporting by Business Enterprises*.

²³ *Statement of Financial Accounting Concepts* nº 6 - *Elements of Financial Statements*.

²⁴ *Statement of Financial Accounting Standards* nº 130 – *Reporting Comprehensive Income*.

²⁵ “[...] the change in equity [net assets] of a business enterprise during a period from transactions and other events and circumstances from nonowner sources. It includes all changes in equity during a period except those resulting from investments by owners and distributions to owners.” Tradução livre.

Ao reportar o total do lucro abrangente, deve-se reportar, separadamente, o lucro líquido e os outros resultados abrangentes (*other comprehensive income* - OCI²⁶). Esse, por sua vez, refere-se a todos os demais itens do lucro abrangente, exceto o lucro líquido, os quais devem ser classificados conforme sua natureza. De acordo com a SFAS 130 (FASB, 1997, p. 5), a classificação pode ser feita em itens de conversão de operações no exterior, ganhos ou perdas associados com planos de pensão ou outro benefício pós-aposentadoria e ganhos ou perdas não realizados em investimentos em instrumentos de dívida e patrimoniais.

Reclassificações devem ser efetuadas entre as divisões de outros resultados abrangentes e lucro líquido, uma vez que o ganho ou perda, previamente reconhecido como não realizado, se torne realizado. A SFAS 130 (FASB, 1997, p. 5) esclarece que a reclassificação pode ser feita na própria demonstração financeira ou em notas explicativas. Acrescenta que ela pode ser feita pelo valor bruto, na demonstração financeira ou pelo valor líquido, também na demonstração financeira, porém demonstrando a variação bruta em notas explicativas.

Ademais, de acordo com referida norma, não existe um formato específico a ser usado para a demonstração do lucro abrangente. Entretanto, é destacado que a entidade deve demonstrar o lucro líquido como componente do resultado abrangente. Assim, a SFAS 130 apresenta três formas como a demonstração pode ser efetuada, incentivando o uso das opções (a) e (b):

- a) apresentam-se os outros resultados abrangentes logo abaixo do lucro líquido, na demonstração de resultado;
- b) numa demonstração separada (demonstração de lucro abrangente), parte-se do Lucro Líquido, demonstrando os outros resultados abrangentes, para compor o saldo total de lucro abrangente ou
- c) utiliza-se a demonstração de mutação do patrimônio líquido (DMPL).

Adicionalmente, a SFAS 130 (FASB, 1997, p. 6) destaca que os componentes de outros lucros abrangentes devem ser apresentados líquidos de impostos ou pelos valores brutos, com um único montante de impostos apresentado, relacionado ao total de outros resultados abrangentes.

²⁶ Doravante OCI.

O total de outros resultados abrangentes deve ser apresentado no balanço patrimonial, dentro do patrimônio líquido, em uma linha separada, com um título como outros resultados abrangentes acumulados (*accumulated other comprehensive income – AOCI*²⁷). Os saldos acumulados, por classificação, deverão ser apresentados no próprio balanço patrimonial, na demonstração de mutação do patrimônio líquido ou em notas explicativas.

Atualmente, como parte do processo de convergência entre o FASB e o IASB, ambos estão envolvidos em um projeto comum denominado “*Financial Statement Presentation*”. O projeto está dividido em fases e, como resultado da etapa A, em 2007, foi emitida a versão revisada da IAS 1²⁸, levando em consideração os aspectos relativos ao lucro abrangente, similar àqueles apresentados na SFAS 130.

No entanto, algumas diferenças existem entre as normas emanadas dos dois órgãos, tais como a não permissão da demonstração do lucro abrangente por meio da DMPL e o não requerimento de uma conta específica no balanço patrimonial, equivalente à AOCI da SFAS 130. Outra diferença consiste na exigência que o lucro abrangente seja demonstrado separadamente, entre os da própria entidade e os da entidade reconhecida por equivalência patrimonial, algo não especificado na SFAS 130.

Dando sequência ao projeto, como parte da etapa B, em 2008, foi emitido o relatório de discussões, ao passo que a minuta está prevista para o primeiro trimestre de 2011. Como resultado final, a IAS 1 será substituída.

Ainda na etapa B, devido à importância do OCI, em 2009, o IASB decidiu por tratá-lo separadamente, em virtude da sua interação com outros projetos, tais como a revisão da IAS 39. A minuta sobre o assunto foi publicada em maio de 2010, aberta a comentários do público até setembro de 2010, cujo resultado será uma emenda à IAS 1. Os itens objeto de discussão são o uso de uma única forma de demonstração do resultado abrangente, o agrupamento dentro de OCI, com base nos itens que serão ou não reclassificados para a DRE, e a convergência entre a SFAS 130 e IAS 1.

²⁷ Doravante AOCI.

²⁸ *International Accounting Standard nº 1 – Presentation of Financial Statements.*

No Brasil, com a introdução da Lei nº 11.638/2007 (BRASIL, 2007), houve a inserção de uma conta no patrimônio líquido, a qual visa avançar no sentido das normas internacionais. Tal conta foi denominada “Ajustes de Avaliação Patrimonial” e nela estão inclusos itens do lucro abrangente, tais como ganhos ou perdas não realizados com instrumentos financeiros.

Por último, em julho de 2009 foi aprovado o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, o qual possui correlação com a IAS 1. Dentre as diferenças para a IAS 1 estão a permissão da apresentação da demonstração do resultado abrangente dentro da demonstração das mutações do patrimônio líquido e a eliminação da opção pela demonstração do lucro abrangente com a demonstração do resultado do exercício.

Uma vez explicitados conceitos relevantes retro referidos, torna-se mais fácil o entendimento sobre a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, o qual é apresentado na seção que segue.

2.3 Classificação e mensuração pelas normas contábeis

De acordo com as definições da IAS 39 (2008b, p. 1998-2000), os instrumentos financeiros são classificados conforme a natureza da operação e a intenção da administração, na data da contratação, e podem ser classificados em uma das quatro categorias: (i) ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

A mensuração inicial dos instrumentos financeiros é feita pelo valor justo, o qual, naquele momento, é normalmente representado pelo preço de transação. Entretanto, a mensuração subsequente deve ser efetuada de acordo com a categoria em que tal instrumento esteja classificado.

a) Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado como mensurado a valor justo por meio do resultado se houver a intenção de negociação do título no curto prazo, se ele for um derivativo (exceto aqueles para *hedge*, que podem receber tratamento específico) ou quando assim for

designado pela entidade, no reconhecimento inicial, se tal opção diminui ou elimina alguma inconsistência de mensuração (*fair value option*).

Segundo a IAS 39 (2008b, p. 2038), a negociação, normalmente, reflete compras e vendas ativas e frequentes, sendo os instrumentos financeiros, classificados nessa categoria, geralmente usados com o objetivo de gerar lucro com as flutuações de curto prazo no preço ou na margem do operador.

Com relação à designação pela entidade, no reconhecimento inicial, também conhecido como *fair value option*, trata-se de uma opção que a entidade pode fazer, pois ela elimina ou reduz, significativamente, as inconsistências de reconhecimento ou mensuração que podem surgir da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de seus ganhos ou perdas, em bases diferentes. Tal designação, também, pode ocorrer quando o instrumento fizer parte de um grupo de instrumentos que seja mensurado e avaliado pelo valor justo, conforme estratégia definida e documentada em seu gerenciamento de risco ou estratégia de investimento. (IASB, 2008b, p. 1998-1999).

Ernst & Young e FIPECAFI (2009, p. 259) destacam que a supracitada categoria representa um ponto controverso dentro da própria norma, uma vez que traz efeitos semelhantes aos da contabilização de um *hedge* de valor justo.²⁹ Entretanto, caso haja uma mudança de plano de negócios, a classificação inicial não pode ser alterada (a aplicação do *fair value option* é irrevogável), enquanto a estrutura de *hedge* pode ser descontinuada, prospectivamente.

Os instrumentos classificados, nessa categoria, são mensurados pelo valor justo e os custos de transação incorridos são considerados despesa no momento em que ocorrem.

b) Mantidos até o vencimento

Os instrumentos classificados como mantidos até o vencimento são aqueles não derivativos, com prazo fixo e com pagamentos fixos ou determináveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Essa categoria é inicialmente

²⁹ *Hedge* de valor justo consiste num *hedge* da exposição a variações no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido, de um compromisso firme previamente não reconhecido para comprar ou vender um ativo a preço fixo ou de uma porção identificada desse ativo ou passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um determinado risco e possa afetar o lucro ou perda divulgada. Em qualquer um dos casos, busca-se proteger de variações decorrentes das flutuações do preço de mercado. (ERNST YOUNG; FIPECAFI, 2009, p. 265-266).

contabilizada pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva. (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2009, p; 258). Ademais, os custos de transação devem ser capitalizados ao valor do ativo nessa categoria. (LOPES et al., 2009, p. 110).

A IAS 39 (2008b, p. 2.038) cita algumas características que desqualificam a intenção de manter até o vencimento, tais como: (i) inexistência de uma data definida (*e.g.* ações); (ii) intenção de venda em resposta às mudanças nas taxas de juros de mercado ou nos riscos, no custo de oportunidade, no risco cambial, por necessidade de liquidez ou por mudança na estrutura de financiamento ou (iii) o emissor ter direito de liquidar o instrumento por uma quantia significativamente abaixo do custo amortizado.

Lopes et al. (2009, p. 110) acrescentam que a inexistência de capacidade financeira para a manutenção do ativo e restrições legais e regulatórias que possam impactar na intenção da entidade de carregar o ativo até o vencimento também desqualificam a intenção de manter o ativo até o vencimento.

A IAS 39 (2008b, p. 2.038), acrescenta que, salvo em algumas condições, uma venda descaracteriza a intenção de manutenção até o vencimento, sendo a entidade obrigada a reclassificar todos os instrumentos financeiros, até então, nela classificada, impedindo novas classificações no exercício corrente e nos dois exercícios subsequentes.³⁰ (IASB, 2008b, p. 1999). Após a penalização de dois anos, a reclassificação inversa deve ser feita assumindo-se o valor justo na data da reclassificação como o valor de custo do título novamente classificado como mantido até o vencimento. (LOPES et al., 2009, p. 111).

Por último, pela IAS 39 não é possível aplicar a contabilidade de operações de *hedge* para um risco de taxa de juros de um ativo mantido até o vencimento. Nesse tocante, Lopes et al. (2009, p. 111) enfatizam a divergência entre a norma internacional e as normas do Bacen (de acordo com a Circular nº 3.129/2004), nesta, sendo permitida sua aplicação.

³⁰ Exceção quando a venda for efetuada próxima ao vencimento ou da opção de compra (menos de três meses) ou quando ela ocorrer após a entidade ter recebido todo o principal ou, ainda, quando for um evento isolado, não recorrente e que esteja fora do controle da entidade. (IASB, 2008b, p.1999-2000).

c) Empréstimos e recebíveis

Na categoria de empréstimos e recebíveis são classificados os ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou predetermináveis e que não são cotados em mercado ativo. Não devem ser classificados, nessa categoria, os instrumentos com intenção de venda ou aqueles que não terão seus investimentos substancialmente recuperados por outras razões que não sejam por mudança no risco de crédito. (IASB, 2008b, p. 2000).

Lopes et al. (2009, p. 111) citam que, entre os ativos financeiros passíveis dessa classificação, se incluem os empréstimos concedidos (operações de crédito e financiamento das instituições financeiras), as contas a receber e os mútuos.

Assim como a categoria mantida até o vencimento, essa categoria é, inicialmente, contabilizada pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva. (IASB, 2008b, p. 2011).

Lopes et al. (2009, p. 112) destacam que a principal diferença entre a categoria mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis é que nesta não há penalizações contábeis, caso haja uma venda antes do vencimento.

d) Disponível para venda

Na categoria disponível para venda, devem ser classificados os ativos financeiros não derivativos que tenham, originalmente, sido classificados nessa categoria ou todos aqueles que não tenham se enquadrado nas demais três categorias mencionadas anteriormente. (IASB, 2008b, p. 2000).

Sua contabilização é feita pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando a taxa de juros efetiva. Os subsequentes ajustes ao valor justo, quando comparados ao custo amortizado, são registrados no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2009, p. 259).

Adicionalmente, os prêmios, descontos e custos de transação devem ser capitalizados e amortizados no resultado do período, utilizando a taxa de juros efetiva. Assim como os ajustes ao valor de mercado, os prêmios, descontos e custos (Ativo) devem ser levados ao resultado, quando da sua realização (venda) ou por perda do valor recuperável. A variação cambial dos

ativos monetários deve ir para o resultado. Por não se tratar de ativo monetário, a variação cambial dos instrumentos patrimoniais é registrada no patrimônio líquido. (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2009, p. 259).

No Brasil, a Circular nº 3.068/2001 estabeleceu que os títulos e valores mobiliários adquiridos por instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Bacen - (exceto cooperativas de crédito, agências de fomento e sociedades de crédito ao microempreendedor) devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, incluindo corretagens e emolumentos. A classificação deve ser feita em uma das três categorias: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. (BACEN, 2001).

O Quadro 1 resume a mensuração e o tratamento contábil devido, de acordo com a classificação definida, comparando a norma IAS 39 e as regras do Bacen.

Quadro 1 – Comparação entre categorias e normas

Classificação		Mensuração		Tratamento Contábil	
IAS 39	3.068/2001	IAS 39	3.068/2001	IAS 39	3.068/2001
Ativos ou passivos financeiros a valor justo, com ajuste no resultado	Títulos para negociação	Valor justo (exceto instrumentos patrimoniais, quando não possui mercado ativo e cujo valor justo não possa ser determinado em base confiável – mensuração pelo custo amortizado)	Valor justo	Ganhos ou perdas não realizados devem ser incluídos na demonstração de resultados	Ganhos ou perdas não realizados devem ser incluídos na demonstração de resultados
Mantidos até o vencimento	Títulos mantidos até o vencimento	Custo amortizado	Custo amortizado	Resultado	Resultado
Empréstimos e recebíveis		Custo amortizado		Resultado	
Disponível para venda	Títulos Disponíveis para venda	Valor justo	Valor justo	Juros são contabilizados no resultado, com base na taxa de juros efetiva. Ganhos ou perdas não realizados são registrados em OCI, líquidos de impostos.	Juros são contabilizados no resultado. Ganhos ou perdas não realizados são registrados no patrimônio líquido, líquidos de impostos.

Pode-se notar, pelo Quadro 1, que as regras do Bacen são similares às regras da IAS 39, exceto pelas regras daquele não contemplarem a categoria Empréstimos e recebíveis. Entretanto, vale enfatizar que, tanto pela IAS 39, como pela Circular nº 3.068/2001 do Bacen, um mesmo tipo de instrumento financeiro pode ser classificado em duas categorias distintas, haja vista que o que define a categoria é a intenção de utilização e a capacidade financeira da entidade de “carregar” o instrumento financeiro.

Ernst & Young e FIPECAFI (2009, p. 261) ressaltam que, apesar de não abordado pelo IASB, é recomendável que a entidade monitore o giro de seus ativos classificados como disponíveis para venda, pois, caso o giro seja semelhante ou superior ao giro da carteira de negociação, essa carteira estará mais bem classificada como negociação. Entretanto, uma carteira classificada como negociação que possua ativos que não estejam sendo negociados por algum tempo, tal fato não o descaracteriza como negociação.

2.4 Classificação e mensuração pelas normas prudenciais

Conforme apresentado no item 2.3, por meio da Circular nº 3.068/2001, o Bacen adota, contabilmente, a classificação dos instrumentos financeiros em três categorias: mantidos até o vencimento, títulos para negociação e disponíveis para venda.

No tocante à Basiléia, a segregação ocorre em apenas duas categorias: *trading* e *banking*. Considerando as características das atividades dos bancos, o Joint Working Group of Banking Associations on Financial Instruments - JWGBA (1999, p. 10) define que as atividades de *banking* consistem na obtenção de recursos e o seu investimento em ativos com o intuito de obter lucros com a margem entre o montante recebido de juros sobre os ativos e o montante pago de juros sobre os passivos. Quanto às atividades de *trading* ou *non-banking*, por sua vez, o JWGBA (*Ibid*, p. 11) define como aquelas cujo objetivo é obter lucros de curto prazo, oriundos de flutuações nos preços de mercado.

Assim, de acordo com a estrutura conceitual revisada pelo *Basel Committee on Banking Supervision* - Comitê da Basileia para Supervisão Bancária³¹ (BCBS, 2004, p. 150-151):

Trading book consiste em posições em instrumentos financeiros e mercadorias mantidas tanto com intenção de negociação ou para proteger outros elementos do *trading book*. Para ser elegível ao tratamento de capital do *trading book*, instrumentos financeiros devem ser livres de qualquer cláusula restritiva em sua negociação ou ser capaz de ser protegido completamente. Adicionalmente, posições devem ser, frequente e precisamente, valorizadas e a carteira deve ser ativamente gerenciada.³²

A referida estrutura conceitual acrescenta que as posições mantidas com intenção de negociação são aquelas mantidas intencionalmente com o intuito de revenda no curto prazo e/ou para a obtenção de benefícios com a variação em preços ou para lucros em arbitragens. E, para ser elegível à classificação no *trading book*, os seguintes requisitos básicos devem ser atendidos:

- a) a estratégia de negociação precisa estar claramente documentada e aprovada pela gerência responsável;
- b) as políticas e procedimentos devem estar claramente definidos, para o gerenciamento ativo das posições, incluindo:
 - posições que são gerenciadas na mesa de negociação;
 - os limites de posições devem ser definidos e monitorados quanto à adequada aplicação;
 - a autonomia aos negociadores de assumir posições dentro de um limite definido e conforme a estratégia documentada;
 - as posições são marcadas a mercado no mínimo diariamente e quando os parâmetros do modelo usado precisam ser calculados diariamente;
 - as posições são reportadas ao gerenciamento responsável como parte integral do processo de gerenciamento de risco e

³¹ Comitê estabelecido em 1974 pelos países do G-10, que tem por objetivos básicos a manutenção da estabilidade dos sistemas financeiros e a mitigação do risco sistêmico. Sua atuação vincula-se à formulação de padrões mínimos de supervisão, recomendações de melhores práticas e ao encorajamento à convergência de critérios de supervisão bancária. Atualmente, o Comitê conta com a participação dos seguintes membros: Alemanha, Bélgica, Canadá, Japão, Estados Unidos, Holanda, Itália, Reino Unido, França, Suécia, Suíça, membros do G-10, acrescidos de Luxemburgo e Espanha. Doravante Comitê da Basileia.

³² “A *trading book* consists of positions in financial instruments and commodities held either with trading intent or in order to hedge other elements of the *trading book*. To be eligible for *trading book* capital treatment, financial instruments must either be free of any restrictive covenants on their tradability or able to be hedged completely. In addition, positions should be frequently and accurately valued, and the portfolio should be actively managed.” Tradução livre.

- as posições são ativamente monitoradas em relação às fontes de mercado, o que inclui obter a qualidade e disponibilidade dos *inputs* de mercado, para o processo de avaliação, o nível de rotatividade de mercado, o tamanho das posições negociadas no mercado etc..
- c) as políticas e procedimentos devem estar claramente definidas para monitorar as posições contrárias à estratégia de negociação do banco, incluindo o monitoramento da rotatividade e as posições passadas registradas no *trading book* da instituição.

No Brasil, o Bacen estabeleceu os critérios para a classificação na carteira de negociação por meio da Circular nº 3.354, de 27 de junho de 2007. A referida circular (BACEN, 2007a) estabelece que a intenção de negociação precisa estar comprovada por meio de estratégias claramente documentadas e políticas e procedimentos de gestão ativa definidas. Ademais, a política de determinação das operações a serem incluídas na carteira precisa prever a descrição das operações passíveis de inclusão, a metodologia de marcação a mercado, as hipóteses de reclassificação e os procedimentos para os casos de baixa liquidez. Por último, os critérios devem ser consistentes e devem incluir controles de monitoramento da rotatividade das operações incluídas na carteira.

No que tange ao *banking book*, não existe uma definição tanto do Comitê da Basileia, como do Bacen. Em geral, assume-se que as operações que não se enquadram na definição de *trading book*, automaticamente são classificadas no *banking book* (e.g. operações de crédito e TVMs não destinados à negociação).

Segundo Chianamea e Onishi (2004, p. 11), o termo *banking book*, na literatura estrangeira, contrapõe-se ao termo *trading book*. Os títulos, na carteira da instituição financeira, pertencem a um grupo ou ao outro. Para o termo *trading book*, no caso brasileiro, é feita uma analogia quase automática com os títulos classificados na carteira de negociação. Já para o termo *banking book* há controvérsias, uma vez que ambos os títulos mantidos até o vencimento ou disponíveis para venda podem ser assim considerados ou, alternativamente, apenas os títulos mantidos até o vencimento, dependendo da interpretação.

Corroborando, de acordo com o Comitê da Basileia (BCBS, 1999, p. 51), existem vários desafios para o Novo Acordo, os quais se originam das diferenças entre o *trading* e o *banking book*: o capital mínimo requerido sobre o risco de crédito é definido em contextos diferentes

nos dois *books* como resultado de diversos fatores, incluindo diferentes estruturas conceituais sobre contabilização e avaliação, assumidos horizontes de tempo de manutenção e ponderações de riscos. Assim, segundo o próprio Comitê, o capital requerido para risco de crédito das operações no *trading book* é potencialmente menor, provendo um potencial incentivo aos bancos de empreender arbitragem no capital regulatório, entre as duas categorias.

Conforme pesquisa sobre o *trading book*, conduzida também pelo Comitê da Basileia (BCBS, 2005, p. 1), após a publicação do Novo Acordo, “[...] distorções potenciais podem surgir, entre os regimes de *banking book* e *trading book*, como resultado da interpretação e/ou implementação da estrutura conceitual revisada.”³³

Adicionalmente, além das distorções entre as categorias, para fins de capital regulatório, a pesquisa (BCBS, 2005, p. 3), também, identificou algumas divergências entre as práticas contábeis e as normas regulatórias.

Entre os exemplos citados estão os derivativos, os quais, especificamente no Canadá e nos Estados Unidos, geralmente são usados para gerenciar e/ou proteger posições do *banking book*. Embora os derivativos não atendam, exatamente, a intenção de negociação, para fins contábeis eles são reconhecidos pelo valor justo e registrados na carteira de negociação. Assim, os bancos respondentes apontaram que tais inconsistências entre as práticas contábeis e as normas regulatórias contribuem para atenuar os limites entre as duas categorias. E, em consequência, muitas entidades expressaram preocupações com a crescente disparidade entre as regras contábeis, principalmente da IAS 39, e a definição de *trading book* para fins de capital regulatório.

Contribuindo para a análise, conforme previamente citado, Ernst & Young e FIPECAFI (2009, p. 261) ressaltam que, apesar de não abordado pelo IASB, é recomendável que a entidade monitore o giro de seus ativos classificados como disponíveis para venda, pois, caso o giro seja semelhante ou superior ao giro da carteira de negociação, essa carteira estará mais bem classificada como negociação. Entretanto, uma carteira classificada como negociação

³³ “[...] *potential distortions that could arise, between banking book and trading book regimes, as a result of interpretation and/or implementation of the Revised Framework.*”

que possua ativos que não estejam sendo negociados por algum tempo, tal fato não o descaracteriza como negociação.

Com base na afirmação acima, conclui-se que, para fins contábeis, mesmo que um título classificado como negociação não esteja sendo negociado por algum tempo, sua classificação não é descaracterizada, haja vista a intenção de negociação. Entretanto, o mesmo não pode ser dito em termos de capital regulatório, uma vez que um dos critérios para a manutenção na carteira de negociação consiste na análise de rotatividade do título. Assim, ao contrário da IAS 39, um título com baixa rotatividade estará mais bem categorizado no *banking book*.

Por fim, no que tange à mensuração, o JWGBA (1999, p. 10-11) afirma que o custo histórico é a base de mensuração mais adequada para as operações do *banking*, porque as receitas são oriundas de juros reconhecidos diariamente e não de vantagens tomadas sobre flutuações no valor justo. As operações do *trading*, em que ativas decisões são tomadas para manter ou vender os instrumentos financeiros, o valor justo é a base de mensuração que melhor representa as transações efetuadas e o desempenho da administração.

2.5 Revisão da norma IAS 39

As correntes exigências da norma IAS 39, para o reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros, são consideradas extensas, no que se refere à dificuldade de entendimento, interpretação e aplicação. Por tal razão, os usuários das demonstrações financeiras têm solicitado ao IASB o desenvolvimento de normas baseadas em princípios e menos complexas.

Atendendo a tais solicitações, o IASB iniciou seu projeto de revisão da IAS 39, cujo objetivo final é aumentar a utilidade das demonstrações financeiras, na tomada de decisões, por meio da simplificação da classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, vindo, ao final, a substituir a atual IAS 39.

As seções seguintes apresentam as fases do projeto, as mudanças oriundas da introdução da IFRS 9, encerrando com uma análise sobre as possibilidades de gerenciamento de resultado por meio das classificações, uma análise para verificar se os objetivos da mudança foram

atingidos e uma discussão se está havendo uma convergência entre as normas contábeis e as prudenciais.

2.5.1 Fases do projeto e pronunciamentos esperados para 2010

O FASB e o IASB já vinham há tempos trabalhando para melhorar e simplificar as normas sobre os instrumentos financeiros. Entretanto, a crise mundial fez com que ambos reconsiderassem a prioridade do projeto em suas pautas de discussões. Assim, de forma a acelerar o projeto e corrigir as consequências da crise, o mais breve possível, o IASB dividiu seu projeto de revisão da IAS 39 em três fases principais, as quais estão sintetizadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Fases do projeto

Fases	Emissão da minuta	Emissão da norma final ³⁴
1 – Classificação e mensuração	Julho/09	Novembro/2009
2 – Metodologia de <i>impairment</i>	Novembro/09	Até final de 2010
3 – <i>Hedge Accounting</i>	2010	Até final de 2010

Fonte: Elaborado com base no IASB.³⁵

As diversas formas de mensuração dos instrumentos financeiros são consideradas pelos críticos como uma das principais razões da complexidade da norma. Assim, as consequências das propostas sobre a classificação e mensuração formarão base para as propostas sobre a metodologia de *impairment* e contabilização de *hedge* (*hedge accounting*), razão para ser colocada como primeira fase.

Conforme apresentado no Quadro 2, a norma IFRS 9 - Classificação e Mensuração – foi publicada em novembro de 2009, porém, apenas para os ativos financeiros. Apesar de mandatória a partir de 2013, a norma poderia ser optativa ainda no exercício de 2009. Os detalhes sobre a norma são apresentados na seção seguinte.

Em novembro de 2009, também foi publicada a minuta sobre metodologia de *impairment*, aberta a comentários do público até junho de 2010, com expectativa de emissão da norma no quarto trimestre do mesmo ano. A minuta propõe substituir o modelo vigente da IAS 39, a qual aplica um modelo de *impairment* baseado nas perdas incorridas, para um modelo

³⁴ Aplicação mandatória a partir de 01/01/2013.

³⁵ Disponível em: <<http://www.iasb.org>>. Acesso em: 03/06/2010.

baseado nas perdas esperadas, o qual incorpora expectativas futuras de perdas de crédito ao longo da vida do ativo financeiro. (IASB, 2009e).

Em relação aos passivos financeiros, as discussões continuam. No mês de maio de 2010, foi emitida uma minuta sobre *Fair Value Option* para os passivos, cujo prazo para comentários é julho do mesmo ano. O objetivo do projeto é corrigir a volatilidade no resultado causada pela mudança no risco de crédito dos passivos financeiros (crédito próprio) optados pelo registro pelo valor justo.

A minuta propõe uma abordagem formada por duas etapas, para mensurar o próprio risco de crédito dos seus títulos de dívida. Primeiramente, o total do ganho ou perda não realizado seria reportado no resultado, para, então, a porção referente ao próprio risco de crédito ser reclassificado para OCI. (IASB, 2010).

A minuta sobre *hedge accounting* está prevista para ser publicada ao longo de 2010, com prazo suficiente para que o projeto seja concluído e a IAS 39 seja integralmente substituída, ainda no mesmo ano.

Por último, no que tange à baixa de instrumentos financeiros, em março de 2009 foi emitida uma minuta, cuja expectativa é de concluir a emenda no primeiro trimestre de 2011. A minuta apresenta uma nova abordagem para avaliar se um ativo ou passivo financeiro deve ser removido do balanço da entidade. A abordagem concentra-se em um único conceito: controle. De modo resumido, se não há mais controle sobre os benefícios oriundos do ativo financeiro, o mesmo deve ser baixado. (IASB, 2009d).

2.5.2 IFRS 9: classificação e mensuração dos ativos financeiros

Em 12 de novembro de 2009, o IASB publicou a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (IASB, 2009a), referente à classificação e mensuração dos ativos financeiros, como parte do projeto de revisão da norma IAS 39. Assim, a primeira fase do projeto foi parcialmente atingida, haja vista que o escopo ficou limitado aos ativos financeiros, não alterando a classificação e mensuração dos passivos financeiros, os quais permanecem seguindo as regras definidas pela IAS 39.

Como consequência, a complexidade da IAS 39 foi reduzida por meio da:

- a) eliminação das quatro categorias de classificação e introdução de duas categorias com critérios mais racionais de classificação e mensuração;
- b) eliminação do requisito de separar o derivativo embutido do ativo financeiro contrato hospedeiro;³⁶
- c) eliminação de algumas restrições, tais como a proibição a uma entidade de mensurar um ativo financeiro pelo custo amortizado, caso outros instrumentos financeiros, que foram previamente classificados em tal categoria, tenham sido vendidos antes de seu vencimento e
- d) definição de apenas um método para teste de *impairment*, para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, e permissão de reversão de perdas por *impairment*, reconhecidas em períodos anteriores.

Um ativo financeiro deve ser reconhecido nas demonstrações financeiras quando a entidade tornar-se parte das cláusulas contratuais do instrumento. Por exemplo, contas a receber incondicionais são reconhecidas como ativos quando a entidade se torna uma parte do contrato e, como consequência, tem direito legal de receber em dinheiro. (IASB, 2008b, p. 2045).

Uma vez reconhecido, o ativo precisa ser classificado. E, nesse tocante, a norma eliminou as atuais categorias da IAS 39, apresentadas no item 2.3, concentrando-se em duas categorias de mensuração: custo amortizado e valor justo.

Dessa forma, um ativo financeiro será mensurado pelo custo amortizado caso duas condições sejam atendidas. Entretanto, caso o instrumento não atenda ambas as condições, ele deve ser mensurado pelo valor justo. As condições requeridas pela IFRS 9 (IASB, 2009a, p. 10) são as que seguem:

- a) o ativo seja mantido num modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos com a finalidade de obter fluxos de caixa contratuais e

³⁶ Segundo a norma, “Um derivativo embutido é um componente de um contrato híbrido que também inclua um hospedeiro não derivativo – com o efeito que alguns dos fluxos de caixa do contrato combinado variem de forma similar ao fluxo de caixa do derivativo sozinho.” Tradução livre.

- b) os termos contratuais do ativo financeiro ocasionam, em datas específicas, fluxos de caixa que consistam, exclusivamente, em pagamentos de principal e juros sobre o principal pendente.

A referida norma esclarece que juros correspondem ao valor do dinheiro no tempo e ao risco de crédito associado ao montante principal pendente durante um período particular de tempo.

São exemplos de ativos que geralmente serão classificados como custo amortizado, desde que consistentes com o modelo de negócio da entidade, os empréstimos tradicionais, instrumentos simples de dívida e as contas a receber. (POUNDER, 2009, p. 20).

Portanto, o processo de determinação da forma de mensuração consiste em analisar as características do modelo de negócio, primeiramente, e do instrumento financeiro, a fim de concluir se ele pode ser avaliado pelo método do custo amortizado. Não podendo ser mensurado por tal método, automaticamente o instrumento deve ser mensurado pelo valor justo. Logo, o processo para a determinação da forma de mensuração pode ser resumido conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Processo para determinação da forma de mensuração

Fonte: Elaborada com base no IASB (2009a)

Com relação ao modelo de negócio, a norma define que ele não depende da intenção da administração, quanto a um ativo isolado. A classificação não é feita individualmente por instrumento, mas, sim, determinada em alto nível de agregação, como, por exemplo, numa carteira de ativos financeiros. Ademais, uma mesma entidade pode ter mais de um modelo de negócio e a classificação não precisa ser determinada no nível de relato da entidade.

Assim, para ser mensurado pelo custo amortizado, é necessário que o modelo de negócio consista naquele cujo objetivo seja manter os ativos para obter fluxos de caixa contratuais, ao invés de vender os ativos antes de seu vencimento, de forma a realizar variações no valor justo.

Tendo atendido o primeiro requisito, faz-se necessário observar as características de cada contrato, individualmente. Para ser categorizado como custo amortizado, é preciso que o contrato estabeleça que o ativo renderá o valor principal mais os juros. Outras cláusulas contratuais que resultem em fluxos de caixa que não sejam pagamentos do principal e dos juros devidos não enquadram o ativo financeiro na categoria de custo amortizado.

Seguindo o fluxo da Figura 2, a norma mantém a permissão à entidade de eleger, no reconhecimento inicial, a mensuração de um instrumento financeiro pelo valor justo (*fair value option*), com efeitos reconhecidos no resultado do período, somente se tal designação eliminar ou significativamente reduzir as inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Portanto, atendendo às duas exigências e não se fazendo a opção pelo valor justo, o ativo financeiro pode ser classificado com custo amortizado. Caso contrário, ele deverá ser classificado como valor justo.

O reconhecimento inicial de um ativo financeiro deve ser feito pelo valor justo. No caso do ativo estar na categoria de custo amortizado, os custos de transação, aqueles diretamente atribuídos à aquisição do ativo financeiro, podem ser acrescidos. Subsequentemente, tais instrumentos devem ser mensurados de acordo com a categoria na qual tenham sido classificados. (IASB, 2009a, p. 11).

Os ganhos ou perdas nos instrumentos mensurados pelo valor justo e que não sejam parte de uma relação de *hedge* devem ser apresentados no resultado do período, a menos que se trate

de um instrumento patrimonial, para o qual a entidade tenha elegido, no reconhecimento inicial, por reconhecer os ganhos ou perdas no patrimônio líquido. (IASB, 2009a, p. 12).

Com relação aos instrumentos mensurados pelo custo amortizado, os ganhos ou perdas devem ser reconhecidos no resultado quando o instrumento é baixado, quando apurada perda por *impairment*, em caso de reclassificação e pelo próprio processo de amortização. (IASB, 2009a, p. 12).

As reclassificações são permitidas entre as duas categorias, porém, somente se a entidade mudar seu modelo de negócio para gerenciar os ativos financeiros. E, caso efetuadas, deverão ser aplicadas prospectivamente, a partir da data de reclassificação. Essa, por sua vez, consiste no primeiro dia do exercício subsequente ao período em que o modelo de negócio tenha se alterado, de forma a reduzir o risco de gerenciamento de resultados. Ademais, os ganhos, perdas ou juros reconhecidos previamente pela entidade não devem ser republicados.

No caso de reclassificação de um ativo financeiro da categoria custo amortizado para a de valor justo, o valor justo é determinado na data da reclassificação. Os ganhos ou perdas, entre o montante previamente reconhecido e o valor justo nesta data, devem ser reconhecidos no resultado. Caso a reclassificação seja da categoria valor justo para a de custo amortizado, o valor justo da data da reclassificação passa a ser o custo a ser “carregado”.

Entre os demais assuntos abordados pela norma estão os instrumentos patrimoniais. A IFRS 9 requer que todos sejam mensurados pelo valor justo, tendo em vista que eles não possuem fluxos de caixa definidos em contrato. Adicionalmente, a norma permite que a entidade possa eleger, de maneira irrevogável, no reconhecimento inicial de ativos que não sejam mantidos para negociação, que o registro das variações do valor justo seja efetuado em OCI. Os respectivos dividendos devem ser registrados no resultado, de acordo com a IAS 18 – Receitas.

Entretanto, não haverá transferências dos ganhos ou perdas entre OCI e a demonstração de resultado, em caso de alienação, por exemplo. A única reclassificação permitida poderá ser feita entre contas do próprio patrimônio líquido.

Conforme previamente mencionado, um contrato híbrido, cujo contrato hospedeiro seja um ativo financeiro que esteja no escopo da IFRS 9, deve ser totalmente classificado em conformidade com a nova proposta de classificação trazida pela norma revista e não mais tratado separadamente, como previa a IAS 39.

O último assunto abordado pela norma consiste na definição de apenas um único método de *impairment*, como resultado do novo modelo de classificação, ficando restrito aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

A IFRS 9 passa a ser mandatória a partir de 1º de janeiro de 2013, porém sua aplicação antecipada é incentivada. Para isso, como regra de transição, a data da aplicação pode ser em qualquer data entre a emissão da norma e 31 de dezembro de 2010. A partir de então, somente poderá ser adotada no começo dos exercícios de 2011 ou 2012.

Caso a norma seja adotada antes de 2012, não há necessidade de republicação e os ajustes de transição devem ser reconhecidos em Lucros Acumulados.

Quanto ao reconhecimento inicial, que, nesse caso, consiste na data da aplicação da norma, é permitido à entidade analisar se seus ativos financeiros atendem os critérios introduzidos pela norma revisada e reclassificá-los de maneira retrospectiva. A aplicação retrospectiva visa facilitar a comparabilidade e envolve apresentar as demonstrações financeiras como se a norma revisada tivesse sido sempre aplicada.

Uma vez explanado sobre classificação e mensuração de instrumentos financeiros pelo IAS 39, bem como as alterações introduzidas pela IFRS 9, surge a oportunidade de discutir aspectos como a possibilidade de gerenciamento de resultados por meio de reclassificações, a convergência entre as classificações pelas normas contábeis *versus* as normas prudenciais e analisar se os objetivos da revisão da norma foram atingidos. Tais discussões são apresentadas nas seções que seguem.

Vale ressaltar que as próximas seções não incluem uma discussão sobre a relação entre a IFRS 9 e a crise financeira, uma vez que os aspectos recentemente debatidos sobre a contabilidade dos instrumentos financeiros, em decorrência da crise financeira de 2008, dizem respeito à mensuração pelo valor justo e as provisões para perdas baseadas nas perdas

incorridas (LAUX; LEUZ, 2009; BARTH; LANDSMAN, 2010), algo que foge ao escopo deste estudo, o qual foca a mudança na classificação dos ativos financeiros, com a introdução da IFRS 9.

2.5.3 Gerenciamento de resultado por meio das classificações contábeis

As duas definições mais comuns, na literatura, acerca de gerenciamento de resultado (*earnings management*) são as de Schipper (1989, p. 92) que o define como uma intervenção proposital no processo de reporte financeiro externo, com o intuito de obter algum ganho privado, e de Healy e Wahlen (1999, p. 368) para quem o gerenciamento de resultados ocorre quando os gestores usam o julgamento na elaboração de demonstrações financeiras e na estruturação de transações para alterar o reporte financeiro, visando conduzir alguns *stakeholders* ao erro sobre o desempenho econômico da empresa ou para influenciar resultados contratuais que dependem do reporte de números contábeis.

Martinez (2001, p. 42-43) afirma que o “gerenciamento” de resultados pode ter várias modalidades, de acordo com suas motivações. Entre elas, o autor destaca:

- a) *Target Earnings*: “gerenciamento” dos resultados contábeis para aumentar ou diminuir os lucros. Os resultados são “gerenciados” de modo a atingir determinadas metas de referência, que podem ser acima ou abaixo do resultado do período;
- b) *Income Smoothing*: “gerenciamento” dos resultados contábeis para reduzir a variabilidade. O propósito é manter os resultados em determinado patamar e evitar excessiva flutuação;
- c) *Big Bath Accounting*: “gerenciamento” dos resultados contábeis para reduzir lucros correntes em prol de lucros futuros. As empresas gerenciam os resultados correntes piorando-os, tendo como propósito ter melhores resultados no futuro.

Antes do advento da crise mundial, acreditava-se que o valor justo se tornaria o método para mensurar os ativos financeiros. O valor justo era visto como uma abordagem mais relevante que o custo histórico (e.g. HITZ, 2007; ALLEN; CARLETTI, 2008) e a que mais aumentava a transparência das instituições financeiras. Como resultado, o IASB emitiu o relatório de discussões propondo, para o longo prazo, o uso de apenas um método de mensuração: o valor justo.

No entanto, a crise mundial emergiu e o valor justo virou alvo de críticas, sendo considerado a principal razão do aumento e extensão da crise. Ademais, as instituições financeiras com montantes significativos de ativos financeiros em seus balanços criticaram o valor justo, dentre outras razões, por sua natureza pró-cíclica, a qual resultou em perdas severas para eles, naquele momento. Por conseguinte, as instituições pediram a suspensão do valor justo e pressionaram políticos a tomar ações nesse sentido. Rapidamente, o IASB recebeu pedidos de líderes da União Europeia e Ministros da Fazenda, solicitando a análise das diferenças entre as regras de reclassificação aplicáveis aos ativos financeiros sob a IFRS e o USGAAP. (FIECHTER; UNGER, 2009, p. 1-2).

Como resposta, em outubro de 2008, o IASB emitiu uma emenda à IAS 39, chamada “*Reclassification of Financial Assets: Amendments to IAS 39 and IFRS 7*”, a qual, em apenas dois dias, foi aprovada pela União Europeia (*Commission Regulation*, 2008). Por meio de tal emenda, reclassificações de ativos financeiros foram permitidas, em circunstâncias particulares, com data efetiva retroativa, a partir de 01 de julho de 2008. Adicionalmente, em novembro de 2008, foi emitida uma emenda adicional, para esclarecer sobre a data efetiva e as regras de transição da emenda de outubro de 2008. (FIECHTER; UNGER, 2009, p. 2).

Segundo Lopes et al. (2009, p. 118), a norma original da IAS 39 não permitia a reclassificação de/para a categoria valor justo pelo resultado. Contudo, com a emenda, ativos financeiros não derivativos dessa categoria (exceto aqueles designados por meio do *fair value option*) poderiam ser reclassificados para qualquer uma das outras classificações, somente nas seguintes situações:

- a) quando o ativo financeiro atendesse às características de um empréstimo e recebível na data da reclassificação e a entidade passasse a ter a intenção e a capacidade de mantê-lo até o vencimento ou até um futuro previsível e
- b) em raras circunstâncias para outros ativos financeiros (que não atendessem às definições de empréstimos e recebíveis na data de reclassificação).

Portanto, caso o ativo financeiro não seja mantido com o propósito de venda ou recompra no curto prazo (apesar do ativo financeiro ter sido adquirido com tal propósito), ele poderá ser reclassificado para qualquer das outras classificações, em situações específicas, desde que atenda as definições da classificação para a qual quiser ser reclassificado. Entretanto, Lopes et

al. (*Ibid.*, p. 118) esclarecem que nenhum ativo financeiro pode ser reclassificado para a categoria valor justo pelo resultado.

Os referidos autores acrescentam que reclassificações entre as categorias disponíveis para venda e mantidos até o vencimento já eram possíveis, embora reclassificações de mais de uma parcela insignificante de mantidos até o vencimento requeiram a reclassificação de todos os ativos financeiros classificados nessa categoria. Tal permissão foi mantida pela emenda.

Adicionalmente, Lopes et al. (2009, p. 118) esclarecem que não se podia reclassificar da categoria empréstimos e recebíveis para disponível para venda. Entretanto, a emenda de 2008 passou a permitir a reclassificação de disponível para venda para empréstimos e recebíveis, desde que os critérios para tal classificação sejam atendidos.

Visando sintetizar as alterações à IAS 39, introduzida pela emenda de outubro de 2008, o Quadro 3 apresenta a classificação dos instrumentos financeiros antes e depois dela.

Quadro 3 – Classificação dos instrumentos financeiros antes/depois da emenda à IAS 39

Categoria	Mensuração	Tipo de instrumento	Reclassificação subsequente	
			IAS 39 (antes da emenda)	IAS 39 (após emenda)
Valor justo pelo resultado: designado pelo <i>Fair Value Option</i>	Valor justo, com ajuste no resultado	Título de dívida	* <u>Não permitido</u> • Nenhum instrumento pode ser classificado de/para esta categoria	* <u>Mantida a não permissão</u>
		Título Patrimonial		
		Empréstimos e recebíveis		
Valor justo pelo resultado: destinado à negociação	Valor justo, com ajuste no resultado	Título de dívida	* <u>Não permitido</u> • Nenhum instrumento pode ser classificado de/para esta categoria	✓ Reclassificação em raras circunstâncias para: • Mantido até vencimento • Disponível para venda
		Título Patrimonial		✓ Reclassificação em raras circunstâncias para disponível para venda
		Empréstimos e recebíveis		✓ Reclassificação para empréstimos e recebíveis
Mantido até vencimento	Custo amortizado	Título de dívida (com vencimento fixo)	✓ Reclassificação para disponível para venda	✓ <u>Mantida a permissão</u>
Disponível para venda	Valor justo, com efeito no PL	Título de dívida	✓ Reclassificação para mantido até o vencimento	✓ <u>Mantida a permissão</u>
		Título Patrimonial	* <u>Não permitido</u>	* <u>Mantida a não permissão</u>
		Empréstimos e recebíveis	* <u>Não permitido</u>	✓ Reclassificação para categoria empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	* <u>Não permitido</u>	* <u>Mantida a não permissão</u>

Fonte: Adaptado de KPMG (2008, p. 3-4)

Tendo em vista que a mensuração subsequente do ativo financeiro é reconhecida diferentemente, conforme sua categoria, sua classificação pode ter impacto significativo no

balanço e na demonstração de resultado da entidade. Portanto, as possibilidades de reclassificação são, também, esperadas que afetem substancialmente as demonstrações financeiras. E, tal impacto é particularmente significativo em empresas com grandes propriedades de ativos financeiros, como os bancos. (FIECHTER; UNGER, 2009, p. 3).

As reclassificações da categoria valor justo pelo resultado para mantido até o vencimento ou empréstimos e recebíveis afetam tanto resultado como o patrimônio líquido, uma vez que os ganhos ou perdas não realizados param de ser reconhecidos no resultado e, consequentemente, no patrimônio. No entanto, se as reclassificações forem para a categoria disponível para venda apenas o resultado é afetado, uma vez que os ganhos ou perdas ainda são considerados no patrimônio (OCI).

No caso das reclassificações da categoria disponível para venda para empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento, apenas o patrimônio é afetado, uma vez que previamente não havia reconhecimento dos ganhos ou perdas na demonstração de resultado, sendo feita apenas em OCI.

Desde a sua emissão, alguns autores vêm criticando a emenda, uma vez que seu uso pode servir de instrumento para gerenciamento de resultado. Fiechter e Unger (2009) concluíram que existe um impacto substancial nas demonstrações financeiras, ao detectar que 1/3 dos bancos de sua amostra obtiveram vantagens com a oportunidade de reclassificação, com ROA e ROE sofrendo impacto positivo considerado estatisticamente significativo. Ao analisar as características dos bancos que optaram ou não pela aplicação da norma, os autores observaram que, em média, aqueles considerados maiores e menos rentáveis do ano de 2008 foram os bancos que optaram pela reclassificação.

Bischof et al. (2010) concluíram que, no curto prazo, a emenda tem servido para promover um alívio para a maioria dos bancos problemáticos, ao evitar o reconhecimento de perdas e, finalmente, custos regulatórios de intervenção de órgãos de supervisão.

O próprio IASB (2008b, p. 2.123) observa que, ao permitir reclassificações, mesmo em circunstâncias limitadas, pode permitir que uma entidade gerencie seu resultado ao evitar futuros ganhos ou perdas dos ativos reclassificados.

Comparando as normas vigentes com a IFRS 9 (IASB, 2009a, p. 11), esta permite reclassificações entre as duas categorias (valor justo e custo amortizado) somente se uma entidade mudar seu modelo de negócio para gestão de ativos financeiros, algo considerado pouco frequente. Ademais, a norma determina que a reclassificação deva ser feita de maneira prospectiva, a partir da data da reclassificação, e que os ganhos, perdas ou juros previamente reconhecidos não devem ser republicados. Para isso, o IASB (2009b, p. 26) decidiu que a reclassificação só pode se efetivar a partir do início do exercício seguinte à mudança no modelo de negócio. Tal decisão visa prevenir reclassificações para obter resultados contábeis.

Analisando a possibilidade da classificação como custo amortizado, para posterior venda, o IASB (*Ibid.*, p. 10) acrescenta ser esperado que uma entidade possa vender ativos financeiros, mesmo quando possui um modelo de negócio que tenha o objetivo de mantê-los para coletar fluxos de caixas contratuais, uma vez que poucos modelos requerem que todos os instrumentos sejam mantidos até o vencimento. Entretanto, acrescenta que compras e vendas frequentes não são consistentes com um modelo de negócio de manutenção dos ativos financeiros para coletar fluxos de caixa contratuais.

Nesse tocante, surge a importância do controle sobre as compras e vendas de ativos classificados como custo amortizado, seja por parte dos órgãos de supervisão e/ou dos auditores, de modo a garantir que não haja uso inadequado das classificações contábeis.

Corroborando, Duke (2009, p. 2) afirma que os preparadores, usuários e auditores externos precisam estar atentos no que tange à avaliação da prática de negócio, propriamente dita, e restringir o uso de particulares princípios de mensuração para relevantes modelos de negócio.

Por fim, com base no exposto, note-se que a IFRS 9 é mais restritiva no que tange às reclassificações entre as categorias, as quais devem ser justificadas, com explicações em notas explicativas. Ademais, os resultados das reclassificações somente se efetivam a partir do exercício seguinte à mudança no modelo de negócio. Logo, conclui-se que a nova norma possui menos margem para o uso das reclassificações para fins de gerenciamento de resultados, quando comparado à IAS 39 após emenda de 2008.

Corroborando, Fiechter e Unger (2009, p. 16) concluem que a emenda à IAS 39 parece ser mais propriamente um “remédio de curto prazo” para a extraordinária situação do segundo

semestre de 2008 do que uma mudança sustentável na contabilidade dos instrumentos financeiros, haja vista as orientações sobre reclassificações previstas na IFRS 9, as quais são consideradas muito mais restritivas e que se tornam mandatórias a partir de 2013.

2.5.4 IFRS 9 versus IAS 39: análise dos objetivos e resultados da mudança

As diversas formas de mensuração, previstas pela IAS 39, são consideradas um dos principais problemas que favorecem a complexidade no relato dos instrumentos financeiros. Em virtude das várias formas de mensuração e do relato dos ganhos ou perdas não realizados, instrumentos idênticos podem ser mensurados de formas diferentes, por uma mesma entidade, devido à intenção da administração quanto à realização do instrumento, por opção pelo valor justo, pela forma como os instrumentos foram adquiridos ou pelo percentual de participação do investidor na investida. Ademais, dois instrumentos idênticos podem ser mensurados diferentemente por entidades em diferentes setores, uma vez que, pelas regras do USGAAP, existem diferentes práticas de mensuração aplicáveis a empresas de investimento, seguradoras e outras. (IASB, 2008c, p. 16-17).

Após ampla consulta e em resposta aos comentários recebidos dos usuários, entre outros (auditores, preparadores e órgãos reguladores), o IASB (2009b, p. 7) introduziu um princípio de mensuração ao valor justo, com algumas exceções mensuradas pelo custo amortizado. Segundo o IASB (*Ibid.*, p. 6), a introdução da IFRS 9 tem o propósito de melhorar a capacidade dos usuários de entender os relatos dos ativos financeiros, obtida por meio da substituição das numerosas categorias de classificação da IAS 39.

Entretanto, o próprio IASB, em seu relatório de discussões (2008c, p. 24-25), considera que a opção por um princípio de mensuração ao valor justo, com exceções mensuradas pelo custo amortizado, poderia ter um efeito prático não tão significativo, o qual não resultaria em informações de mais fácil entendimento e comparação quando confrontados com as regras vigentes. Daí surge a indagação se a mudança reduz a complexidade da mensuração e se o objetivo de redução do número de categorias de classificação foi atingido.

Quando da aprovação da IFRS 9, dois membros do IASB deram votos discordantes. O primeiro deles, Leisenring (IASB, 2009b, p. 44-45), apoia a redução da complexidade por meio da mensuração de todos os ativos financeiros pelo valor justo, com efeito reconhecido

no resultado, discordando da opção do IASB quanto ao uso de uma abordagem de mensuração mista (custo amortizado e valor justo).

O membro, igualmente, considera que as condições necessárias para a distinção entre um instrumento ser mensurado pelo valor justo ou pelo custo amortizado não são operacionais, acrescentando uma crítica que, na crise mundial, instrumentos que provocaram as maiores perdas poderiam ser elegíveis à classificação de custo amortizado. (IASB, 2009b, p. 45-46).

Ademais, a IFRS 9 enfatiza intenções e comportamento da administração, algo que substancialmente diminui a comparabilidade, além de permitir livres escolhas. E, no que tange à convergência com as normas emitidas pelo FASB, a substituição da IAS 39 tinha por objetivo prover uma base para tal convergência, algo que a IFRS 9 não fornece. (IASB, 2009b, p. 46-47).

Por fim, Leisenring (*Ibid.*, p. 45) pondera que, até certo ponto, a IFRS 9 reduz a complexidade, porém a considera uma redução mínima, uma vez que certas classificações são eliminadas, enquanto outras são adicionadas. Em média, não considera uma melhoria da IAS 39.

Corroborando Leisenring, McConnell (IASB, 2009b, p. 48-49) afirma que o valor justo é a medida relevante e útil para a mensuração de ativos financeiros, também discordando com a opção de uma abordagem de mensuração mista. Adicionalmente, McConnell critica que o critério baseado no modelo de negócio não diferencia significativamente do critério de intenção da administração. Em sua visão, o modelo de negócio é uma escolha gerencial, assim como a escolha por reconhecer ganhos ou perdas dos títulos patrimoniais em OCI.

Por fim, o objetivo da IFRS 9 era reduzir o número de categorias, algo não atingido, uma vez que a norma permite ou requer as seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) *Fair Value Option*, com efeito no resultado, para instrumentos que se qualificam como custo amortizado; (iii) valor justo pelo resultado para instrumentos que não se qualificam como custo amortizado; (iv) valor justo pelo resultado para instrumentos destinados à negociação; (v) valor justo pelo resultado para títulos patrimoniais não destinados à negociação e (vi) valor justo por OCI para instrumentos patrimoniais eleitos para tal classificação. Logo, comparando

com as seis categorias da IAS 39, McConnell não vê melhorias significativas, uma vez que, assim como na IAS 39, a IFRS 9 irá dificultar o entendimento dos investidores. (*Ibid.*, p. 48).

Discordando da *board member* McConnell, no que tange à redução do número de categorias, o IASB (2009b, p. 6) afirma que a norma provê uma mensuração clara e racional pelo custo amortizado ou valor justo e, por conseguinte, melhora a capacidade dos usuários entenderem os relatos sobre os ativos financeiros. Ademais, a IFRS 9 alinha a mensuração dos ativos financeiros pela maneira como a entidade os gerencia e pelas características dos fluxos de caixa contratuais. E, concluindo, afirma que a norma reduz, significativamente, a complexidade, ao eliminar as numerosas regras associadas com cada categoria prevista pela IAS 39.

Corroborando a afirmação do IASB, de acordo com a IAS 39, os ativos financeiros podem ser classificados em quatro categorias. Entretanto, ao interpretar a norma, é possível detectar no mínimo treze subcategorias, as quais estão sintetizadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Categorias e subcategorias da IAS 39

Categoria	Subcategorias
Valor justo pelo resultado	Instrumentos com propósito de negociação no curto prazo.
	Instrumento que faz parte de uma carteira que são gerenciados de forma combinada, para o qual há histórico recente ou atual de transações com objetivo de lucro no curto prazo.
	Derivativos (exceto os classificados como <i>hedge accounting</i>)
	<i>Fair Value Option</i> de instrumentos que se qualificam como mantido até o vencimento.
	<i>Fair Value Option</i> de instrumentos que se qualificam como empréstimos e recebíveis.
Mantido até vencimento	Instrumentos com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento fixo, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até o vencimento.
	Instrumentos com pagamentos fixos ou determináveis que não se qualificam como empréstimos e recebíveis (<i>e.g.</i> cotados em mercado ativo).
Empréstimos e recebíveis	Instrumentos com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados em um mercado ativo.
Disponível para venda	Instrumentos que se qualificam como empréstimos e recebíveis, porém foram designados como disponíveis para venda.
	Instrumentos que se qualificam como mantido até vencimento, porém foram designados como disponíveis para venda.
	Empréstimos e recebíveis cuja expectativa de recebimento na data da transação não cubra, substancialmente, o montante inicialmente emprestado mais os juros e encargos, por outro motivo que não risco de crédito.
	Instrumentos que se qualificam como mantido até vencimento, porém estão impedidos de serem classificados em tal categoria.
	Instrumentos que não se qualificam nas demais categorias.

Fonte: Elaborado com base no IASB (2008b, p. 1998-2000)

Da mesma forma, a IFRS 9 prevê apenas duas categorias, porém, ao analisar a norma, é possível detectar, no mínimo, cinco subcategorias, as quais estão sintetizadas no Quadro 5.

Quadro 5 – Categorias e subcategorias da IFRS 9

Categoria	Subcategorias
Valor justo	Instrumentos para negociação.
	Instrumentos que não se qualificam como custo amortizado.
	<i>Fair Value Option</i> de instrumentos que se qualificam como custo amortizado.
	Instrumentos eleitos para efeito em OCI.
Custo Amortizado	Itens que se qualificam como custo amortizado.

Fonte: Elaborado com base no IASB (2009a)

Fazendo uma comparação das categorias e subcategorias da IAS 39, apresentadas no Quadro 4 com as categorias e subcategorias da IFRS 9, sintetizadas no Quadro 5, observa-se que houve uma redução tanto no número de categorias, bem como de subcategorias, com a introdução da IFRS 9.

Confirmando tal observação, o *European Financial Reporting Advisory Group* – EFRAG (2009, p. 21), apesar de ainda não ter endossado a IFRS 9, afirma que a IFRS 9 resultará numa classificação e mensuração menos complexa, devido às seguintes razões: (i) redução do número de categorias; (ii) eliminação da categoria disponível para venda, o que reduz a complexidade da contabilidade das perdas por *impairment*, bem como das reclassificações dos ganhos ou perdas não realizados entre OCI e o resultado; (iii) eliminação da necessidade de bifurcação dos derivativos embutidos. Ademais, o alinhamento entre a contabilização e o modelo de negócio da entidade cria uma consistência entre a maneira como os instrumentos financeiros são vistos pela administração e a forma como são contabilizados, criando condições mais adequadas de entendimento e explicação dos resultados financeiros da empresa.

O EFRAG (*Ibid.*, p. 22) acrescenta que, ao reduzir o número de opções de designação das categorias de classificação, haverá uma melhora, para os usuários, em termos de comparabilidade entre entidades.

Ademais, diversos profissionais da área contábil têm emitido comentários a respeito da introdução da IFRS 9, parte deles afirmando que a norma é muito mais simples e fácil de entender quando comparada à IAS 39. Confirmando, Celik e Hakansson (2009) conduziram

uma pesquisa sobre a percepção da IFRS 9 por profissionais de grandes empresas suecas, as quais possuem ativos financeiros, bem como especialistas de grandes auditorias. Os autores concluíram que há um impacto positivo com a IFRS 9, por ser considerada uma norma de mais fácil entendimento e interpretação. Adicionalmente, os auditores que participaram da pesquisa argumentam que as empresas considerarão a IFRS 9 menos complexa que sua precursora, especialmente por reduzir o número de categorias de classificação, apesar de considerarem ainda cedo para comentar sobre as vantagens e desvantagens da norma.

Entretanto, em pesquisa global recente, conduzida pelo CFA *Institute* (2009, p. 6), apesar dos resultados apresentarem que 47% dos respondentes concordam que a norma melhorou a utilidade para a tomada de decisões, ao passo que 22% discordam e 31% são neutros, no tocante à redução da complexidade não há uma percepção unânime das melhorias ou efetividade da sua redução, uma vez que 37% dos respondentes concordam que o modelo reduz a complexidade, enquanto 28% discordam e 35% são neutros.

Outra conclusão da pesquisa é que há muito a ser feito sobre a contabilidade dos instrumentos financeiros, apesar das melhorias percebidas. Apenas 33% dos respondentes concordam com a proposta da IFRS 9 de utilização de abordagem de mensuração mista (custo amortizado e valor justo), enquanto a maioria (60%) opta por uma abordagem de valor justo.

Por fim, é preciso levantar alguns aspectos a serem observados quando da aplicação da IFRS 9. Apesar da mudança não ter por objetivo aumentar ou diminuir o uso do valor justo e que isso dependerá do modelo de negócio da entidade, dos tipos de ativos financeiros que a entidade possua e da classificação que eles receberam previamente, bem como das escolhas que serão feitas sob o novo modelo de classificação, é preciso observar que poderá haver um aumento do seu uso, com os respectivos ganhos ou perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício. Logo, os lucros poderão ser distribuídos, caso seja esse o desejo da administração.

Ademais, os títulos patrimoniais podem ter seus ganhos ou perdas não realizados reconhecidos em OCI, desde que eleitos, irrevogavelmente, pela administração. Uma vez eleitos, tais ganhos ou perdas, quando da baixa do título, poderão ser reclassificados apenas de OCI para Lucros Acumulados, não transitando pela Demonstração de Resultado do Exercício.

Logo, ao não impactar no resultado, há um impacto na análise de desempenho da entidade por meio de indicadores de rentabilidade, tais como: ROA, ROE e lucro por ação.

Em suma, considerando os diversos aspectos mencionados, há uma percepção de melhoria, em especial por atingir o objetivo de redução do número de categorias de classificação dos ativos financeiros. Entretanto, conforme demonstrado pela pesquisa do CFA e comentado pelos auditores respondentes à pesquisa de Celik e Hakansson (2009), ainda é cedo para afirmar que a mudança introduzida produz uma redução na complexidade da contabilidade dos instrumentos financeiros. Para isso, faz-se necessário aguardar as mudanças das próximas etapas, o que justifica o não endosso pela União Europeia, assim como outras normas com impactos na contabilidade dos instrumentos financeiros (*e.g. fair value measurement*).

2.5.5 Classificações contábeis *versus* prudenciais: convergência

De acordo com Borio e Tsatsaronis (2005, p. 1), o crescimento rápido do setor financeiro, sua grandiosa sofisticação e suas características globais têm estimulado o interesse dos participantes de mercado e dos políticos, os quais têm se atentado à produção e à disseminação de informação. Esta, por sua vez, é vista como um fator-chave que permite que o sistema financeiro conduza os recursos aos usos mais produtivos e aloque e gerencie riscos.

As crises financeiras e os episódios de má conduta corporativa têm destacado alguns aspectos disfuncionais de fornecimento e processamento de informações. Como resultado, Borio e Tsatsaronis (*Ibid.*, p. 1) destacam as iniciativas que visam suprir a demanda por mais informações e de melhor qualidade, bem como as estratégias de fortalecimento das informações disponíveis sobre cada uma das firmas.

Dentre as iniciativas, os referidos autores destacam os evidentes esforços para o desenvolvimento de normas internacionais (IFRS) harmonizadas, lideradas pelos profissionais da contabilidade, e aqueles para melhorar as normas de divulgação sobre os riscos das instituições financeiras reguladas, lideradas pelas autoridades prudenciais, particularmente o Comitê da Basileia, no contexto do Novo Acordo de Capital (Basileia II).

Corroborando, Duke (2009, p. 1) afirma que reguladores e políticos, ao redor do mundo, vêm avaliando as mudanças nas práticas e estruturas para corrigir as fraquezas reveladas pela

recente crise mundial. Acrescenta que, ao mesmo tempo, normatizadores contábeis estão propondo mudanças que, por sua vez, afetarão as normas prudenciais.

Como já mencionado previamente, existem divergências entre as práticas contábeis e as normas regulatórias, no que tange às classificações. (BCBS, 2005, p. 3). Pelas normas contábeis, a IAS 39 prevê quatro classificações para os ativos financeiros (valor justo pelo resultado, mantido até o vencimento, disponível para venda e empréstimos e recebíveis), ao passo que para fins prudenciais, apenas duas classificações existem (*trading* e *banking*).

Como resposta rápida à crise financeira foi introduzida a IFRS 9, cujo objetivo é reduzir a complexidade da contabilidade dos ativos financeiros, em virtude das numerosas classificações da IAS 39, por meio do estabelecimento de apenas duas categorias de classificação: custo amortizado e valor justo. Com sua introdução, surge a indagação se a forma como as normas prudenciais e contábeis classificam os ativos financeiros estão convergindo.

Inicialmente, é preciso um breve esclarecimento do conceito de convergência. O termo tem sido muito utilizado para descrever os esforços dos Estados Unidos e dos países europeus para mover em direção a uma prática global de contabilidade. Convergir significa dirigir-se, tender para um ponto comum. (MICHAELIS, 2008, p. 224).

Pelas regras prudenciais, a classificação, nas categorias *trading* ou *banking*, visa espelhar a maneira como os ativos financeiros são geridos, alinhados com o modelo de negócio da entidade. As atividades de *trading* visam aos lucros nas mudanças de curto prazo nos preços de mercado ou a proteção de itens do *trading book*. Por outro lado, o propósito do *banking book* é gerar renda líquida com juros e não lucros no curto prazo, oriundos de mudanças no mercado. Ademais, inclui-se no *banking book* os instrumentos utilizados para a proteção de outros itens desse *book*.

Pela IFRS 9, primeiramente, deve-se observar o modelo de negócio da entidade. Logo, até o primeiro passo, as duas regras se alinham, uma vez que, até esse ponto, o importante é a maneira como o instrumento financeiro é gerido. Todavia, o segundo passo da IFRS 9 requer analisar as características do instrumento, passo que gera algumas divergências entre as duas normas e resulta, por exemplo, em títulos classificados como valor justo, para fins contábeis,

porém classificados no *trading* ou *banking book*, de acordo com a forma como a instituição os gerencia.

De maneira simplificada e sem o intuito de ser exaustivo, tomando-se por base a análise efetuada no Quadro 5, foram incluídos alguns exemplos de ativos financeiros e as respectivas classificações pelas normas contábeis e prudenciais, resultando no Quadro 6. As categorias contábeis baseiam-se nas definições da IFRS 9, enquanto as categorias prudenciais consideram, apenas, se o modelo de negócio visa negociar ou manter o ativo, sem considerar todas as regras necessárias para a qualificação em cada um dos *books*.

Quadro 6 – Exemplos de ativos financeiros e respectivas classificações pela IFRS 9 e normas prudenciais

IFRS 9		Exemplos	Categoria pelas normas prudenciais
Categoria	Subcategorias		
Valor justo	Instrumentos para negociação.	Letra do Tesouro Nacional	<i>Trading</i>
	Instrumentos que serão mantidos pela entidade, porém falharam no teste sobre as suas características e, portanto, não se qualificam como custo amortizado.	Derivativo (proteção de instrumento do <i>banking book</i>)	<i>Banking</i>
		Debênture conversível	<i>Banking</i>
	<i>Fair Value Option</i> de instrumentos que se qualificam como custo amortizado.	Letra do Tesouro Nacional	<i>Banking</i>
	Instrumentos eleitos para efeito em OCI.	Ações	<i>Banking</i>
Custo Amortizado	Itens que se qualificam como custo amortizado.	Empréstimo simples (principal + juros)	<i>Banking</i>
		Letra do Tesouro Nacional	<i>Banking</i>

Conforme apresentado no Quadro 6, uma Letra do Tesouro Nacional pode ser classificada, contabilmente, como valor justo, por ter sido adquirido visando à negociação no curto prazo. Sendo um instrumento com tal intuito, para fins prudenciais, estará mais bem classificado no *trading book*.

Por outro lado, esse mesmo ativo financeiro pode ter sido adquirido com objetivo de ser mantido para coletar os fluxos de caixa contratuais. Nesse caso, analisando as características do instrumento, ele se qualifica para a categoria de custo amortizado e, para fins prudenciais, estará mais bem classificado no *banking book*. Entretanto, caso haja a opção pelo valor justo (*Fair Value Option*), apesar de se qualificar para custo amortizado, o ativo será classificado na categoria valor justo, porém mantido no *banking book*.

Os derivativos e as debêntures conversíveis, por não atenderem as características dos instrumentos que se qualificam ao custo amortizado, embora sejam mantidos pela entidade e isso os eleja ao *banking book*, para fins contábeis eles serão tratados como valor justo.

As ações, para fins contábeis, serão sempre classificadas na categoria valor justo, devido às próprias características do instrumento. Entretanto, a IFRS 9 prevê a opção irrevogável de eleger que os ganhos ou perdas não realizados, dos títulos patrimoniais, sejam reconhecidos em OCI. Para fins prudenciais, considerando o objetivo de manter o ativo, ele foi classificado no *banking book*.

Por último, os empréstimos simples foram classificados como custo amortizado por atenderem os dois passos necessários para tal categoria. Por se tratarem de instrumentos com objetivo de manutenção para coletar fluxos de caixa contratuais, eles foram considerados no *banking book*, para fins prudenciais.

Em suma, tomando como base os exemplos apresentados no Quadro 6, conclui-se que os instrumentos classificados contabilmente como custo amortizado estarão classificados pelas normas prudenciais no *banking book*. Entretanto, o inverso não pode ser afirmado, uma vez que, no *banking book*, haverá títulos tanto da categoria valor justo (e.g. debênture conversível; derivativos) como custo amortizado (e.g. empréstimo simples).

Ao contrário, os instrumentos classificados contabilmente como valor justo estarão classificados pelas normas prudenciais tanto no *trading* quanto no *banking book*, dependendo da maneira como são geridos pela instituição. Entretanto, os instrumentos classificados no *trading book* estarão classificados contabilmente como valor justo.

Com base na análise simplificada efetuada, observa-se que uma só categoria contábil (e.g. valor justo) pode estar presente nas duas categorias prudenciais, ao passo que uma só categoria prudencial (e.g. *trading book*) conterá somente ativos da categoria valor justo. Da mesma forma, o custo amortizado conterá somente títulos do *banking book*, ao passo que ele estará presente nas duas categorias contábeis. A título de ilustração, a Figura 3 apresenta a relação entre as categorias contábeis e prudenciais, concluída com base na análise simplificada dos exemplos mencionados anteriormente.

Figura 3 – Relação entre as categorias contábeis e prudenciais

Com base no exposto, observa-se que divergências anteriormente identificadas permanecem, tais como o valor justo dos derivativos, independentemente deles serem utilizados para proteção de ativos registrados no *banking book*. Entretanto, há que se ressaltar o ganho em termos de redução dos controles paralelos das categorias, haja vista a redução das categorias, quando comparadas com as previstas pela IAS 39.

Ademais, segundo Duke (2009, p. 1-2), as perspectivas dos órgãos reguladores quanto à revisão da IAS 39, em termos de relevância, era que o princípio de mensuração deveria refletir a maneira como as entidades usam os instrumentos financeiros. Nesse sentido, o modelo de negócio e a abordagem de gerenciamento de riscos tomada pela entidade, assim como a forma pela qual o valor do instrumento provavelmente será realizado, deveriam ser fatores na determinação da mensuração.

A referida autora acrescenta que se o modelo de negócio consiste na negociação de instrumentos financeiros para a realização de valor ou outras estratégias que essencialmente foquem na movimentação de preços no curto prazo, logo o valor justo é relevante. Em contraste, se o modelo é baseado na realização de valor por meio do retorno do principal e os juros sobre a vida útil do instrumento financeiro, o valor justo é menos relevante.

Em linha com Duke, o Comitê da Basileia, em seu *Guiding principles for the replacement of IAS 39* (BCBS, 2009, p. 1), esperava que a nova norma permitisse que as transações bancárias pudessem ser apresentadas de maneira robusta e consistente, em linha com sua substância econômica. Ademais, ela deveria refletir o modelo de negócio conforme adotado pelo

Conselho de Administração e Alta Administração, consistente com a estratégia e práticas de gerenciamento de riscos documentadas pela entidade, embora considerando as características dos instrumentos.

Portanto, apesar de divergências entre as normas contábeis e prudenciais ainda permanecerem, ao tomar como base as expectativas dos órgãos reguladores, sintetizados por Duke (2009) e pelo Comitê da Basileia (2009), e as mudanças introduzidas pela IFRS 9, é possível concluir que a introdução dessa norma reflete um movimento de convergência entre as normas contábeis e as regras prudenciais.

3 RISCOS

O objetivo desse capítulo, primeiramente, é apresentar o conceito de risco. Na sequência, mostrar os riscos aos quais o Sistema Financeiro está exposto e que compõem o cálculo do Índice da Basileia. E, para encerrar o capítulo, destacar a importância da gestão de riscos e do papel que as regras prudenciais exercem para o fortalecimento da solidez e da estabilidade do sistema financeiro.

3.1 Riscos: conceitos e definições

O risco é um aspecto presente desde os primórdios da vida humana, conforme atesta Brito (2007, p. 3), ao afirmar que desde o início da sua existência, o ser humano convive com o risco e que ele passou a fazer parte do seu dia a dia, incorporando-se à sua própria existência.

Todavia, o risco não só está presente como pode ser visto como “[...] uma variável determinante à evolução humana, pois a sua ausência implica a certeza de resultados e a restrição à construção de conhecimentos. Sem o risco, a esperança de obter algo melhor é tolhida.” (CAPELLETO, 2006, p. 19).

Fazendo uma visita às suas origens, descobre-se que a concepção moderna de risco tem suas raízes no sistema de numeração indo-arábico. Entretanto, seu estudo mais sério começou no Renascimento, fase na qual ocorreu a descoberta da teoria das probabilidades, o núcleo matemático do conceito de risco. (BERNSTEIN, 1997, p. 3).

Por isso, o domínio do risco é considerado a fronteira entre o passado e os tempos modernos, o qual Bernstein (1997, p. 1) define como “[...] a noção de que o futuro é mais do que um capricho dos deuses e de que homens e mulheres não são passivos ante a natureza.”

Fazendo uma comparação dos riscos com as incertezas, Securato (2007, p. 33-34) parte de definições simples sobre o conceito de risco, tais como Gitman – “[...] risco pode ser definido como a possibilidade de perda” – ou de Solomon e Pringle – “risco é o grau de incerteza a respeito de um evento” – para identificar que a definição de risco envolve a probabilidade de ocorrência do evento gerador da perda ou da incerteza. Assim, o autor conclui que, se não há

elementos para avaliar a probabilidade ou se a mesma não for usada, a desejo de seu decisor, tal condição limite será simplesmente uma incerteza, em sua plenitude.

Nesse tocante, Brito (2007, p. 4) afirma que muito se confunde risco com incerteza e conclui que a diferença fundamental é que a incerteza está mais vinculada ao acaso e que, na aleatoriedade, os eventos possuem probabilidades que não se podem mensurar.

Portanto, fazendo uma comparação entre riscos e incertezas, percebe-se que o risco está dimensionado em probabilidades, enquanto as incertezas não possuem amparo na racionalidade. Por isso, ambos não devem ser confundidos.

Ao analisar risco, o que se altera é seu nível, sendo alto para alguns, médio para outros ou, ainda, reduzido. Por essa razão, Securato (2007, p. 33) afirma que situações que podem parecer de alto risco para uma pessoa pode ser considerada de risco aceitável para outras, o que o conduz à conclusão de que é essa variedade de posturas diante do risco que permite, muitas vezes, que os negócios ocorram.

Seguindo a mesma linha, Bernstein (1997, p. 3) destaca que a capacidade de administrar o risco e com ele a vontade de correr riscos e de serem feitas opções ousadas, são elementos-chave da energia que impulsiona o sistema econômico.

Ao fazer uma relação entre o risco e o surgimento do capitalismo, Bernstein (1997, p. 21) destaca que ele não poderia ter florescido sem o conhecimento da contabilidade, atividade que encorajou a disseminação das novas técnicas de numeração e contagem.

Corroborando, Capelletto (2006, p. 20) destaca que o conhecimento contábil proporcionou o registro dos fatos e a visão gerencial dos negócios, capacitando a previsão dos resultados, condicionados à assunção de riscos proporcionais ao retorno esperado.

Em finanças, existem diversos conceitos para risco. Para Pyle (1997, p. 3), risco pode ser definido como reduções no valor da firma, devidas às mudanças no ambiente de negócios.

Sob a ótica de retorno sobre investimento, têm-se as definições de Duarte Jr. e Varga (2003, p. 3), para os quais “Risco pode ser definido como uma medida da incerteza associada aos

retornos esperados de investimentos”; Bessis (1998, p. 5) define risco como o impacto adverso na rentabilidade proveniente de diversas fontes de incertezas, acrescentando que sua mensuração requer que ambos, a incerteza e seu potencial efeito adverso sobre a rentabilidade, sejam capturados; e Capelletto (2006, p. 20), que apresenta o conceito de risco como a probabilidade de não obter o retorno esperado sobre o investimento realizado.

Ross et al. (2008, p. 413) esclarecem que a parte não prevista do retorno consiste no verdadeiro risco de um investimento. Acrescentam que dois tipos de eventos afetam os retornos: o risco não sistemático e o risco sistemático.

Os referidos autores definem risco não sistemático como aquele que afeta um único ativo ou um pequeno grupo de ativos, também chamados riscos exclusivos ou riscos específicos. Securato (2007, p. 48-49) acrescenta que esse risco é gerado por fatos que atingem diretamente o ativo em estudo ou o subsistema a que está ligado, não atingindo os demais ativos e subsistemas.

O risco sistemático, por sua vez, é definido por Ross et al. (2008, p. 413) como aquele que afeta um grande número de ativos, cada um em maior ou menor grau, sendo também chamado de risco de mercado. Securato (2007, p. 48-49) considera que o risco sistemático, também conhecido como risco conjuntural, é aquele em que os sistemas econômico, político e social, vistos de uma forma ampla, impõem ao ativo.

O referido autor acrescenta que a defesa para o risco sistemático é a administração diversificada da carteira de ativos, de forma a maximizar os retornos minimizando os riscos. Nesse contexto, faz-se necessário incluir a menção ao trabalho pioneiro de Markowitz, há mais de cinco décadas, o qual deu origem à Teoria Moderna das Carteiras. Seu trabalho revolucionou a gestão de riscos, ao introduzir a noção de risco e de diversificação na formação da carteira de ações.

O conceito de carteira “eficiente”, apresentado por Markowitz (1952), consiste em aplicar em ativos que ofereçam conjuntamente o maior retorno possível à volatilidade aceita pelo investidor, a qual depende da sua postura ante os riscos.

Bernstein (1997, p. 255-256) esclarece que eficiência é um termo adotado da engenharia pelos economistas e estatísticos e que significa maximizar a saída em relação à entrada ou minimizar a entrada em relação à saída. Acrescenta que as carteiras eficientes minimizam aquela “coisa indesejável” chamada variância, ao mesmo tempo em que maximizam aquela “coisa desejável” chamada enriquecer.

Para Capelletto (2006, p. 21), antes do trabalho de Markowitz, a premissa era investir em ativos com maior retorno, sem considerar os riscos envolvidos e a relação entre o comportamento dos ativos componentes da carteira. Após Markowitz, a importância do risco foi igualada ao retorno, tendo o objetivo principal passado a ser a minimização da variância para um mesmo retorno. O autor acrescenta que a genialidade do modelo foi provar que a volatilidade no retorno de uma carteira de ativos pode ser minimizada pela aplicação em ativos que sejam não perfeitamente correlacionados entre si.

Por último, Bernstein (1997, p. 253), ao comparar a diversificação proposta por Markowitz com a Teoria dos Jogos³⁷, considerando o investidor um dos jogadores e o mercado de ações o outro, concluiu que jogar para vencer esse oponente é uma receita quase certa ao fracasso e, na diversificação, o investidor, ao menos, maximiza suas probabilidades de sobrevivência.

3.2 Riscos inerentes ao sistema financeiro

O Sistema Financeiro diferencia-se dos demais setores, devido às suas especificidades operacionais. Como intermediadores de recursos entre os agentes superavitários e deficitários, as instituições financeiras são colocadas no centro do fluxo econômico.

No universo bancário, numerosos riscos impactam na sua rentabilidade e solidez. Os diferentes tipos de riscos precisam ser cuidadosamente definidos e tal definição provê a primeira base para a sua mensuração e gerenciamento. Assim, para poder mensurar e gerenciar é necessário antes conhecer os riscos inerentes ao sistema financeiro.

³⁷ Ramo da matemática aplicada que estuda estratégias em que jogadores escolhem diferentes ações, na tentativa de melhorar seu retorno.

Para Duarte Jr. e Varga (2003, p. 4) risco é um conceito “multidimensional” que cobre quatro grandes grupos: risco de mercado, risco operacional, risco de crédito e risco legal. Capelletto (2006, p. 22), por sua vez, considera que os principais riscos encontrados nas operações realizadas no sistema financeiro são os riscos de crédito, de mercado e de liquidez.

Pyle (1997, p. 3) define que as maiores fontes de perda de valor são os riscos de mercado, de crédito, operacional e de desempenho, enquanto para Bessis (1998, p. 5), os principais riscos do sistema financeiro podem ser resumidos conforme demonstra a Figura 4.

Figura 4 – Principais riscos do sistema financeiro

Fonte: Bessis (1998, p. 5) (tradução livre)

Pode-se observar que os riscos em comum, destacados pelos referidos autores e que são mensurados pelo Índice da Basiléia, são os riscos de crédito, de mercado e operacional, os quais serão focados. Embora o gerenciamento de riscos corporativos deva considerá-los sempre em conjunto, tais itens serão tratados de maneira separada.

3.2.1 Risco de crédito

Assim como riscos, existem diversos conceitos para o risco de crédito. O Comitê da Basiléia (BCBS, 2000a, p. 1) define-o, simplesmente, como o potencial da contraparte em não cumprir suas obrigações em conformidade com os termos contratuais.

A Resolução do CMN nº 3.721, de 30 de abril de 2009 (BACEN, 2009), acrescenta algumas características, além daquelas definidas pelo Comitê da Basiléia, definindo risco de crédito, como:

[...] a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Na literatura sobre o assunto, também existem diversas definições. Segundo Duarte Jr. e Varga (2003, p. 5), o risco de crédito seria uma medida das possíveis perdas em uma instituição caso uma contraparte num contrato ou um emissor de dívida tenha alterada sua capacidade de honrar suas obrigações, por não pagamento ou degradação de sua qualidade creditícia.

Na mesma linha, Bessis (1998, p. 81) considera o aspecto de degradação creditícia, ao definir risco de crédito “[...] pelas perdas no evento de não pagamento do devedor, ou no evento de deterioração da qualidade do crédito do devedor.”³⁸ O autor (*Ibid.*, p. 6) esclarece que a deterioração do crédito não implica não pagamento, mas significa que a probabilidade que o mesmo não ocorra sofreu um aumento.

Corroborando, para Capelletto (2006, p. 22), a elevação do risco é resultante não somente pela falta de pagamento da obrigação, mas também pela redução da capacidade de pagamento do devedor, a qual pode ser configurada pela assunção de dívidas acima da capacidade de endividamento, pedidos de concordata e falência ou mesmo pela configuração da insolvência.

Para o referido autor, o risco de crédito está presente nas operações que exigem compromisso de um agente para com o outro, podendo ser oriundos de empréstimos e financiamentos tradicionais, operações compromissadas, transações interbancárias, operações de câmbio, transações com derivativos e de garantias e avais prestados. Assim, resume-se que, havendo um compromisso entre duas partes, existe o risco de crédito.

Portanto, tendo em vista as características da atividade bancária, atuante como intermediador financeiro, o risco de crédito é algo extremamente presente em suas operações, sendo sua gestão fundamental para a continuidade dos negócios.

Segundo o Comitê da Basileia, por meio do documento “*Principles for the Management of Credit Risk*” (BCBS, 2000a, p. 1), a maior causa dos sérios problemas no setor bancário

³⁸ “[...] by the losses in the event of default of the borrower, or in the event of a deterioration of the borrower’s credit quality.” Tradução livre.

continua diretamente relacionada com o relaxamento nas exigências para a concessão de crédito, pobre gerenciamento de risco de carteira, à falta de atenção nas mudanças no cenário econômico ou em qualquer outra circunstância que possa levar à deterioração da capacidade da contraparte em honrar suas obrigações.

No tocante à mensuração, Bessis (1998, p. 81) destaca que dois aspectos precisam ser considerados: do ponto de vista quantitativo, o montante emprestado à contraparte, enquanto, qualitativamente, as chances do não pagamento ocorrer e garantias que reduzem as perdas, caso elas ocorram.

Entretanto, Capelletto (2006, p. 23) ressalta que a gestão de risco de crédito vai além da simples avaliação do potencial de pagamento da contraparte. Seu principal objetivo é maximizar a taxa de retorno ajustada ao risco das operações.

O referido autor acrescenta que o risco de crédito deve ser analisado em conjunto com os demais riscos, em especial ao risco de mercado, tendo em vista sua complementaridade. Como dois lados da mesma moeda, em condições normais, o aumento do risco de crédito representa a redução do risco de mercado e vice-versa. Assim, uma falha em seu gerenciamento pode provocar perdas significativas e comprometer a continuidade da instituição.

3.2.2 Risco de mercado

O risco de mercado pode ser definido como uma medida de incerteza relacionada aos retornos esperados de um investimento em decorrência de variações em fatores de mercado, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, preços de *commodities* e ações. (DUARTE JR.; VARGA 2003, p. 4).

Brito (2007, p.42) acrescenta que uma diferença observável entre os riscos de mercado e de crédito é que estes se limitam à operação contratada, atualizada por juros e pagamentos, ao passo que, com os riscos de mercado, a perda pode ser superior ao valor do ativo-objeto original.

Capelletto (2006, p. 24), partindo da equação fundamental do patrimônio líquido, na qual o patrimônio líquido consiste no saldo residual entre o ativo menos o passivo, concluiu que, sob o enfoque de risco de mercado, o patrimônio líquido deve ser maior que o somatório dos valores resultantes das variações das taxas de juros, das taxas de câmbio e dos preços de ações e *commodities versus* as posições líquidas a elas expostas.

Com base na explicação de Capelletto, conclui-se que o risco de mercado é composto como segue:

$$\text{Risco de Mercado} = \text{Risco Taxa Juros} + \text{Risco de Câmbio} + \text{Risco Preço de Ações} + \text{Risco Preço de Commodities} \quad (1)$$

Como a definição de risco de mercado contempla outras variáveis, para melhor entendimento, a seguir, é apresentada uma breve explicação sobre cada item de sua composição.

a) Risco de Taxa de Juros

Bessis (1998, p. 8) define risco de taxa de juros como o risco de declínio dos resultados devido aos movimentos nas taxas de juros. Da mesma forma, o Comitê da Basileia (BCBS, 2004b, p. 5) define o risco de taxa de juros como a exposição da condição financeira da instituição a movimentos adversos nas taxas de juros.

Como pode ser observado, ambas as definições possuem, em comum, a possibilidade da variação na taxa de juros ocasionar perdas ao detentor do item sujeito a tal variação. Portanto, esse risco é intrínseco a todas as operações referenciadas em taxas de juros e, assim como o risco de crédito, trata-se de um risco extremamente presente na atividade bancária, devido à sua essência de intermediador financeiro.

Capelletto (2006, p. 25) acrescenta que a mensuração dessa modalidade de risco depende da volatilidade do comportamento das taxas de juros e das correlações existentes entre os itens referenciados. Assim sendo, operações realizadas em mercados com maior variância nas taxas de juros implicam maior risco às posições assumidas pelas instituições participantes, exigindo maior volume de patrimônio para cobrir os riscos de perdas não esperadas.

b) Risco de Câmbio

Bessis (1998, p. 10-11) afirma que o risco de câmbio consiste nas perdas observáveis oriundas de variações nas taxas cambiais, nas quais o item sujeito a tal variação esteja indexado.

Ross et al. (2008, p. 743) acrescentam que o risco de taxa de câmbio é consequência natural das operações internacionais num mundo em que os valores de moeda se movimentam para cima e para baixo. Logo, ao assumir posições ativas ou passivas, a instituição fica exposta à variação cambial.

A mensuração da exposição dá-se mediante o cálculo da variação da moeda estrangeira sobre a posição líquida da instituição, gerando, assim, receitas ou despesas.

Capelletto (2006, p. 26), ao comparar o risco de taxa de juros com o risco cambial, concluiu que este possui um caráter exógeno. O autor acrescenta que, enquanto a taxa de juros é administrada internamente e consiste numa decisão até certo ponto autônoma da entidade monetária, a taxa de câmbio é determinada por fatores externos, não-controláveis pelos países.

c) Risco de Preço de Ações e de *Commodities*

Para Capelletto (2006, p. 26), o risco de preço consiste na probabilidade de perda em decorrência de alteração nos preços de mercado. O autor acrescenta que esse risco diverge dos demais por inexistir um indexador de referência explícito para remunerar o item objeto, haja vista que o valor é dado pelo preço de mercado, não havendo vinculação direta com as demais variáveis.

A título de exemplificação, Capelletto (*Ibid.*, p. 27) cita os valores mobiliários, classificados como títulos de renda variável, em face da dependência do retorno ao desempenho do emissor, e as *commodities*, como itens expostos aos riscos de preços, no setor financeiro.

3.2.3 Risco operacional

Conforme o Novo Acordo de Capital (BCBS, 2004, p. 137), “Risco operacional é definido como o risco de perda resultante de inadequados ou falhos processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.”³⁹

Sendo mais específicos, Duarte Jr. e Varga (2003, p. 4) definem risco operacional como uma medida das possíveis perdas em uma instituição caso seus sistemas, práticas e medidas de controle não sejam capazes de resistir às falhas humanas ou às situações adversas de mercado.

Corroborando, Pyle (1997, p. 3) afirma que os riscos operacionais resultam de custos incorridos por erros cometidos na realização de transações, tais como: falhas nas liquidações, falhas no atendimento dos requerimentos regulatórios e cobranças intempestivas.

Duarte Jr. e Varga (2003, p. 459-460) definem três fatores considerados as causas dos riscos operacionais: fatores internos, externos e acidentais.

Os autores definem fatores internos como aqueles associados à potencial falha nos fatores essenciais de produção, a saber: as decisões, os projetos, os processos e os controles utilizados pela organização. Acrescentam que a origem de tais falhas está no fator humano e nos recursos materiais inadequados ou insuficientes.

Quanto aos fatores externos, os autores definem como aqueles cujas causas, às vezes, não são gerenciáveis. Entretanto, muitas delas permitem a construção de elementos de proteção e intervenção mitigadora. A título de exemplificação, Brito (2007, p.52) cita: crises sociais, catástrofes, problemas com infraestrutura pública, crises sistêmicas, entre outros.

Por fatores acidentais, Duarte Jr. e Varga (2003, p. 459-460) definem os eventos inesperados, aleatórios, os quais podem ser causados por falhas humanas, de equipamentos ou da própria natureza. Assim como mencionado nos fatores externos, eles, também, podem ser mitigados por meio da construção de elementos de proteção e intervenção.

³⁹ “Operational risk is defined as the risk of loss resulting from inadequate or failed internal processes, people and systems or from external events.”

Por último, no Brasil, foi introduzida a Resolução do CMN nº 3.380, em 29 de junho de 2006 (BACEN, 2006a), a qual dispõe sobre o gerenciamento do risco operacional. A norma define risco operacional, elenca eventos que nele se caracterizam e destaca as exigências de uma estrutura de gerenciamento de risco operacional.

Pela referida resolução, risco operacional consiste na “[...] possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.” Entre os eventos de risco são incluídos: fraudes internas, fraudes externas, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição, eventos que interrompam as atividades da instituição, falhas no sistema de tecnologia da informação e falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento de atividades da instituição.

3.3 A importância da gestão de riscos no sistema financeiro

O risco está presente na rotina de qualquer investimento e não se trata de um conceito novo, uma vez que ele já foi tratado, há mais de cinco décadas, no trabalho pioneiro de Markowitz. Entretanto, o risco assumiu posição de destaque somente após os acontecimentos ligados aos nomes como Banco Barings, Orange County, Metallgesellschaft, entre outros, ocorridos na década de 1990. (DUARTE JR.; VARGA, 2003, p. 4).

A gestão de risco é um assunto de extrema importância para qualquer instituição, seja ela financeira ou não. Por isso, nos últimos anos, tanto as instituições financeiras quanto os supervisores bancários têm se preocupado, crescentemente, com o desenvolvimento de estruturas adequadas para o gerenciamento de riscos.

Particularmente a partir da década de 1980, verifica-se o aumento das atividades internacionais das instituições financeiras, a inovação de práticas e os instrumentos financeiros como derivativos, além de diversos tipos de operações especulativas. Em tal cenário, a existência de ferramentas para gerenciamento de ativos e passivos passou a ser condição necessária para a sobrevivência das instituições financeiras e a solidez dos sistemas financeiros nacionais e internacionais. (DUARTE JR.; VARGA, 2003, p.13).

Consequentemente, a evolução dos instrumentos de regulação e supervisão das instituições financeiras é resultado natural da evolução dos mercados, operações e atividades bancárias dessas instituições. Assim, ao mesmo tempo em que a intensificação da internacionalização das instituições financeiras implicou a necessidade de existência de padronização da supervisão bancária mundial, foi necessário, igualmente, o estabelecimento de regras prudenciais compatíveis com a sofisticação das atividades bancárias. (DUARTE JR; VARGA, 2003, p. 14).

No setor financeiro, pontualmente, a preocupação com riscos está intimamente ligada ao seu papel de intermediador e provedor de liquidez à economia. Tal preocupação se fundamenta pela relação estreita entre a liquidez da instituição e do ambiente. Logo, da mesma forma que a ocorrência de um choque financeiro é capaz de produzir efeitos adversos na maior parte do sistema ou da economia, a situação individual de uma instituição pode ter efeito contaminação nas demais, devido ao vínculo explícito entre elas.

Nesse contexto, o Comitê da Basileia assumiu papel de destaque no cenário mundial, produzindo diversos documentos e recomendações que influenciam fortemente os supervisores bancários de todo mundo. Entre seus documentos podem-se destacar o Acordo de Capital de 1988 e o Novo Acordo de Capital que, entre outros aspectos, determinam o capital regulamentar mínimo para instituições financeiras.

No entanto, apesar de notório que as instituições financeiras precisam atender os requerimentos regulatórios sobre mensuração de risco e de capital, para Pyle (1997, p. 2) é um erro sério pensar que atender as exigências regulatórias sejam a única ou a razão mais importante para o estabelecimento de um sólido sistema de gerenciamento de risco.

O referido autor acrescenta que a administração precisa de uma confiável mensuração de risco para direcionar o capital às atividades com o melhor retorno. Ademais, são necessárias estimativas do tamanho das potenciais perdas, a fim de atender os limites impostos pela liquidez, pelos credores, clientes e órgãos reguladores, além de mecanismos para monitorar as posições e criar incentivos para a tomada de riscos de maneira prudente, individualmente ou por divisões.

Assim, a gestão de riscos fornece aos bancos uma visão melhor sobre o futuro e, de acordo com ela, a habilidade de definir as políticas de negócio, definindo-o como um conjunto de ferramentas e técnicas, bem como um processo que é requerido para implementar a estratégia de um banco. Sua principal meta é mensurar riscos de forma a monitorá-los e controlá-los. (BESSIS, 1998, p. 24).

3.4 Acordo de capital de 1988 e o novo acordo de capital

Freixas et al. (2000, p. 611) afirmam que a possibilidade de uma crise sistêmica afetar a maior parte do mercado financeiro tem aumentado a preocupação regulatória por todo o mundo. Acrescenta que, independentemente das causas, a responsabilidade dos órgãos regulatórios é prover adequadas barreiras que evitem que as crises se espalhem sobre outras instituições.

O principal objetivo do Acordo da Basiléia é fortalecer a solidez e a estabilidade do sistema financeiro mediante a recomendação da constituição de um capital mínimo como garantia de solvência da instituição, maior estabilidade às operações no mercado financeiro e, conseqüentemente, liquidez ao sistema bancário internacional. Daí a importância do capital para fazer face aos riscos das instituições.

Para melhor compreensão da necessidade de níveis de capital mínimo requerido para as instituições financeiras, é importante lembrar que o capital possui a função primária de proteger as instituições financeiras quando da ocorrência de perdas ou minimizar o risco de insolvência. (DUARTE JR.; VARGA, 2003, p.15). O risco de insolvência, por sua vez, é uma consequência da combinação de ativos e passivos da instituição. Assim, a determinação do capital necessário para uma instituição deve ser em função dos riscos presentes em seus ativos e passivos. (LELIS, 2008, p. 30-31).

Portanto, a intervenção dos órgãos reguladores é fundamental para a continuidade do sistema, feita por meio da definição de limites operacionais às instituições, como uma medida prudencial necessária para evitar excessos na exposição ao risco e minimizar o risco de insolvência.

Corroborando, Capelletto (2006, p. 32) afirma que, em tal situação, a intervenção dos órgãos reguladores é vital à continuidade do sistema. Acrescenta que a definição de limites operacionais às instituições é a medida prudencial requerida para evitar a exposição a riscos excessivos, assim entendidos como aqueles incapazes de serem absorvidos pelos recursos próprios dos proprietários.

Consciente disso, o Comitê da Basiléia estabeleceu uma estrutura de cálculo de capital mínimo regulamentar para as instituições financeiras, por meio do “*International convergence of capital measurement and capital standards*”, em abril de 1988, também conhecido como Acordo da Basiléia de 1988 ou Basiléia I. Tal documento estabelece uma estrutura de cálculo de capital regulamentar mínimo para as instituições financeiras, vindo a tornar-se referência mundial, por meio das fortes influências sobre os órgãos de supervisão bancária ao redor do mundo.

A mensuração de riscos no sistema financeiro é marcada com a publicação do Acordo, o qual estabeleceu a aferição do valor em risco pela relação entre os ativos e o patrimônio líquido, modificando o conceito vigente que considerava o endividamento calculado pela razão entre o passivo e o patrimônio líquido. (CAPELLETTO; CORRAR, 2008, p.7).

Por essa razão, Capelletto (2006, p. 32) considera o Acordo como um divisor de águas em termos de regulação prudencial, pois modifica o enfoque de risco da supervisão, migrando do lado do passivo para o ativo, em função do nível de risco gerado pela aplicação dos recursos.

O Acordo de 1988 já tinha fundamentos na necessidade de manutenção de um capital mínimo regulamentar que cobrisse os riscos de perdas inesperadas. Contudo, havia uma concentração básica nos riscos de crédito, numa estrutura de cálculo relativamente simples, cuja sistemática consistia na capitalização mínima de 8% sobre uma base de cálculo apurada sobre os ativos ponderados pelo risco, com ponderação de 0% a 100%.

Em 1998, com o intuito de aperfeiçoar os cálculos do capital regulamentar, para o aproximar do capital econômico calculado pelas instituições financeiras, um novo acordo começou a ser analisado, compreendendo não somente o cálculo do capital para cobertura dos riscos, mas também preocupações quanto à disciplina de mercado e transparência das informações.

Após a publicação do Acordo de 1988, as ferramentas de gerenciamento de risco e cálculo de capital econômico em instituições financeiras sofisticaram-se paulatinamente, as quais foram levadas em consideração, quando o Novo Acordo começou a ser analisado. (DUARTE JR.; VARGA, 2003, p.16).

Em junho de 2004, foi publicado o “*International convergence of capital measurement and capital standards – a revised framework*”- também conhecido como Novo Acordo da Basiléia ou Basiléia II. Partindo do pressuposto de que a exigência de capital regulamentar não é o único instrumento para a minimização da ocorrência de falências bancárias, o documento foi estruturado em três pilares.

O primeiro pilar compreende os requerimentos mínimos de capital, cuja metodologia pretende refletir as necessidades de capital para fazer face aos riscos de cada instituição financeira, quanto ao risco de crédito, de mercado e operacional. Os detalhes sobre a metodologia de cálculo do capital mínimo, pelas regras brasileiras, são apresentados no capítulo 4.

O segundo pilar baseia-se no processo de fiscalização por parte dos órgãos de supervisão bancária, enquanto o terceiro pilar pretende reforçar a importância da disciplina de mercado e de altos níveis de transparência, com o objetivo de minimizar as perdas decorrentes de situações de insolvência. (DUARTE JR.; VARGA, 2003, p. 20). Assim, ele está voltado para as divulgações emitidas pelas instituições, uma vez que divulgações significativas são essenciais para os participantes do mercado entenderem a relação entre o perfil de risco e o capital de determinada instituição, principalmente no tocante à capacidade de continuar solvente. (CARVALHO et al., 2004, p. 267).

No Brasil, o reflexo do Acordo de 1988 só veio a ocorrer em 1994, com a publicação da Resolução do CMN nº 2.099 (BACEN, 1994), estabelecendo Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido para as instituições financeiras, com o objetivo de enquadrar o mercado financeiro brasileiro nos padrões de solvência e liquidez internacionais.

Por intermédio do Anexo IV da Resolução do CMN nº 2.099/1994, as instituições autorizadas pelo Bacen a operar no mercado financeiro brasileiro deveriam constituir o Patrimônio Líquido Exigido (PLE) em valor mínimo de 8% sobre seus ativos ponderados pelo risco (Apr), com fatores de ponderação de 0% a 100%.

Desde então, novas normas e regulamentos vêm sendo editadas, a fim de enquadrar o Sistema Financeiro Nacional nas recomendações do Comitê, de modo que o Brasil tenha um melhor reconhecimento internacional em termos de credibilidade e confiabilidade. Isso permite uma melhor percepção de risco por parte dos investidores internacionais sobre a economia brasileira e pode incentivar os investimentos externos. (PELEIAS et al., 2007, p.26).

4 INDICADORES PRUDENCIAIS E DE RENTABILIDADE

O objetivo desse capítulo, primeiramente, é analisar, de uma maneira geral, os impactos da reclassificação dos ajustes positivos e negativos de marcação a mercado dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda para a categoria de valor justo pelo resultado (equivalente à classificação títulos para negociação⁴⁰). Ao entender como a reclassificação afeta a estrutura do balanço patrimonial e da demonstração de resultado, são apresentadas as razões para as escolhas dos indicadores prudenciais e de rentabilidade. Adicionalmente, a metodologia de cálculo de cada indicador é analisada, de modo a identificar as variáveis que podem ser impactadas. E, para encerrar o capítulo, são apresentadas as pesquisas mais recentes relacionadas ao presente estudo.

4.1 Impacto da reclassificação e a escolha dos indicadores

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068 (BACEN, 2001), os títulos classificados como títulos para negociação devem ter seus ajustes positivos e negativos, na marcação a mercado, reconhecidos em conta adequada de receita e despesa do período, enquanto aqueles classificados como disponíveis para venda devem ser registrados em conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dito isso, considerando que a adoção de uma norma significa tratar os instrumentos da maneira pela qual teriam sido tratados, desde o princípio, caso a IFRS 9 já existisse e todos os ativos classificados como disponíveis para venda passassem a ser tratados como títulos para negociação, há a necessidade de reclassificação dos ajustes positivos e negativos reconhecidos em conta destacada no patrimônio líquido para a demonstração de resultado, o que equivale ao reconhecimento em conta adequada de receita e despesa, caso tais títulos tivessem sido sempre tratados como títulos para negociação.

Para fins de ilustração, considerando que, em 31/12/2008, haja uma variação positiva de marcação a mercado de título classificado como disponível para venda, no montante de

⁴⁰ A partir desse ponto a categoria títulos para negociação será utilizada no lugar de valor justo pelo resultado, previsto na IFRS 9, por ser aquele o nome utilizado para a categoria equivalente nas normas brasileiras.

\$1.000. A título de simplificação, não são considerados os efeitos tributários. O reconhecimento dessa variação, pelas regras vigentes, é registrado como segue:

D – Débito em Título disponível para venda

C – Crédito em Ajuste de marcação a mercado (MTM), no Patrimônio Líquido

A Tabela 2 ilustra o efeito desse registro nas demonstrações financeiras.

Tabela 2 – Demonstração financeira conforme Circular 3.068/2001

Balanço Patrimonial				Demonstração de Resultado do Exercício	
Ativo	Efeito \$	Passivo	Efeito \$	Receitas	Efeito \$
Tít. e Valores Mobiliários		Patrimônio Líquido		Receita de Intermediação	-
Disponível para venda	1.000	Ajuste MTM	1.000		
		Lucros Acumulados	-		
Total Ativo	1.000	Total Passivo + PL	1.000	Lucro Líquido do Exercício	-

Com a reclassificação do título disponível para venda para a classificação títulos para negociação, o saldo de ganhos ou perdas não realizados foi reclassificado da conta destacada no Patrimônio Líquido para a adequada conta de receita, no resultado do exercício, a qual seria equivalente ao reconhecimento como títulos para negociação desde seu começo. Nessa condição, o registro teria sido efetuado da forma como segue:

D – Débito em título para negociação

C – Crédito em Receita de Intermediação Financeira, na demonstração de resultado

A Tabela 3 ilustra o efeito do tratamento contábil dos instrumentos com a introdução da IFRS 9.

Tabela 3 – Simulação do efeito da IFRS 9 nas demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial				Demonstração de Resultado do Exercício	
Ativo	Efeito \$	Passivo	Efeito \$	Receitas	Efeito \$
Tít. e Valores Mobiliários		Patrimônio Líquido		Receita de Intermediação	1.000
Título para negociação	1.000	Ajuste MTM	-		
		Lucros Acumulados	1.000		
Total Ativo	1.000	Total Passivo + PL	1.000	Lucro Líquido do Exercício	1.000

Com base no exposto, note-se que a simulação do efeito da adoção da reclassificação altera o Patrimônio Líquido (entre linhas) e a Demonstração de Resultado. Tal alteração justifica a escolha dos indicadores de rentabilidade ROA e ROE, tendo em vista o fato de o lucro do exercício ser afetado.

Com relação aos indicadores prudenciais, ressalte-se a importância que eles possuem para o segmento bancário. Ademais, sabe-se da importância que o patrimônio dos bancos possui para fazer frente aos riscos aos quais os bancos estão expostos.

De acordo com Capelletto (2006, p. 31), a preocupação com o valor do patrimônio líquido ganha importância no contexto do sistema financeiro, no qual o nível de alavancagem é sinônimo de maior retorno, a exposição a riscos é constante, existe interligação na operação das instituições e a confiança é crucial para seu funcionamento. O autor acrescenta que a falta de capitalização adequada implica vulnerabilidade diante do inesperado, tornando a instituição ou o sistema frágil.

Portanto, de posse do conhecimento da importância do patrimônio líquido, ao alterar sua composição (entre linhas), surgiu a indagação sobre os possíveis efeitos que poderiam causar nos Índices Basileia e de Imobilização.

Com base no exposto, fez-se necessária uma análise da metodologia de cálculo de cada indicador e a identificação das variáveis impactadas, a qual é apresentada nos itens que seguem.

4.2 Indicadores prudenciais: índices da Basileia e de imobilização

Desde a publicação da Resolução nº 2.099, em 1994, novas normas e regulamentos vêm sendo editadas, a fim de enquadrar o Sistema Financeiro Nacional às recomendações do Comitê da Basileia. Sem o intuito de abordar todas as normas já emitidas a respeito desse assunto, as metodologias de cálculo do Índice da Basileia e de Imobilização aqui apresentadas assumem como premissa as normas vigentes em 31 de dezembro de 2008, data-base desta pesquisa.

No Brasil, duas exigências às instituições, requeridas pelo Bacen, são os índices da Basiléia e de Imobilização. Este, segundo Ono (2002, p. 51), apesar de não previsto no âmbito do Acordo da Basiléia, por se tratar de uma medida de liquidez, tem relação com a solvabilidade e indica um importante aspecto da estrutura de capital de um banco.

O conceito internacional, definido pelo Comitê de Basiléia, recomenda a relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor, chamado de Patrimônio de Referência Exigido (PRE). No Brasil, a relação mínima exigida é dada pelo fator F, conforme a Resolução do CMN nº 3.490 (BACEN, 2007k), e Circular do Bacen nº 3.360 (BACEN, 2007b), devendo ser observados os seguintes valores:

- a) 0,11, para as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, exceto cooperativas de crédito não filiadas a cooperativas centrais de crédito e
- b) 0,15, para cooperativas de crédito singulares não filiadas a cooperativas centrais de crédito.⁴¹

O cálculo do índice é efetuado de acordo com a seguinte equação:

$$PR * 100 / (PRE / fator F) \quad (2)$$

O Índice de Imobilização, por sua vez, indica o percentual de comprometimento do PR com o ativo permanente imobilizado. Desde dezembro de 2002, o índice máximo permitido é de 50%, conforme determina a Resolução CMN nº 2.669 (BACEN, 1999). Vale ressaltar que o montante que exceder o limite máximo de 50% deve ser deduzido no cômputo do PR, para fins de Índice da Basiléia.

Esse índice é calculado conforme fórmula a seguir:

$$\text{Índice de Imobilização} = \frac{\text{Ativo Permanente Imobilizado} - \text{Deduções}}{\text{PR} - \text{Títulos Patrimoniais}} \quad (3)$$

⁴¹As cooperativas de crédito singulares que utilizarem a faculdade prevista no art. 2º, § 4º, da Resolução do CMN nº 3.490, de 2007, devem adicionar 0,02 (dois centésimos) ao fator F.

As deduções do numerador consistem nas operações de arrendamento mercantil e títulos patrimoniais, sendo estes os mesmos deduzidos do denominador da equação. Os componentes dos títulos patrimoniais, excluídos tanto do ativo permanente imobilizado como do PR, são os que seguem: (i) as cotas patrimoniais da Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – CETIP; (ii) os títulos patrimoniais de Bolsas de Valores e de Bolsas de Mercadorias e de Futuros e (iii) as ações de empresas de liquidação e de custódia, vinculadas a Bolsas de Valores e a Bolsas de Mercadorias e de Futuros.

Conforme demonstrado, o Índice da Basiléia procura relacionar a aplicação dos recursos com seu PR, enquanto o Índice de Imobilização procura verificar quanto do PR está comprometido com o ativo imobilizado, de modo a ter maior abrangência possível na avaliação da adequação do capital dos bancos.

Portanto, o PR é o valor base usado na verificação do atendimento aos limites operacionais regulamentares, tanto do Limite de Patrimônio Referência Exigido (Limite da Basiléia) quanto do Limite de Aplicação de Recursos no Ativo Permanente (Limite de Imobilização).

4.2.1 Patrimônio de Referência (PR)⁴² – Resolução nº 3.444/2007

De acordo com a Resolução do CMN nº 3.444 (BACEN, 2007j), o Patrimônio de Referência é a medida de capital regulamentar utilizada para verificar o cumprimento dos limites operacionais das instituições e conglomerados financeiros e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Nos termos da referida Resolução, o PR é composto basicamente por:

$$PR = \text{Capital Nível I} + \text{Capital Nível II} \quad (4)$$

O Quadro 7, a seguir, sumariza a composição do Capital Nível I e Capital Nível II, destacando, inclusive os saldos que são excluídos do Nível I e, na sequência, adicionados ao Nível II.

⁴² Antigo PLA – Patrimônio Líquido Ajustado.

Quadro 7 – Composição Capital Nível I e Capital Nível II

(=) Capital Nível I	(=) Capital Nível II
(+) Patrimônio Líquido	-
(+) Saldos das contas de resultado credoras	-
(+) Depósito em conta vinculada ⁴³	-
(-) Saldos das contas de resultado devedoras	-
(-) Reservas de Reavaliação	(+) Reservas de Reavaliação
(-) Reservas para contingências	(+) Reservas para contingências
(-) Reservas especiais de lucros ⁴⁴	(+) Reservas especiais de lucros
(-) Ações preferenciais emitidas com cláusula de resgate	(+) Ações preferenciais emitidas com cláusula de resgate
(-) Ações preferenciais com cumulatividade de dividendos	(+) Ações preferenciais com cumulatividade de dividendos
(-) Créditos Tributários ⁴⁵	-
(-) Ativo Permanente Diferido (deduzidos ágios pagos na aquisição de investimentos)	-
(-) Ganhos ou Perdas não realizados de ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda e de derivativos usados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa. ⁴⁶	(+) Ganhos ou Perdas não realizados de ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda e de derivativos usados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa
-	(+) Instrumentos híbridos de capital e dívida
-	(+) Instrumentos de dívida subordinada

Fonte: Elaborado com base em informações do Banco Central do Brasil

A partir de julho de 2007, do saldo de PR, formado pelos itens apresentados no Quadro 7, são previstas algumas deduções, tais como os ativos representados por alguns instrumentos de captação, emitidos por instituições financeiras e demais autorizadas pelo Bacen. Adicionalmente, deve ser deduzido, também, o valor correspondente à dependência ou participação em instituição financeira no exterior, na qual o Bacen não tenha acesso a informação, assim como o excesso de recursos aplicados no Ativo Permanente, em relação aos percentuais determinados pelo Bacen, conforme previamente mencionado no item 4.2. Para mais detalhes sobre as deduções, *vide* Resolução do CMN nº 3.444. (BACEN, 2007j).

Analisando os possíveis efeitos da introdução da IFRS 9, primeiramente, observe-se que, conforme destacado no Quadro 7, o saldo de ganhos ou perdas não realizados com títulos disponíveis para venda é excluído do Capital Nível I, integrando, posteriormente, a composição do Capital Nível II.

⁴³ Depósito efetuado para suprir deficiência de capital, constituído nos termos do art. 2º, § 4º, da Resolução nº 3.398, de 29.08.2006.

⁴⁴ Relativas a dividendos obrigatórios não distribuídos.

⁴⁵ Definidos nos termos dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 3.059/2002 e art. 4º da Resolução 3.655/2008.

⁴⁶ Trata-se de *hedge* de exposição à variabilidade no fluxo de caixa, atribuível a um determinado risco associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação altamente provável, que possa afetar o resultado. Ganhos ou perdas não realizados no ajuste ao valor de mercado são reconhecidos no patrimônio líquido. (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2009, p. 266).

Com a reclassificação do saldo de ganhos ou perdas não realizados com títulos disponíveis para venda para a demonstração de resultado, o montante, que antes era reconhecido no Capital Nível II, passa, então, a ser reconhecido no Capital Nível I, por meio do acréscimo do saldo das contas de resultado credoras e/ou exclusão do saldo das contas de resultado devedoras, o que não geraria alteração no total do PR.

Para fins de ilustração, considerando que, em 31/12/2008 haja um saldo de ganhos ou perdas não realizados com títulos disponíveis para venda no montante de \$ 2.000, sendo todo o saldo referente ao próprio exercício de 2008. O saldo é composto por ajustes positivos de \$ 3.000 e ajustes negativos de \$ 1.000. Com a reclassificação dos títulos disponíveis para venda para a classificação de títulos para negociação, o saldo de ganhos ou perdas não realizados foi reclassificado da conta destacada no Patrimônio Líquido para as adequadas contas de receita e despesa, no resultado do exercício. A título de simplificação, não são considerados os efeitos tributários. A Tabela 4 apresenta o PR antes e depois do ajuste das reclassificações da carteira.

Tabela 4 – Simulação do efeito no PR com reclassificação da carteira			
	31/12/2008		
Nível I	Antes	Ajuste	Após
Patrimônio Líquido	10.000	-	10.000
(+) Contas credoras de resultado	5.000	3.000	8.000
(-) Contas devedoras de resultado	(3.000)	(1.000)	(4.000)
(-) Ganhos ou perdas não realizados com TVM "disponível para venda"	(2.000)		(2.000)
(=) Capital Nível I	10.000	2.000	12.000
Nível II			
(+) Ganhos ou perdas não realizados com TVM "disponível para venda"	2.000	(2.000)	-
(=) Capital Nível II	2.000	(2.000)	-
Patrimônio de Referência (PR)	12.000	-	12.000

Conforme identificado pela Tabela 4, com a reclassificação dos títulos, não houve alteração no saldo total do PR, somente alteração no Capital Nível I, que passou de \$ 10.000 para \$ 12.000 e o Capital Nível II, que passou de \$ 2.000 para um saldo zero.

Entretanto, não é adequado afirmar que não existe impacto no PR, com a mudança da norma, uma vez que a Resolução do CMN nº 3.444 (BACEN, 2007j) determina alguns limites, *e.g.* Art. 14, I, que o montante do Nível II fica limitado ao valor do Nível I.

Para fins de ilustração, considerando outro exemplo, o qual tenha um Capital Nível I, em 31/12/2008, no montante de \$ 17.800 e um Capital Nível II, antes do efeito do excesso, de \$ 19.500. Seguindo o limite determinado pela referida resolução, existe um excesso de \$ 1.700 no Capital Nível II, o qual é excluído, para compor o saldo final do Capital Nível II. Com a reclassificação dos títulos disponíveis para venda para a classificação títulos para negociação, o saldo de ganhos, no montante de \$ 6.000 é reclassificado do Capital Nível II para o Capital Nível I. A título de simplificação, não são considerados os efeitos tributários. A Tabela 5 apresenta o efeito na estrutura do PR antes e depois do ajuste das reclassificações da carteira.

Tabela 5 – Simulação do efeito na estrutura do PR com reclassificação de ganhos			
	31/12/2008		
<u>Nível I</u>	<u>Antes</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Após</u>
Patrimônio Líquido	23.000		23.000
(+) Contas credoras de resultado	3.000	6.000	9.000
(-) Contas devedoras de resultado	(2.200)		(2.200)
(-) Ganhos ou perdas não realizados com TVM "disponível para venda"	(6.000)		(6.000)
(=) Capital Nível I	17.800	6.000	23.800
<u>Nível II</u>			
Reservas de Contingências	13.500		13.500
(+) Ganhos ou perdas não realizados com TVM "disponível para venda"	6.000	(6.000)	-
(=) Capital Nível II antes do excesso	19.500	(6.000)	13.500
(-) Excesso do Capital Nível II	(1.700)	1.700	-
(=) Capital Nível II	17.800	(4.300)	13.500
Patrimônio de Referência (PR)	35.600	1.700	37.300

Com base na Tabela 5, note-se que, com a mesma situação patrimonial, o PR sofreu um acréscimo de 5%, passando de \$ 35.600, antes do ajuste, para \$ 37.300, após o mesmo, o qual se justifica pela reversão do excesso anteriormente considerado. Ademais, com a nova estrutura, existe uma abertura para um incremento no Capital Nível II, no montante de \$ 10.300 (\$23.800 - \$ 13.500), haja vista sua limitação ser equivalente a 100% do Capital Nível I.

De maneira oposta, considerando um exemplo com ajuste de perdas, o qual tenha um Capital Nível I, em 31/12/2008, no montante de \$ 15.500 e um Capital Nível II de \$ 10.500. Com a reclassificação dos títulos disponíveis para venda para a classificação títulos para negociação,

o saldo de perdas, no montante de \$ 3.000, é reclassificado do Capital Nível II para o Capital Nível I. A título de simplificação, não são considerados os efeitos tributários. A Tabela 6 apresenta o efeito na estrutura do PR antes e depois do ajuste das reclassificações da carteira.

Tabela 6 – Simulação do efeito na estrutura do PR com reclassificação de perdas			
	31/12/2008		
Nível I	Antes	Ajuste	Após
Patrimônio Líquido	12.000		12.000
(+) Contas credoras de resultado	3.000		3.000
(-) Contas devedoras de resultado	(2.500)	(3.000)	(5.500)
(-) Ganhos ou perdas não realizados com TVM "disponível para venda"	3.000		3.000
(=) Capital Nível I	15.500	(3.000)	12.500
Nível II			
Reservas de Contingências	13.500		13.500
(+) Ganhos ou perdas não realizados com TVM "disponível para venda"	(3.000)	3.000	-
(-) Excesso do Capital Nível II	-	(1.000)	(1.000)
(=) Capital Nível II	10.500	2.000	12.500
Patrimônio de Referência (PR)	26.000	(1.000)	25.000

Com base na Tabela 6, note-se que, com a mesma situação patrimonial, o PR sofreu uma redução de \$ 1.000, passando de \$ 26.000, antes do ajuste, para \$ 25.000, após o mesmo, o qual se justifica pela inclusão de excesso gerado pela nova estrutura.

Assim sendo, conclui-se que não é adequado afirmar que não há impactos no PR, com a mudança da norma, uma vez que os valores podem variar, de acordo com a estrutura da sua composição, tendo em vista os limites previstos pela Resolução CMN nº 3.444/2007. Dessa forma, o PR foi objeto de análise quanto aos impactos introduzidos pela reclassificação, cuja metodologia empregada será apresentada mais adiante.

4.2.2 Patrimônio de Referência Exigido (PRE)⁴⁷ – Resolução nº 3.490/2007

O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) refere-se ao patrimônio exigido das instituições e dos conglomerados financeiros, decorrente da exposição aos riscos inerentes às atividades desenvolvidas. O cálculo alcança os registros nas contas ativas, passivas e de compensação.

⁴⁷ Antigo Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

Atualmente, é definido pela Resolução do CMN nº 3.490, de 2007, e suas posteriores regulamentações.

Assim, o PRE consiste na soma de parcelas de capital que cubram os seguintes riscos:

$$PRE = \text{Risco Crédito} + \text{Risco de Mercado} + \text{Risco Operacional} \quad (5)$$

em que cada risco é composto por:

Risco de Crédito = P_{EPR} ;

Risco de Mercado = $P_{CAM} + P_{JUR} + P_{COM} + P_{ACS}$;

Risco Operacional = P_{OPR} .

Sendo assim, o PRE é calculado a partir da soma das parcelas de patrimônio exigido para a cobertura das exposições aos diversos riscos, conforme a seguinte fórmula:

$$PRE = P_{EPR} + P_{CAM} + P_{JUR} + P_{COM} + P_{ACS} + P_{OPR} \quad (6)$$

em que:

P_{EPR} - exposições ponderadas pelo fator de ponderação de risco a elas atribuídos;

P_{CAM} - exposições em ouro, moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial;

P_{JUR} - operações sujeitas à variação das taxas de juros e classificadas na carteira de negociação;

P_{COM} - operações sujeitas à variação do preço das mercadorias - *commodities*;

P_{ACS} - operações sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação e

P_{OPR} - patrimônio exigido para cobertura do risco operacional.

Apesar de não fazer parte do cálculo do PRE e, consequentemente, do Índice da Basileia, o artigo 3º da referida Resolução acrescenta que a instituição também deve ter PR suficiente para fazer face ao risco de taxa de juros das operações incluídas no *banking book*.

O Patrimônio de Referência para cobrir a parcela de tais operações denomina-se R_{BAN} .⁴⁸ Portanto, o PR deve ser superior ao PRE, criando, assim, uma margem positiva. Tal margem, de acordo com o art. 3º, tem a finalidade de cobrir os riscos mensurados pelo R_{BAN} . Logo, resumindo numa equação, a margem pode ser, assim, definida:

$$Margem = PR - PRE - R_{BAN} \quad (7)$$

Portanto, a relação entre o PR, PRE e o R_{BAN} resume-se, como apresentado na equação:

$$PR \geq PRE + R_{BAN} \quad (8)$$

A composição de cada parcela do PRE será mais bem detalhada nos próximos itens.

4.2.2.1 P_{EPR} – Circular nº 3.360/2007

De acordo com a Circular do Bacen nº 3.360 (BACEN, 2007b), a parcela do PRE referente às exposições ponderadas por fator de risco deve ser, no mínimo, igual ao resultado da seguinte fórmula:

$$PEPR = F \cdot EPR \quad (9)$$

O F corresponde a 0,11, enquanto o EPR representa o somatório dos produtos das exposições pelos respectivos fatores de ponderação de risco (FPR). As exposições pelos respectivos fatores de ponderação de risco são estabelecidas, conforme apresentado no Quadro 8.

⁴⁸ Para o Novo Acordo (BCBS, 2004, p. 165), o risco de taxa de juros das operações classificadas no *banking book* é potencialmente significativo, o qual merece respaldo de capital. Entretanto, o Comitê da Basileia concluiu ser mais apropriado considerá-lo sob o Pilar 2, do Novo Acordo, apesar de permitir aos órgãos supervisores de cada país a análise sobre suas características e a possibilidade de inclusão no capital mínimo regulamentar. Assim, no Brasil, o R_{ban} é normatizado pela Circular nº 3.365, de 12 de setembro de 2007 (BACEN, 2007g).

Quadro 8 – Fator de ponderação por exposição

FPR	Ativo
0%	<ul style="list-style-type: none"> • Caixa (moeda nacional e estrangeira) • Aplicações em ouro ativo financeiro e instrumento cambial • Operações com o Tesouro Nacional e o Bacen • Operações com Banco Mundial (Bird⁴⁹ e CFI⁵⁰), Bancos Oficiais de Desenvolvimento e Investimento⁵¹, Banco para Compensações Internacionais (BCI) e Fundo Monetário Internacional (FMI) • Adiantamento de contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC)
20%	<ul style="list-style-type: none"> • Depósitos à vista (moeda nacional e estrangeira) • Direitos resultantes da novação das dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais • Operações com vencimento em até 3 meses • Operações de cooperativas
35%	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamentos de imóvel residencial, desde que o valor contratado seja inferior a 50% do valor da garantia • Certificados de recebíveis imobiliários com lastro nos financiamentos acima
50%	<ul style="list-style-type: none"> • Operações com instituições financeiras do país • Operações com governos e bancos centrais de países estrangeiros • Operações com instituições financeiras sediadas nos países estrangeiros do item mencionado acima • Operações de crédito com câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação • Financiamentos de imóvel residencial, cujo valor contratado seja entre 50% e 80% do valor da garantia • Certificados de recebíveis imobiliários com lastro nos financiamentos acima • Financiamento para construção de imóveis • Operações de crédito concedidas ao FGC
75%	<ul style="list-style-type: none"> • Operações de varejo, pessoa física ou jurídica de pequeno porte (receita bruta anual inferior a R\$ 2.400.000,00) e desde que: (a) valor das operações com uma mesma contraparte seja inferior a 0,2% do montante das operações de varejo; e (b) o valor da operação com uma mesma contraparte seja inferior a R\$ 400.000,00. Devem ser desconsideradas as exposições com FPR 35% e 50%.
100%	<ul style="list-style-type: none"> • Exposições em cotas de fundo de investimento • Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias • Exposições sem FPR específico estabelecido
300%	<ul style="list-style-type: none"> • Demais créditos tributários não excluídos para fins de cálculo do PR⁵²

Fonte: Elaborado com base em informações do Banco Central do Brasil

Conforme demonstrado no Quadro 8, existem diversas ponderações de acordo com a exposição do ativo. Entretanto, caso a instituição não consiga enquadrar uma exposição específica, deve-se assumir o fator de ponderação de 100%.

O objetivo dessa parcela de capital consiste em cobrir o risco de crédito da contraparte, não havendo qualquer distinção sobre a forma pela qual as exposições estão classificadas.

⁴⁹ Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

⁵⁰ Corporação Financeira Internacional.

⁵¹ Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Banco para Desenvolvimento Asiático (BDA), Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (Berd), Banco Europeu de Investimento (BEI), Fundo Europeu de Investimento (FEI), Banco Nórdico de Investimento (BNI), Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), Banco de Desenvolvimento Islâmico (BDI) e Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (BDCE).

⁵² Mais detalhes, *vide* Circular Bacen nº 3.425, de 17.12.2008. (BACEN, 2008d).

Portanto, a alteração na classificação introduzida pela IFRS 9 não causará impacto nessa parcela de capital, uma vez que a essência do risco da contraparte permanece inalterada.

4.2.2.2 **P_{CAM} - Circular nº 3.389/2008**

De acordo com a Circular do Bacen nº 3.389 (BACEN, 2008c), trata-se de parcela do PRE referente ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos à variação cambial, incluindo instrumentos financeiros derivativos, obtido por meio da seguinte fórmula:

$$PCAM = F'' \cdot EXP \quad (10)$$

O fator F'' corresponde a 1,00, enquanto EXP é obtido pela equação que segue:

$$EXP = Exp_1 + H \cdot Exp_2 + G \cdot Exp_3 \quad (11)$$

O EXP_1 é calculado pela equação que segue, onde o n corresponde ao número de moedas (inclusive ouro) aos quais são apuradas as exposições, enquanto o EC_i compreende o total das exposições compradas na moeda “ i ” e o EV_i o total das exposições vendidas na moeda “ i ”: ⁵³

$$Exp_1 = \sum_i^n |EC_i - EV_i| \quad (12)$$

O H corresponde a 0,7, ao passo que o EXP_2 é obtido pela seguinte equação:

$$Exp_2 = \min \left\{ \sum_{i=1}^{n_1} |ExC_i|; \sum_{i=1}^{n_1} |ExV_i| \right\} \quad (13)$$

O n_1 corresponde ao número de moedas (apenas exposições em dólar [EUA], euro, franco suíço, iene, libra esterlina e ouro). O ExC_i compreende o excesso da exposição comprada em relação à exposição vendida (para a moeda “ i ”), ao passo que o ExV_i compreende o excesso da exposição vendida em relação à exposição comprada (para a moeda “ i ”).

⁵³ Exposição vendida: soma das posições ativas em instrumentos derivativos que diminuem seu valor em moeda nacional e dos passivos que aumentam seu valor em moeda nacional, em função da desvalorização da moeda nacional em relação à moeda estrangeira. (BACEN, 2008c, p.4).

Exposição comprada: soma dos ativos que aumentam seu valor em moeda nacional e das posições passivas em instrumentos financeiros derivativos que diminuem seu valor em moeda nacional, em função da desvalorização da moeda nacional em relação à moeda estrangeira. (*Ibid*, p.4).

O G corresponde a 1,00, se $\sum_i^{n_2} ElB_i$ e $\sum_i^{n_3} ElE_i$ tiverem posições opostas; caso contrário, G será zero. O EXP_3 é obtido pela seguinte equação:

$$Exp_3 = \min \{ \sum_{i=1}^{n_2} |ElB_i|; \sum_{i=1}^{n_3} |ElE_i| \} \quad (14)$$

O n_2 corresponde ao número de moedas (inclusive ouro), para as quais são apuradas as exposições no Brasil, ao passo que o n_3 refere-se às exposições no exterior. O ElB_i compreende a exposição líquida no Brasil na moeda “ i ”, resultante da diferença entre o total das posições compradas e total das exposições vendidas no Brasil, enquanto o ElE_i refere-se à exposição líquida no exterior na moeda “ i ”, resultante da diferença entre o total das posições compradas e total das exposições vendidas no exterior.

O objetivo dessa parcela de capital consiste em cobrir o risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos à variação cambial, incluindo instrumentos financeiros derivativos, não havendo qualquer distinção sobre a forma pela qual as exposições estão classificadas. Portanto, a alteração na classificação introduzida pela IFRS 9 não causará impacto nessa parcela de capital.

4.2.2.3 **P_{JUR} – Circulares nºs 3.361/2007, 3.362/2007, 3.363/2007 e 3.364/2007**

Trata-se da parcela do PRE referente às exposições sujeitas a variações de taxas, aplicável às operações classificadas na **carteira de negociação (trading book)**, inclusive derivativos, sendo composta pela seguinte equação:

$$P_{JUR} = P_{JUR[1]} + P_{JUR[2]} + P_{JUR[3]} + P_{JUR[4]} \quad (15)$$

(a) **P_{JUR[1]}**: de acordo com a Circular do Bacen nº 3.361 (BACEN, 2007c), o cálculo da parcela do PRE referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas, deve ser efetuado conforme a seguinte fórmula:

$$P_{JUR[1]} = \max \left\{ \left(\frac{M_{t-1}^{pre}}{60} \sum_{i=1}^{60} VaR_{t-i}^{Padrão} \right), VaR_{t-1}^{Padrão} \right\} \quad (16)$$

em que: o M^{pre}_t é o multiplicador para o dia t , divulgado diariamente pelo Bacen, compreendido entre 1 e 3, e o $Var_t^{Padrão}$ é o valor em risco, em reais, das exposições a taxas de juros prefixadas, formado pela seguinte equação:

$$Var_t^{Padrão} = \sqrt{\sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n Var_{i,t} \times Var_{j,t} \times \rho_{i,j}} \quad (17)$$

O n corresponde a 10 (número de vértices P_i), enquanto o $Var_{i,t}$ é obtido pela equação:

$$Var_{i,t} = 2,33 \times \frac{P_i}{252} \times \sigma_{i,t} \times VMTM_{i,t} \times \sqrt{D} \quad (18)$$

O P_i é o vértice considerado para efeito de agrupamento, o $\sigma_{i,t}$ é a volatilidade-padrão para prazo “ i ”, dia “ t ”, divulgada diariamente pelo Bacen.⁵⁴ O $VMTM_{i,t}$ consiste na soma dos fluxos de caixa marcados a mercado no dia “ t ” e alocados no vértice P_i , enquanto D equivale a 10 (dias úteis necessários para liquidação de uma posição).

Ainda na equação (17), o $\rho_{i,j}$ é obtido pela seguinte equação:

$$\rho_{i,j} = \rho + (1 - \rho) \left(\frac{\max(P_i, P_j)}{\min(P_i, P_j)} \right)^K \quad (19)$$

em que: o ρ é o parâmetro-base e o K é o fator de decaimento da correlação, ambos divulgados pelo Bacen.

(b) $P_{JUR[2]}$: de acordo com a Circular do Bacen nº 3.362 (BACEN, 2007d), o cálculo da parcela do PRE referente às exposições sujeitas da taxa dos cupons de moedas estrangeiras deve ser efetuado conforme a seguinte fórmula:⁵⁵

$$P_{JUR[2]} = M^{ext} \left[\sum_{k=1}^{m1} (|\sum_{i=1}^{11} EL_i| + \sum_{i=1}^{11} |DV_i| + \sum_{j=1}^3 |DHZ_j| + DHE)_k \right] \quad (20)$$

em que:

⁵⁴ Mais detalhes sobre agrupamentos, vide art.3º da Circular Bacen nº 3.361, de 12.09.2007.

⁵⁵ Taxa dos cupons de moedas estrangeiras são definidas como as taxas de juros prefixadas dos instrumentos referenciados na moeda estrangeira “ k ”. (BACEN, 2007e, p.1)

$M^{ext} = 2,12$ (BACEN, 2008b);

m_I = número de moedas estrangeiras em que há exposição sujeitas à variação da taxa;

EL_i = exposição líquida no vértice “ i ” e na moeda estrangeira “ k ”;

DV_i = descasamento vertical no vértice “ i ” e na moeda estrangeira “ k ”;

DHZ_i = descasamento horizontal na moeda estrangeira “ k ” dentro da zona de vencimento “ j ”;

DHE = descasamento horizontal na moeda estrangeira “ k ” entre as zonas de vencimento.

(c) **P_{JUR[3]}**: de acordo com a Circular do Bacen nº 3.363 (BACEN, 2007e), o cálculo da parcela do PRE referente às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços deve ser efetuado conforme a seguinte fórmula:

$$P_{JUR[3]} = M^{pco} \left[\sum_{p=1}^{p_1} (|\sum_{i=1}^{11} EL_i| + \sum_{i=1}^{11} |DV_i| + \sum_{j=1}^3 |DHZ_j| + DHE)_p \right] \quad (21)$$

em que:

$M^{pco} = 2,68$ (BACEN, 2008b);

p_I = número de índices de preços em que há exposição sujeitas à variação da taxa;

EL_i = exposição líquida no vértice “ i ” e no cupom de índice de preços “ p ”;

DV_i = descasamento vertical no vértice “ i ” e no cupom de índice de preços “ p ”;

DHZ_i = descasamento horizontal no cupom de índice de preços “ p ” dentro da zona de vencimento “ j ”;

DHE = descasamento horizontal no cupom de índice de preços “ p ” entre as zonas de vencimento.

(d) **P_{JUR[4]}**: de acordo com a Circular do Bacen nº 3.364 (BACEN, 2007f), o cálculo da parcela do PRE referente às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de taxa de juros deve ser efetuado conforme a seguinte fórmula:

$$P_{JUR[4]} = M^{jur} \left[\sum_{t=1}^{t_1} (|\sum_{i=1}^{11} EL_i| + \sum_{i=1}^{11} |DV_i| + \sum_{j=1}^3 |DHZ_j| + DHE)_t \right] \quad (22)$$

em que:

$M^{jur} = 1,66$ (BACEN, 2008b);

t_I = número de taxas de juros em que há exposição a cupom de taxas de juros

EL_i = exposição líquida no vértice “ i ” para o cupom de taxa de juros “ t ”;

DV_i = descasamento vertical no vértice “ t ” e no cupom de taxa de juros “ t ”;

DHZ_i = descasamento horizontal no cupom de taxa de juros “ t ” dentro da zona de vencimento “ j ”;

DHE = descasamento horizontal no cupom de taxa de juros “ t ” entre as zonas de vencimento.

O objetivo dessa parcela de capital consiste em cobrir o risco das exposições sujeitas às variações de taxas, aplicável às operações classificadas na **carteira de negociação** (*trading book*), inclusive derivativos.

De acordo com a Circular nº 3.365 (BACEN, 2007g), o capital necessário para a cobertura de riscos das operações sujeitas à variação de taxas, aplicável às operações classificadas no *banking book*, é calculado pelo R_{BAN} . Conforme previamente mencionado, o R_{BAN} não faz parte do Índice da Basileia, apesar da exigência que instituição deva ter PR suficiente para fazer face a esse risco, conforme artigo 3º da Resolução nº 3.490/2007.

Portanto, a alteração na classificação introduzida pela IFRS 9 poderá causar impacto nessa parcela de capital, uma vez que uma parcela de risco calculado pelo R_{BAN} poderá migrar para a parcela de risco calculada pelo P_{JUR} , desde que a classificação para fins regulatórios correspondam à classificação contábil. Entretanto, conforme destacado no item 2.4, existem divergências entre as práticas contábeis e as normas regulatórias, no que tange aos conceitos de *trading* e *banking*. Logo, não é possível afirmar que a reclassificação contábil gerará impacto nessa parcela de capital.

Ademais, as regras de transição da IFRS 9 determinam que a aplicação deva ser feita de maneira retrospectiva. Assim, para analisar as mudanças nas classificações faz-se necessária uma análise individualizada de cada operação. Em função da indisponibilidade de dados em bases de acesso público para o recálculo do P_{JUR} , a pesquisa não calculou os possíveis efeitos que a adoção da IFRS 9 poderia introduzir em tal parcela.

4.2.2.4 P_{COM} – Circular nº 3.368/2007

De acordo com a Circular do Bacen nº 3.368 (BACEN, 2007i), trata-se da parcela do PRE referente às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias (*commodities*), sendo composta pela seguinte equação:

$$P_{COM} = (F''' \cdot \sum_{i=1}^N |EL_i|) + (F^{IV} \cdot EB) \quad (23)$$

O fator F''' corresponde a 0,15, enquanto N é o número de tipos de mercadorias nas quais estão referenciadas as exposições. O fator F^{IV} corresponde a 0,03 (aplicável à exposição bruta), EL_i consiste na exposição líquida da mercadoria “ i ”, enquanto EB consiste na exposição bruta (soma de todas as posições compradas e posições vendidas)

O objetivo dessa parcela de capital consiste em cobrir o risco das exposições sujeitas à variação dos preços de *commodities*, não havendo qualquer distinção sobre a forma pela qual as exposições estão classificadas. Portanto, a alteração na classificação introduzida pela IFRS 9 não causará impacto nessa parcela de capital.

4.2.2.5 P_{ACS} – Circular nº 3.366/2007

De acordo com a Circular do Bacen nº 3.366 (BACEN, 2007h), trata-se da parcela do PRE referente às exposições sujeitas à variação do preço de ações, aplicável às operações classificadas na carteira de negociação (*trading book*), sendo composta pela seguinte equação:

$$P_{ACS} = \sum_{j=1}^n P_{ACS\ j} \quad (24)$$

O n corresponde ao número de países onde são realizadas operações sujeitas à variação do preço de ações, enquanto o $P_{ACS\ j}$ é calculado pela seguinte fórmula:

$$P_{ACS\ j} = F^V \cdot \left| \sum_{i=1}^{n_{2j}} ELA_{i,j} \right| + F_j^{VI} \cdot \sum_{i=1}^{n_{2j}} |ELA_{i,j}| \quad (25)$$

O fator F^V corresponde a 0,08; n_{2j} é o número de emitentes aos quais a instituição esteja exposta no país “ j ”; $ELA_{i,j}$ consiste na exposição líquida em ações do emitente “ i ” no país

“ j ”,⁵⁶ e o fator F_j^{VI} corresponde a 0,08, podendo ser reduzido em 0,04, caso haja carteira diversificada.

O objetivo dessa parcela de capital consiste em cobrir o risco das exposições sujeitas às variações do preço de ações, aplicável às operações classificadas na **carteira de negociação** (*trading book*).

Conforme mencionado no cálculo do P_{JUR} , a alteração na classificação introduzida pela IFRS 9 poderá causar impacto nessa parcela de capital, desde que a classificação para fins regulatórios correspondam à classificação contábil. Entretanto, conforme previamente enfatizado, existem divergências entre as práticas contábeis e as normas regulatórias, no que tange aos conceitos de *trading* e *banking*. Logo, não é possível afirmar que a reclassificação contábil gerará impacto nessa parcela de capital.

Ademais, as regras de transição da IFRS 9 determinam que a aplicação deva ser feita de maneira retrospectiva. Assim, para analisar as mudanças nas classificações faz-se necessária uma análise individualizada de cada operação. Em função da indisponibilidade de dados em bases de acesso público para o recálculo do P_{ACS} , a pesquisa não calculou os possíveis efeitos que a IFRS 9 poderia introduzir em tal parcela.

4.2.2.6 P_{OPR} – Circular nº 3.383/2008

De acordo com a Circular do Bacen nº 3.383 (BACEN, 2008a), trata-se da parcela do PRE referente ao risco operacional, o qual deve ser calculado semestralmente, tendo como referência a receita bruta da instituição.

Para o Comitê da Basileia (BCBS, 2004, p. 138), a definição de receita bruta consiste em:

[...] receita líquida de juros mais a receita líquida não oriunda de juros. Essa mensuração deve: (i) ser bruta de qualquer provisão; (ii) ser bruta de custos operacionais, incluindo honorários pagos a serviços prestados por terceiros; (iii) excluir ganhos ou perdas realizados oriundos de vendas de instrumentos classificados no *banking book*; e (iv) excluir itens extraordinários bem como receitas derivadas de seguros.⁵⁷

⁵⁶ De acordo com o art. 2º, aplicável às exposições em ações e aos derivativos nelas referenciados. (BACEN, 2007h, p.2).

⁵⁷ “[...] *net interest income plus net non-interest income. It is intended that this measure should: (i) be gross of any provisions (e.g. for unpaid interest); (ii) be gross of operating expenses, including fees paid to outsourcing*

O referido documento adiciona que a receita bruta deve ser estabelecida pelos órgãos supervisores de cada país, que os honorários por prestação de serviço que a instituição venha a receber por prover serviços a terceiros seja incluída no cálculo e os ganhos ou perdas realizados referentes a instrumentos do *banking book* são tipicamente de instrumentos classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

No Brasil, conforme Circular do Bacen nº 3.383 (BACEN, 2008a), a receita bruta, base para o cálculo do P_{OPR} , consiste na **receita de intermediação financeira**, acrescido das receitas com prestação de serviço e deduzidas das **despesas de intermediação financeira**. A Circular acrescenta que as despesas de constituição de provisões, bem como as receitas relativas a reversões devem ser desconsideradas do seu cálculo.

A referida Circular determina que o cálculo do P_{OPR} deva ser efetuado com base em uma das três abordagens a seguir:

(a) Abordagem do indicador básico: nessa abordagem, a partir da média anual da receita bruta dos últimos três anos (ou seis semestres) da instituição financeira, aplica-se o fator 15% e obtém-se a alocação de capital para o risco operacional. Trata-se de uma alocação mais simples e totalmente baseada em padrões contábeis, como demonstrado pela equação:

$$P_{OPR} = Z \cdot \frac{\sum_{t=1}^3 \max[0, 15 \cdot IE_t; 0]}{n} \quad (26)$$

O fator Z corresponde a 0,20;⁵⁸ IE_t consiste no Indicador de Exposição ao Risco Operacional do ano “ t ”, correspondendo a soma das **receitas de intermediação financeira** e das receitas de prestação de serviços, deduzidas as **despesas de intermediação financeira**;⁵⁹ e n equivale ao número de vezes, nos três últimos períodos anuais, em que o valor IE é maior que zero.

Com a reclassificação dos títulos disponíveis para venda para a categoria títulos para negociação, os ganhos ou perdas não realizados passam a ser reconhecidos em

service providers; (iii) exclude realised profits/losses from the sale of securities in the banking book; and (iv) exclude extraordinary or irregular items as well as income derived from insurance.” Tradução livre.

⁵⁸ De acordo com art. 8º, no período entre 1º/07/2008 e 31/12/2008, o multiplicador Z corresponde a 0,20. (BACEN, 2008a, p.6).

⁵⁹ Devem ser excluídos os ganhos ou perdas provenientes da alienação de títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos não classificados na carteira de negociação. (BACEN, 2008a, p. 2).

receitas/despesas de intermediação, na demonstração de resultado. Consequentemente, o montante da receita bruta é afetado, alterando o numerador IE_t e, possivelmente o n , caso um IE_t , para um ano “ t ”, previamente com saldo positivo (negativo), se torne negativo (positivo) após o ajuste.

(b) Abordagem Padronizada Alternativa: essa abordagem apresenta uma evolução em relação à anterior, ao estabelecer, como novo requisito, a separação do resultado bruto da instituição financeira por oito linhas de negócio, com variação de 12% a 18%, aplicados sobre a média dos últimos três anos (ou seis semestres) do resultado de cada linha. O Quadro 9 apresenta as oito linhas de negócio consideradas no cálculo.

Quadro 9 – Linhas de negócios

N.	Linha de Negócio
I	Varejo
II	Comercial
III	Finanças Corporativas
IV	Negociação e Vendas
V	Pagamentos e Liquidações
VI	Serviços de Agente Financeiro
VII	Administração de Ativos
VIII	Corretagem de Varejo

Fonte: Elaborado com base em informações do Banco Central do Brasil

As operações que compõem cada linha de negócio são detalhadas no Art. 4º, §1º a §8º, da Circular Bacen nº 3.383, de 30/04/2008.

Para o cálculo pela Abordagem Padronizada Alternativa, deve-se utilizar a seguinte equação:

$$P_{OPR} = Z \cdot \frac{\sum_{i=1}^3 \max [(\sum_{i=1}^2 IAE_{i,t} \cdot \beta_i) + (\sum_{i=3}^8 IE_{i,t} \cdot \beta_i); 0]}{3} \quad (27)$$

em que:

$Z = 0,20$ (idem indicador básico);

$IE_{i,t}$ = Indicador de Exposição ao Risco Operacional, no período “ t ”, da linha de negócio “ i ”, calculado conforme cálculo do indicador básico, porém segregado por linha de negócio e relativo apenas ao resultado bruto das linhas de negócio de III a VIII (vide Quadro 9), uma vez que a parcela referente às linhas I e II já está sendo calculada no $IAE_{i,t}$;

$IAE_{i,t}$ = Indicador Alternativo de Exposição ao Risco Operacional, no período anual “ t ”, da linha de negócio “ i ”, correspondendo, para cada período anual, à média aritmética dos saldos

semestrais das operações de crédito, de arrendamento mercantil e de outras operações com características de concessão de crédito e dos **títulos e valores mobiliários não classificados na carteira de negociação**, multiplicada pelo fator 0,035. Os saldos considerados no cálculo compreendem àqueles das linhas de negócio I e II, conforme apresentadas no Quadro 9 e β_i = fator de ponderação aplicado à linha de negócio “i”, conforme apresentado na Tabela 7.

Tabela 7 – Fator de Ponderação β por linha de negócio	
Fator de Ponderação (β)	Linha de Negócio
12%	Varejo, Administração de Ativos e Corretagem de Varejo
15%	<u>Comercial</u> e Serviços de Agente Financeiro
18%	Finanças Corporativas, <u>Negociação e Vendas</u> e Pagamentos e Liquidações

Fonte: Elaborada com base em informações do Banco Central do Brasil

A Tabela 7 apresenta os fatores de ponderação por linha de negócio. Na hipótese de não conseguir distribuir em uma das linhas de negócio apresentadas, deve-se assumir o β de 18%.

Conforme mencionado no Indicador Básico, com a reclassificação dos títulos disponíveis para venda para a categoria títulos para negociação, há impacto no montante da receita bruta, alterando o numerador IE_t . Adicionalmente, há efeito no cálculo do $IAE_{i,t}$, uma vez que, de acordo com a Circular do Bacen nº 3.383 (BACEN, 2008a), as operações com TVM não classificadas na carteira de negociação são inclusas na linha de negócio II - Comercial, a qual entra no escopo do cálculo do $IAE_{i,t}$, enquanto aquelas classificadas na carteira de negociação são inclusas na linha de negócio IV - Negociação e Vendas, a qual entra no escopo do cálculo do $IE_{i,t}$.

(c) Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada: trata-se de uma variação da abordagem padronizada, mantendo a mesma estrutura de oito linhas negócios. Entretanto, o resultado bruto considerado no cálculo é feito de maneira agregada e o fator de ponderação β já vem predefinido, não mais seguindo os percentuais apresentados na Tabela 7.

O cálculo pela Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada deve ser efetuado utilizando-se a seguinte equação:

$$P_{OPR} = Z \cdot \frac{\sum_{t=1}^3 \max \{[(IAE_t \cdot 0,15) + (IE_t \cdot 0,18)]; 0\}}{3} \quad (28)$$

em que:

IAE_t = indicador calculado conforme abordagem padronizada alternativa, porém de forma agregada das linhas de negócio I e II (*vide* Quadro 9) e

IE_t = indicador calculado conforme abordagem básica, porém de forma agregada e para as operações incluídas nas linhas de negócio III a VIII (*vide* Quadro 9), uma vez que a parcela referente às linhas I e II já está sendo calculada no IAE_t .

Assim como explicado na abordagem padronizada alternativa, o efeito da reclassificação sobre o P_{OPR} ocorre tanto no IE_t como no IAE_t .

Uma vez analisadas as metodologias de cálculo pelas três abordagens, as quais se baseiam em saldos contábeis, conclui-se que, independente da abordagem escolhida, a alteração da classificação dos títulos impacta no cálculo da parcela de risco operacional. Portanto, esta parcela é objeto de análise desta pesquisa e a simulação do ajuste é mais bem detalhada no capítulo 5 – Metodologia.

4.3 Indicadores de rentabilidade: ROA e ROE

A atividade bancária comporta-se de maneira similar aos demais tipos de negócios, diferenciando-se basicamente pela natureza dos fatores colocados à disposição. Numa instituição financeira, os recursos captados representam suas matérias-primas, as quais são negociadas principalmente sob a forma de créditos e empréstimos concedidos e investimentos. E, assim como qualquer outro tipo de negócio, os bancos, também, possuem o objetivo de maximizar a riqueza de seus proprietários, por meio do estabelecimento de uma adequada relação de risco-retorno. (ASSAF NETO, 2000, p. 284).

Lopes e Martins (2007, p. 36) consideram que o lucro talvez seja, individualmente, o número mais importante produzido pela contabilidade, tendo em vista suas inúmeras utilizações, tais como mensuração de desempenho, distribuição de dividendos, avaliação de empresas, entre outros.

Entretanto, uma ressalva pode ser feita em relação ao lucro: trata-se de um número absoluto. Logo, ele não considera os investimentos que favoreceram a sua geração. Portanto, para se ter

a medida mais adequada dos lucros obtidos pela empresa, faz-se necessário relacioná-lo com os recursos investidos para obtê-lo. (GREGÓRIO, 2005, p. 37).

Assim, o uso de indicadores de rentabilidade visa avaliar os resultados auferidos por uma empresa em relação a determinados parâmetros que melhor revelem suas dimensões. Uma análise baseada exclusivamente no valor absoluto do lucro líquido traz um viés na interpretação, por não refletir se o resultado gerado no exercício foi condizente ou não com o potencial econômico da empresa. (ASSAF NETO, 2007, p. 124).

As principais bases de comparação são o ativo total, o patrimônio líquido e as receitas de vendas.⁶⁰ Assim, a análise do desempenho econômico de uma entidade, no setor bancário, está basicamente centrada no uso dos seguintes indicadores financeiros: retorno sobre patrimônio líquido, retorno sobre o ativo e a margem líquida. (ASSAF NETO, 2000, p. 284-285).

A rentabilidade calculada pelo ROE (TEZEL; MACMANUS, 2003, p. 66) e ROA (SELLING; STINCKNEY, 1989, p. 1; AMEL; RHOADES, 1992, p. 178) é tradicionalmente aceita no mundo dos negócios, como uma medida de análise de desempenho das empresas, sendo ambos os indicadores analisados nesta pesquisa.

Apesar de indicada por Assaf Neto (2000), a Margem Líquida não é objeto de análise desta pesquisa, tendo em vista que, ao simular a reclassificação dos ganhos ou perdas do patrimônio líquido para o resultado do exercício, não é possível segregar o montante de ganhos que comporiam o ajuste da receita de intermediação financeira. Ademais, note-se que os relatórios de desempenho dos bancos, disponíveis nos *sites* das próprias instituições financeiras, raramente usam esse indicador, o que levanta o questionamento sobre a utilidade da simulação do efeito sobre ele.

É importante salientar que existem diferenças na maneira de se calcularem os indicadores de rentabilidade, *e.g.* ROA e ROE, não havendo consenso na literatura a respeito. Por isso, o método optado para este estudo é detalhado adiante.

⁶⁰ No caso das instituições financeiras, as receitas de vendas correspondem à conta de receitas com intermediação financeira.

4.3.1 Retorno sobre o patrimônio líquido - ROE

A taxa de retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) mensura o retorno dos recursos aplicados na empresa, pelos seus proprietários. Todavia, apesar de se tratar de uma aferição simples do desempenho da empresa e de ser aceita como um índice representativo da medida de eficácia da empresa, não há consenso a respeito de quais valores devem aparecer como numerador e denominador da fração. (KASSAI et al. ,2005, p. 177).

Autores consagrados, como Martins e Assaf Neto (1986), Silva (2001), Assaf Neto (2007) e Marion (2002) defendem que o ROE deve ser obtido em relação ao patrimônio líquido médio, alegando que nem o patrimônio líquido inicial, nem o final são os responsáveis pelo retorno obtido.

Silva (2000, p. 243) acrescenta que, no cálculo do patrimônio líquido, o ideal é corrigir o saldo inicial com os acréscimos do período (exceto o lucro) e calcular a média ponderada pelo tempo de permanência dos recursos. Entretanto, para fins de simplificação do cálculo, pode-se partir do saldo final de patrimônio líquido, subtrair o lucro do período e calcular a média entre o saldo ajustado e o saldo inicial, sendo exatamente essa a metodologia utilizada nesta pesquisa.

Assim, o ROE é uma taxa obtida conforme a equação que segue:

$$\text{Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}} \quad (29)$$

em que:

$$\begin{aligned} \text{Lucro Líquido} &= \text{Lucro Líquido após Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CSLL)} \text{ e} \\ \text{Patrimônio Líquido Médio} &= [\text{PL Inicial} + (\text{PL Final} - \text{Lucro Líquido do período})]/2. \end{aligned} \quad (30)$$

Ao analisar a metodologia de cálculo do indicador *versus* os ajustes oriundos da reclassificação dos títulos disponíveis para venda para a categoria títulos para negociação, conclui-se que o efeito sobre o ROE ocorre tanto no seu numerador quanto no denominador, devido ao fato de o ajuste afetar o montante do lucro líquido do período.

4.3.2 Retorno sobre o ativo - ROA

O ROA tem por objetivo comparar o lucro em valores absolutos com outros valores que guardam uma relação com ele. Assim o indicador o faz combinando com o Ativo, uma vez que esse significa os investimentos realizados pela empresa a fim de obter receita, e, consequentemente, lucro.

A literatura pertinente, normalmente, utiliza duas possibilidades no numerador: o Lucro Líquido ou o Lucro Operacional. A explicação para o uso deste é que o lucro deve ser gerado pelos ativos sem a influência dos resultados financeiros e dos impostos indiretos. Da mesma forma, três possibilidades são usadas no seu denominador: Ativo Operacional, Ativo Total e Ativo Total (ou Operacional) Médio.

Autores consagrados como Martins e Assaf Neto (1986), Silva (2001), Assaf Neto (2007) e Marion (2002) defendem que o ROA deve ser obtido em relação ao ativo total médio, alegando que nem o ativo inicial nem o final são os responsáveis pelo retorno obtido.

Para fins desta pesquisa, o indicador é obtido conforme a equação que segue:

$$\text{Retorno sobre Ativo (ROA)} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total Médio}} \quad (31)$$

em que:

$$\begin{aligned} \text{Lucro Líquido} &= \text{Lucro Líquido após Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CSLL)} \text{ e} \\ \text{Ativo Total Médio} &= (\text{Ativo Inicial} + \text{Ativo Final})/2. \end{aligned} \quad (32)$$

Ao analisar a metodologia de cálculo do indicador *versus* os ajustes oriundos da reclassificação dos títulos disponíveis para venda para a categoria títulos para negociação, conclui-se que o efeito sobre o ROA se concentra apenas no seu numerador: Lucro Líquido.

4.4 Pesquisas recentes

Observe-se que existem poucos estudos brasileiros sobre mudanças em práticas contábeis e os impactos em indicadores prudenciais e de rentabilidade de instituições financeiras. Essa seção

tem como objetivo apresentar as principais pesquisas recentes relacionadas ao presente estudo, nas quais se discutem, cientificamente, os impactos de mudanças nas práticas contábeis e os efeitos em indicadores prudenciais e/ou de rentabilidade em instituições financeiras.

Sobre ambos os indicadores, Gabriel (2004) analisou se há impactos na rentabilidade e na adequação de capital dos Bancos no Brasil, com o fim da correção monetária. O autor concluiu que há uma variação estatisticamente significativa entre os indicadores calculados antes e após os ajustes da inflação.

No que diz respeito aos indicadores prudenciais, pode-se citar o estudo de Furlani (2005), no qual analisou o efeito no PR com a mudança no critério de avaliação dos títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, os quais, a partir de 2002, por determinação do Bacen, passaram a ser avaliados pelo valor justo. Como resultado, o autor concluiu que há uma variação estatisticamente significativa na evolução do PR total, em especial nos grandes Bancos privados e nos Bancos de pequeno e médio porte.

Moura e Martinez (2006) analisaram o impacto da contabilização de ativos fiscais diferidos na determinação do capital mínimo adequado para instituições financeiras. A pesquisa fez uso de um Banco comercial brasileiro, identificando diferença entre o Índice da Basileia que considera os ativos fiscais diferidos *versus* o índice sem tal consideração. Assim, os autores identificaram que o índice que contempla os ativos diferidos atende a exigência de capital mínimo de 11%, enquanto o índice sem os considerar fica abaixo desse mínimo, o que os levou a concluir sobre a importância do monitoramento da qualidade dos ativos fiscais diferidos e do acompanhamento da evolução do capital requerido.

Quanto aos indicadores de rentabilidade, Fuji (2006) analisou a forma de contabilização de TVM adotado no Brasil (especialmente as normas definidas para as instituições financeiras) *versus* aquelas emitidas pelos órgãos internacionais. Adicionalmente, analisou se a introdução da Circular nº 3.068/2001 gerou impacto na rentabilidade de TVM, comparando os períodos de março/2000 a março/2002 e junho/2002 a junho/2004. A análise comparou o resultado de TVM com o a média dos ativos aplicados em TVM (média entre $TVM_{ano\ atual}$ e $TVM_{ano\ anterior}$) e concluiu que há uma variação estatisticamente significativa. Entretanto, ao comparar com aspectos macroeconômicos, o autor concluiu sobre a probabilidade da oscilação no indicador

estar mais relacionada à alteração na variável dólar do que à própria introdução da Circular nº 3.068/2001. Assim, a pesquisa não pode, portanto, atribuir somente à norma a variação ocorrida no indicador.

Assim como no Brasil, no exterior também existem poucos estudos relacionados a esta pesquisa. Fiechter e Unger (2010) analisaram o impacto da emenda à IAS 39, emitida em outubro de 2008, feita em resposta à crise mundial, nas demonstrações financeiras de 219 Bancos europeus que aplicam as IFRS. Foram analisadas as diferenças no ROA e ROE dos Bancos que não reclassificaram e daqueles que optaram pela reclassificação. Os autores observaram que aproximadamente 1/3 dos Bancos da amostra se beneficiaram com tal emenda, constatando que, em média, os Bancos que optaram pela reclassificação são os maiores e os menos rentáveis no ano de 2008. Por fim, os autores concluíram que houve um impacto positivo nos indicadores, cuja variação foi estatisticamente significativa.

Schroeder e Schauer (2010) examinaram o impacto do uso do valor justo (SFAS 157) na mensuração de ativos de todos os Bancos comerciais incluídos no Russell 3000 Index (amostra de 77 Bancos), nos três primeiros trimestres de 2008.⁶¹ Os resultados indicaram que o uso do valor justo não provocou uma redução no capital regulatório (Capital Nível I), o qual se manteve estável, enquanto os indicadores de rentabilidade analisados – ROA e ROE – sofreram um decréscimo ao longo do período analisado. Entretanto, os autores não concluíram sobre o específico impacto da SFAS 157 nos tais indicadores, sugerindo novas pesquisas para isolar seu efeito.

Dorminey et al. (2010) analisaram o possível impacto no capital regulatório com a introdução da SFAS 166 - *Accounting for Transfers of Financial Assets: an amendment of FASB statement n° 140* - e SFAS 167 - *Amendments to FASB Interpretation N° 46(R)*, as quais eliminam alguns tratamentos contábeis especiais dados às SPEs – *Special Purpose Entities*. Analisando os três maiores bancos comerciais norte-americanos, os autores simularam o efeito da introdução da norma sobre o capital regulatório de 2008. Os resultados demonstraram que há uma redução no capital regulatório, sendo que um dos indicadores da amostra obteve um resultado, após a simulação, menor do que o mínimo regulamentar.

⁶¹ Russell 3000 Index: índice mantido pelo Russell *Investment Group*, utilizado para medir desempenho das 3.000 maiores empresas norte-americanas listadas.

5 METODOLOGIA

“O objetivo da metodologia é o aperfeiçoamento dos procedimentos e critérios utilizados na pesquisa. Por sua vez, método (do grego *méthodos*) é o caminho para se chegar a determinado fim ou objetivo.” (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 37).

Resumidamente, o objetivo da metodologia em um trabalho científico é o de orientar o pesquisador na compreensão e definição do processo de investigação, caracterizando-se como um conjunto de regras de como proceder no curso da investigação.

A partir do problema definido e dos objetivos estabelecidos, os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento deste estudo contemplam as seguintes abordagens e definições.

5.1 Pesquisa: abordagem, enfoque, tipo, estratégia e modo de investigação

A abordagem utilizada para atingir o objetivo do trabalho foi a empírico-analítica, a qual Gilberto Martins (1994, p.26) define como:

[...] abordagens que apresentam em comum a utilização de técnicas de coleta, tratamento e análise de dados marcadamente quantitativas. Privilegiam estudos práticos. Suas propostas têm caráter técnico, restaurador e incrementalista. Têm forte preocupação com a relação causal entre variáveis. A validação da prova científica é buscada através de testes dos instrumentos, graus de significância e sistematização das definições operacionais.

Quanto ao enfoque, este trabalho é caracterizado como uma pesquisa quantitativa. Para Sampieri et al. (2006, p. 5-6):

O **enfoque quantitativo** utiliza a coleta e a análise de dados para responder às questões de pesquisa e testar as hipóteses estabelecidas previamente, e confia na medição numérica, na contagem e frequentemente no uso de estatística para estabelecer com exatidão os padrões de comportamento de uma população.

Os autores acrescentam que tal enfoque regularmente seleciona uma ideia, transforma-a em uma ou várias questões relevantes de pesquisa e hipóteses e variáveis são derivadas dessas questões. Em seguida, um plano é desenvolvido para testá-las, dentro de um determinado contexto, e as medições obtidas são analisadas (frequentemente usando métodos estatísticos), estabelecendo-se uma série de conclusões a respeito das hipóteses.

Com relação ao tipo de pesquisa, trata-se de uma pesquisa exploratória, uma vez que, como Sampieri et al. (2006, p.99) definem, trata-se de um estudo cujo objetivo é examinar um tema ou problema de pesquisa pouco estudado, do qual se tem muitas dúvidas ou não foi abordado antes. Os autores acrescentam que o objetivo essencial de uma pesquisa exploratória é familiarizar com um tópico desconhecido, pouco estudado ou novo e que esse tipo de pesquisa serve para desenvolver métodos a serem utilizados em estudos mais profundos.

No que concerne à estratégia, trata-se de uma pesquisa documental, cuja característica, segundo Martins e Theóphilo (2007, p. 55), consiste em se fazer uso de documentos como fonte de dados, informações e evidências. Os autores acrescentam que os documentos podem ser os mais variados, tais como no caso desta pesquisa, que se baseia em documentos arquivados em entidades públicas e entidades privadas, sendo ambas fontes primárias.

Por último, o modo de investigação utilizado é a simulação, a qual, segundo Bruyne et al. (1977, p. 241), “[...] refere-se à construção e à manipulação de um modelo operatório, representando todo, ou parte de, um sistema ou processos que o caracterizam.” Os autores (*Ibid.*, p. 242) acrescentam que a simulação pode servir de instrumento de pesquisa e de descoberta com vistas à investigação e à explicação especulativas.

Portanto, a simulação não requer uma relação com o real e visa fornecer dados sobre os possíveis efeitos, sem a preocupação com a verificação subsequente, apesar de permitir que, eventualmente, comparações possam ser feitas com os dados empíricos recolhidos.

5.2 Desenho da pesquisa

Para alcançar os objetivos da pesquisa, apresentados no capítulo 1, o desenvolvimento está planejado em cinco etapas, as quais estão apresentadas, a seguir, na Figura 5.

Figura 5 – Desenho da pesquisa
 Fonte: Adaptada de Capelletto, 2006, p. 90

5.3 População e seleção da amostra

Com relação aos conceitos de população e amostra, Gilberto Martins (2008, p. 185) afirma que, geralmente, as pesquisas são realizadas por meio de estudo dos elementos que compõem uma amostra extraída da população que se pretende analisar. Acrescenta que o conceito de população é intuitivo e que se trata do conjunto de indivíduos ou objetos que apresentam em comum determinadas características definidas para o estudo, enquanto a amostra é um subconjunto da população.

No contexto desta pesquisa, a população é composta pelos 50 maiores Bancos do Sistema Financeiro Nacional, em 31 de dezembro de 2008.⁶² O *ranking* é construído por meio dos dados contábeis das entidades bancárias e consolidado pelo Banco Central do Brasil. Os valores apresentados no relatório são referentes a instituições financeiras individuais ou a conglomerados financeiros, cuja identificação é efetuada pelo tipo de documento, sendo I

⁶² Em 31 de dezembro de 2008, os 50 maiores bancos do Consolidado Bancário I detinham 86,6% do ativo total do Sistema Financeiro Nacional. O Consolidado Bancário I é composto por 101 instituições, englobando instituições financeiras do tipo Banco Comercial, Banco Múltiplo com carteira comercial ou Caixa Econômica que não integrem conglomerado e conglomerados bancários compostos de pelo menos uma instituição do tipo Banco Comercial ou Banco Múltiplo com Carteira Comercial. Fonte: BACEN (2008).

(instituição independente) e C (conglomerado financeiro). A Tabela 8 descreve a população e indica o tipo de documento apresentado, para cada entidade.

Tabela 8 – População: 50 maiores bancos em 31/12/2008

Ranking	Instituições	Tipo de Documento	Ativo total	Ranking	Instituições	Tipo de Documento	Ativo total
1	ITAU	C	631.326.674	26	BMG	C	7.275.664
2	BB	C	507.348.206	27	BANESTES	C	8.534.138
3	BRABESCO	C	397.343.348	28	SOCIETE GENERALE	C	6.311.248
4	SANTANDER	C	344.681.912	29	BANSICREDI	I	7.190.702
5	CEF	I	295.920.330	30	CRUZEIRO DO SUL	C	6.060.363
6	HSBC	C	112.100.299	31	DAYCOVAL	I	6.666.738
7	VOTORANTIM	C	73.036.668	32	MERCANTIL DO BRASIL	C	6.762.796
8	SAFRA	C	66.482.014	33	SOFISA	C	5.663.735
9	NOSSA CAIXA	I	54.280.616	34	IBIBANK	I	5.612.297
10	CITIBANK	C	40.481.542	35	BRB	C	5.489.216
11	BNP PARIBAS	C	27.984.835	36	BARCLAYS	I	5.202.852
12	BANRISUL	C	25.375.889	37	ING	C	5.166.214
13	CREDIT SUISSE	C	23.327.433	38	BANCOOB	I	5.123.953
14	UBS PACTUAL	C	19.388.542	39	PINE	C	4.523.552
15	DEUTSCHE	C	17.173.151	40	WESTLB	C	3.833.454
16	BNB	I	16.177.235	41	CLASSICO	I	3.585.232
17	ALFA	C	15.564.368	42	RURAL	C	2.408.150
18	BBM	C	14.177.926	43	BANIF	C	2.152.725
19	BIC	C	11.841.031	44	BANESE	I	2.150.383
20	FIBRA	C	9.205.320	45	INDUSVAL	C	2.139.828
21	JP MORGAN CHASE	C	8.870.702	46	JOHN DEERE	C	1.977.751
22	ABC-BRASIL	C	7.495.235	47	DRESDNER	I	1.880.653
23	SS	C	7.451.559	48	BTMUB	I	1.880.803
24	RABOBANK	I	7.683.719	49	GE CAPITAL	I	1.701.909
25	BASA	I	7.239.780	50	INDUSTRIAL DO BRASIL	C	1.656.896

Fonte: Elaborada com base em informações do Banco Central do Brasil

Para essa população foram obtidos, a partir do *site* do Banco Central do Brasil, os Balanços Patrimoniais (BP), bem como as notas explicativas, na data de 31 de dezembro de 2008.⁶³ A referida data foi selecionada por esse trabalho assumir a premissa das instituições optarem por aplicar a IFRS 9 já no exercício de 2009.⁶⁴ Assim, a pesquisa assume a necessidade de se ajustar o ano 2008, de modo que as demonstrações fiquem comparativas.

Com base nas demonstrações mencionadas foram verificadas as instituições que possuem títulos classificados como disponíveis para venda, com efeitos registrados em Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido (PL), de forma a comporem a amostra. Tal

⁶³ Consultas a Sistema Financeiro Nacional, Informações Cadastrais e Contábeis, Informações Contábeis, IFT – Informações Financeiras Trimestrais.

⁶⁴ Conforme mencionado previamente, a norma IFRS 9 foi emitida em 12 de novembro de 2009, sendo optativa para 2009 e obrigatória a partir de 2013.

critério foi estabelecido uma vez que o presente trabalho busca verificar o impacto gerado pela eliminação de tal classificação.

Do total de 50 instituições, apenas 39 possuem títulos classificados como disponíveis para venda, em 31 de dezembro de 2008. As 11 instituições que não possuem títulos em tal classificação e que, conseqüentemente, foram eliminadas, são: UBS Pactual, Alfa, BIC, JP Morgan Chase, Bansicredi, Barclays, Banese, Indusval, John Deere, Dresdner e Industrial do Brasil.

Entretanto, apesar de ter títulos classificados como disponíveis para venda, a Nossa Caixa também foi eliminada da amostra, tendo em vista que alguns dados necessários para a simulação dos efeitos nos indicadores não estarem mais disponíveis, após sua incorporação pelo Banco do Brasil.

Portanto, a amostra das 38 instituições utilizadas na pesquisa está apresentada no Quadro 10.

Quadro 10 – Amostra de bancos utilizada na pesquisa

Instituições	Instituições	Instituições
1 ITAU	14 BNB	27 SOFISA
2 BB	15 BBM	28 IBIBANK
3 BRADESCO	16 FIBRA	29 BRB
4 SANTANDER	17 ABC-BRASIL	30 ING
5 CEF	18 SS	31 BANCOOB
6 HSBC	19 RABOBANK	32 PINE
7 VOTORANTIM	20 BASA	33 WESTLB
8 SAFRA	21 BMG	34 CLASSICO
9 CITIBANK	22 BANESTES	35 RURAL
10 BNP PARIBAS	23 SOCIETE GENERALE	36 BANIF
11 BANRISUL	24 CRUZEIRO DO SUL	37 BTMUB
12 CREDIT SUISSE	25 DAYCOVAL	38 GECAPITAL
13 DEUTSCHE	26 MERCANTIL DO BRASIL	

Para as 38 instituições foram obtidos os dados necessários para a simulação de todos os indicadores objeto deste estudo, cujo detalhe a respeito da coleta é apresentado no item que segue.

Por fim, com base nas considerações sobre a escolha da amostra, conclui-se que se trata de uma amostra não probabilística, cuja escolha, segundo Sampieri et al. (2006, p. 254), não depende da probabilidade, mas, sim, das causas relacionadas com as características da pesquisa. Por essa razão, os testes estatísticos utilizados, apresentados no item 5.6 terão seu valor limitado e relativo à amostra em si, não permitindo generalizações para a população.

5.4 Coleta de dados

Para a consecução deste trabalho foi requerido um banco de dados contendo todos os dados necessários para a simulação. O banco foi gerado sem qualquer menção ao nome da instituição, fornecido por fontes seguras, as quais não podem ser reveladas. Para tanto foram firmados compromissos de manutenção do devido sigilo relativo às informações e a pertinente descaracterização dos dados individualizados por instituição, o que justifica a não apresentação dos dados individualizados na análise de resultado, bem como nos apêndices.

Foram obtidos os dados referentes ao cálculo do Índice da Basiléia e Índice de Imobilização, extraídos do Documento 2041 (Demonstração de Limites Operacionais), de 31/12/2008, os quais seguem:

- a) abordagem utilizada para o cálculo do Índice da Basiléia;
- b) índice de Imobilização;
- c) Patrimônio de Referência (PR) segregado em Nível I, Nível II e Deduções;
- d) Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e
- e) Patrimônio de Referência Exigido referente ao risco operacional (P_{OPR}).

Adicionalmente, com base no Documento 4040 (Balancete Analítico Consolidado – Consolidado Operacional de Conglomerado Financeiro), foram obtidos os saldos das contas contábeis (Cosif) e períodos detalhados na Tabela 9.

Tabela 9 – Contas contábeis do banco de dados

Cosif	Nome da conta	Período
1.0.0.00.00-7	Ativo Circulante e Realizável a LP	31/12/2007 e 31/12/2008
2.0.0.00.00-4	Ativo Permanente	31/12/2007 e 31/12/2008
3.0.3.40.00-8	Títulos disponíveis para venda (conta de compensação)	Semestral (de 30/06/2006 a 31/12/2008)
6.0.0.00.00-2	Patrimônio Líquido	31/12/2007 e 31/12/2008
6.1.6.10.10-9	Ajuste ao Valor de Mercado de TVM Próprios	Anual (de 31/12/2005 a 31/12/2008)
6.1.6.10.20-2	Ajuste ao Valor de Mercado de TVM de Coligadas e Controladas	Anual (de 31/12/2005 a 31/12/2008)
7.0.0.00.00-9	Contas de resultado credora	30/06/2008 e 31/12/2008
8.0.0.00.00-6	Contas de resultado devedora	30/06/2008 e 31/12/2008

Deve-se ressaltar que os saldos de ganhos ou perdas na realização de títulos disponíveis para venda não foram incluídos no estudo devido à dificuldade na sua obtenção, em virtude da inexistência de conta específica, para seu controle, no Cosif. Portanto, tais saldos, os quais devem ser excluídos do IE, no cálculo do P_{OPR} , não foram considerados no escopo do trabalho. Mais detalhes a respeito são apresentados na delimitação da pesquisa.

5.5 Variáveis operacionais

Segundo Tavares Filho (2006, p. 82), o uso de variáveis operacionais em um trabalho científico é importante porque exclui as possíveis ambiguidades sobre o entendimento das variáveis operacionalizadas no estudo, de forma que todas as pessoas envolvidas tenham a mesma compreensão sobre a mensuração da característica em questão.

Neste estudo, pretende-se verificar os possíveis impactos oriundos da introdução da norma IFRS 9, nos indicadores prudenciais e de rentabilidade dos Bancos brasileiros. Para isso, este estudo considera que os bancos brasileiros adotaram a IFRS 9 no exercício de 2009, ajustando as demonstrações financeiras do exercício de 2008, de modo que fiquem comparativas.

Ademais, o estudo assume que, com a eliminação da classificação disponível para venda, introduzida pela IFRS 9, todos os títulos assim classificados, na data de 31/12/2008, foram integralmente reclassificados para a categoria destinados à negociação. Tal assunção é justificada pela dificuldade de segregação do montante de ganhos ou perdas, reconhecidos no patrimônio líquido, que poderiam ser nele mantidos (referentes aos títulos patrimoniais), assim como pela possibilidade de análise do efeito no cenário extremo.

Tendo exposto, no capítulo 4, os efeitos que a norma introduz, com o intuito de responder ao problema de pesquisa, destacam-se as seguintes variáveis operacionais: Índice da Basiléia, Índice de Imobilização, Retorno sobre Ativos (ROA) e Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE).

Para os índices prudenciais, partindo do índice divulgado em 31/12/2008, efetua-se o ajuste da reclassificação, de modo a apurar o índice após a simulação. Os indicadores de rentabilidade, por sua vez, são calculados antes e depois da simulação, de acordo com o método optado para este estudo.

Na sequência, essas variáveis são analisadas por meio de testes de significância de médias, nos quais os próprios indicadores são comparados por amostras emparelhadas antes e depois da simulação.

5.5.1 Índice da Basiléia

O Índice da Basiléia antes da simulação dos ajustes da IFRS 9 é calculado de acordo com a seguinte equação:

$$\text{Índice da Basiléia}_{\text{antes}} = PR_{\text{antes}} * 100 / (PRE_{\text{antes}} / \text{fator } F) \quad (33)$$

em que:

PR_{antes} = Patrimônio de Referência divulgado em 31/12/2008;

PRE_{antes} = Patrimônio de Referência Exigido divulgado em 31/12/2008 e

$\text{Fator } F = 0,11$, pelo fato de a amostra não conter cooperativas de crédito singulares não filiadas a cooperativas centrais de crédito, para as quais se aplicaria o fator 0,15.

Conforme apresentado no capítulo 4, a introdução da IFRS 9 pode provocar impacto no PR, dependendo da estrutura da sua composição, tendo em vista os limites previstos pela Resolução CMN nº 3.444/2007.

Da mesma forma, no que respeita ao PRE, a introdução da norma pode impactar na parcela de risco de mercado, por meio das parcelas de risco de juros (P_{JUR}) e risco de preço de ações (P_{ACS}), e impacta na parcela de risco operacional (P_{OPR}), tendo em vista que o cálculo deste se

baseia em saldos contábeis. Entretanto, por razões previamente justificadas, apenas a parcela do risco operacional (P_{OPR}) é objeto da simulação desta pesquisa.

Ademais, é importante ressaltar que, conforme previamente mencionado, o Índice de Imobilização máximo permitido é de 50% e o montante que o exceder deve ser deduzido no cômputo do PR, para fins de Índice da Basiléia. Portanto, considerando, também, tal aspecto, a equação que sumariza o cálculo do Índice da Basiléia, após a simulação dos efeitos introduzidos pela IFRS 9, é a que segue:

$$\text{Índice da Basiléia}_{depois} = [(PR_{depois} - Excesso_{Imobilização}) * 100] / (PRE_{depois} / \text{fator } F) \quad (34)$$

Os métodos utilizados para os cálculos do PR_{depois} , do PRE_{depois} e do Excesso no Índice de Imobilização encontram-se detalhados nas seções que seguem.

Todavia, antes dos detalhamentos dos cálculos, é preciso ressaltar que, além do cálculo do Índice Basiléia pelo total PR, a pesquisa analisou o cálculo do indicador apenas pelo Capital Nível I, cujo objetivo é de também verificar se houve variação significativa com a reclassificação entre os níveis.

O Índice da Basiléia pelo Capital Nível I antes da simulação dos ajustes da IFRS 9 é calculado de acordo com a seguinte equação:

$$\text{Índice da Basiléia por Nível } I_{antes} = (\text{Capital Nível } I_{antes} * 100) / (PRE_{antes} / \text{fator } F) \quad (35)$$

em que:

$\text{Capital Nível } I_{antes}$ = Capital Nível I divulgado em 31/12/2008;

PRE_{antes} = Patrimônio de Referência Exigido divulgado em 31/12/2008 e

$\text{Fator } F = 0,11$.

Considerando os ajustes oriundos da reclassificação entre o Capital Nível I e Nível II, adiante detalhado, a equação que sintetiza o cálculo do indicador após os ajustes é a que segue:

$$\text{Índice da Basiléia por Nível } I_{depois} = (\text{Capital Nível } I_{depois} * 100) / (PRE_{depois} / \text{fator } F) \quad (36)$$

O cálculo do Capital Nível I depois é detalhado na seção 5.5.1.1, ao passo que o PRE depois é apresentado em 5.5.1.2.

5.5.1.1 Patrimônio de Referência (PR)

De acordo com a Resolução do CMN nº 3.444 (BACEN, 2007j), o PR é composto basicamente pelo Capital Nível I e Capital Nível II, com as deduções previstas naquele instrumento normativo. A equação utilizada para apuração do PR antes da simulação do ajuste da IFRS 9 é a que segue:

$$PR_{(antes)} = Capital\ Nível\ I_{antes} + Capital\ Nível\ II_{antes} - Deduções \quad (37)$$

em que:

Capital Nível I_{antes} = capital divulgado em 31/12/2008;

Capital Nível II_{antes} = capital divulgado em 31/12/2008 e

Deduções = deduções divulgadas em 31/12/2008.

Diante das considerações feitas, este estudo analisou a variação na estrutura do PR, considerando o ajuste oriundo da reclassificação dos títulos. Como fator limitador, o estudo considerou, apenas, que o montante do Nível II fica limitado ao valor do Nível I.

Para a apuração dos ajustes da IFRS 9 foram necessários os dados das contas contábeis destacadas no patrimônio líquido, a qual corresponde aos Cosif 6.1.6.10.10-9 (Próprios) e 6.1.6.10.20-2 (Coligadas e Controladas). O ajuste líquido dos efeitos tributários foi apurado conforme equação que segue:

$$Ajpr_{(liq)} = AjMTM_{(próprio)} + AjMTM_{(coligada)} \quad (38)$$

em que:

AjMTM_(próprio) = saldo da conta patrimonial - Cosif 6.1.6.10.10-9 (Próprios), em 31/12/2008 e

AjMTM_(coligada) = saldo da conta patrimonial - 6.1.6.10.20-2 (Coligadas e Controladas), em 31/12/2008.

Ressalte-se que o ajuste no PR deve ser líquido dos efeitos tributários uma vez que, caso fossem originalmente registrados direto na DRE, os ganhos e perdas seriam reconhecidos em receitas e despesas, respectivamente, com os devidos impostos reconhecidos. Assim, para a apuração do PR Nível I, seriam somadas as receitas e deduzidas as despesas, o que equivale ao montante reclassificado pelo valor líquido.

Uma vez explanada a equação de ajuste no PR, para a apuração do Capital Nível I após os efeitos da adoção da IFRS 9, foi adicionado ao saldo original a parcela de ajuste apurada pela equação (38). A equação que segue sintetiza o cálculo efetuado:

$$\text{Capital Nível I}_{(depois)} = \text{Capital Nível I}_{(antes)} + Ajpr_{(liq)} \quad (39)$$

Da mesma forma, para a apuração do Capital Nível II após os efeitos da IFRS 9, excluiu-se do saldo original a parcela de ajuste apurada pela equação (38). Assim, a apuração do Capital Nível II, após ajuste, pode ser sintetizada pela equação que segue:

$$\text{Capital Nível II}_{(depois)} = \text{Capital Nível II}_{(antes)} - Ajpr_{(liq)} \quad (40)$$

De posse dos saldos ajustados, analisou-se o fator limitador considerado por este estudo, o qual consiste no montante do Capital Nível II ficar limitado a 100% do montante do Capital Nível I. A equação que segue sintetiza o cálculo efetuado:

$$\text{Fator limitador \%} = \frac{\text{Capital Nível II}_{(depois)}}{\text{Capital Nível I}_{(depois)}} \times 100 \quad (41)$$

Para os casos que obtiveram o fator limitador até 100%, concluiu-se que não há impacto na estrutura do PR. Para aqueles que excederam o limite, o excesso foi deduzido do cálculo, de forma a apurar o saldo do PR após ajustes. O cálculo do excesso pode ser sintetizado na equação que segue:

$$\text{Excesso}_{\text{Nível II}} = \text{Capital Nível II}_{(depois)} - \text{Capital Nível I}_{(depois)} \quad (42)$$

De posse dos montantes de Capital Nível I_{depois}, Capital Nível II_{depois} e do excesso do Capital Nível II, obteve-se o saldo do PR após os ajustes, conforme equação que segue:

$$PR_{(depois)} = \text{Capital Nível I}_{(depois)} + \text{Capital Nível II}_{(depois)} - \text{Deduções} - \text{Excesso}_{\text{Nível II}} \quad (43)$$

em que:

Deduções = deduções divulgadas em 31/12/2008.

5.5.1.2 Patrimônio de Referência Exigido (PRE)

O PRE consiste na soma de parcelas de capital que cubram os seguintes riscos: capital mínimo para riscos de crédito, capital mínimo para riscos de mercado e capital mínimo para riscos operacionais. Dessa forma, tem-se que o PRE é calculado pela seguinte equação:

$$PRE = \text{Risco Crédito} + \text{Risco de Mercado} + \text{Risco Operacional} \quad (44)$$

Para cada instituição da amostra foi obtido o montante total do PRE e a parcela de risco operacional, segregadamente, uma vez que, por razões previamente justificadas, apenas a parcela do risco operacional (P_{OPR}) é objeto da simulação desta pesquisa.

Assim, para a apuração do PRE após os efeitos da IFRS 9, primeiramente foi calculada a variação no P_{OPR} , a qual foi acrescida ao PRE original. A equação que segue sintetiza a apuração do PRE após ajustes:

$$PRE_{depois} = PRE_{antes} + \text{Efeito}_{P_{OPR}} \quad (45)$$

em que:

PRE_{antes} = Patrimônio de Referência Exigido divulgado em 31/12/2008 e

$\text{Efeito}_{P_{OPR}}$ = apurado de acordo com a abordagem adotada pela instituição, em 31/12/2008.

Os detalhes sobre o cálculo, de acordo com cada abordagem, serão apresentados no item que segue.

5.5.1.2.1 Risco operacional

O cálculo do capital mínimo para a cobertura dos riscos operacionais é composto pelo P_{OPR} e é efetuado de acordo com a Circular do Bacen nº 3.383 (BACEN, 2008a). O P_{OPR} pode ser

calculado por uma das seguintes abordagens: Abordagem do Indicador Básico, Abordagem Padronizada Alternativa ou Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

Para o recálculo do capital mínimo para riscos operacionais foi empregada a abordagem utilizada por cada um dos bancos, na data de 31/12/2008. A escolha dessa metodologia ocorreu em função da adequação da simulação dos efeitos sobre o exato método empregado na data-base deste estudo. Os detalhes sobre cada abordagem podem ser vistos a seguir.

a) **Abordagem do indicador básico (BIA):** nessa abordagem, a partir da média anual da receita bruta dos últimos três anos (ou seis semestres) da instituição financeira, aplica-se o fator 15% e obtém-se a alocação de capital para o risco operacional.

Assim, as instituições que optaram pelo BIA, calcularam sua parcela para cobertura do risco operacional conforme a equação que segue:

$$P_{OPR} = Z \cdot \frac{\sum_{t=1}^3 \max[0,15 \cdot IE_t; 0]}{n} \quad (46)$$

em que:

$Z = 0,20$;

IE_t = Indicador de Exposição ao Risco Operacional do ano “ t ”, correspondendo a soma das receitas de intermediação financeira e das receitas de prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira e

n = número de vezes, nos três últimos períodos anuais, em que o valor IE é maior que zero.

Os impactos analisados por este estudo contemplam a reclassificação dos ganhos ou perdas registrados no patrimônio líquido para a demonstração de resultado. Portanto, o efeito sobre o P_{OPR} concentra-se no seu numerador IE_t , e, conseqüentemente, no n , caso um IE_t , para um ano “ t ”, previamente com saldo positivo, torne-se negativo após o ajuste ou vice-versa. No entanto, é importante salientar que o ajuste foi efetuado sobre o P_{OPR} total, sem a segregação das parcelas anuais, o que implica em uma limitação no estudo, por não ser possível analisar o fator limitador de máximo zero. Portanto, para fins desta pesquisa, o n é assumido como três vezes.

Visando analisar a coerência da aplicação de tal metodologia, a pesquisa adotou um grupo controle para comparar os resultados obtidos pelo cálculo sem considerar o fator limitador de máximo zero *versus* o resultado obtido considerando-o. Detalhes sobre o grupo controle é apresentado em 5.7.

Para a apuração dos ajustes no *IE* foram necessários os dados da conta contábil correspondente ao Cosif 6.1.6.10.10-9 (Próprios). A conta referente a Coligadas e Controladas não foi ajustada devido ao fato de os ganhos ou perdas em investimentos não serem computados no cálculo do *IE*.

Por se tratar de um ajuste em receita e despesa, há a necessidade da apuração dos ganhos ou perdas desconsiderando-se os efeitos tributários. Assim, o ajuste bruto foi apurado conforme equação que segue:

$$AjIE_{t\ (bruto)} = \frac{AjMTM_{(próprio)t} - AjMTM_{(próprio)t-1}}{0,6} \quad (47)$$

em que:

$MTM_{(próprio)t}$ = saldo da conta patrimonial – Cosif 6.1.6.10.10-9, em 31/12 do ano “*t*” e 0,60 = corresponde ao efeito tributário: 1-0,40, sendo 40% composto pelas alíquotas do Imposto de Renda (25%) e Contribuição Social (15%), aplicável às instituições financeiras.

Assim sendo, a equação utilizada pelo estudo para apuração do Efeito $P_{OPR\ (BIA)}$, após a adoção da IFRS 9, é a que segue:

$$Efeito\ P_{OPR\ (BIA)} = Z \cdot \frac{[(\sum_{t=1}^3 AjIE_{t\ (bruto)}) \times 0,15]}{3} \quad (48)$$

em que:

$AjIE_{t\ (bruto)}$ = ajuste do *IE*, para o ano “*t*”, calculado conforme equação (47) e

$Z = 0,2$ (válido para os cálculos no período entre 01/07/2008 e 31/12/2008).

b) **Abordagem Padronizada Alternativa (ASA):** nessa abordagem, a partir da média anual da receita bruta dos últimos três anos (ou seis semestres) da instituição financeira,

segregada pelas oito linhas de negócio, aplica-se o fator de ponderação β_i , o qual varia de 12% a 18%, conforme a linha de negócio.

Portanto, as instituições que optaram pelo ASA, calcularam sua parcela para cobertura do risco operacional conforme a equação que segue:

$$P_{OPR} = Z \cdot \frac{\sum_{i=1}^3 \max [(\sum_{t=1}^2 IAE_{i,t} \cdot \beta_i) + (\sum_{t=3}^8 IE_{i,t} \cdot \beta_i); 0]}{3} \quad (49)$$

em que:

$Z = 0,20$ (idem BIA);

$IE_{i,t}$ = Indicador de Exposição ao Risco Operacional, no período “ t ”, da linha de negócio “ i ”, calculado conforme cálculo do indicador básico, porém segregado por linha de negócio e relativo apenas ao resultado bruto das linhas de negócio de III a VIII, uma vez que a parcela referente às linhas I e II já está sendo calculada no $IAE_{i,t}$;

$IAE_{i,t}$ = Indicador Alternativo de Exposição ao Risco Operacional, no período anual “ t ”, da linha de negócio “ i ”, correspondendo, para cada período anual, à média aritmética dos saldos semestrais das operações de crédito, de arrendamento mercantil e de outras operações com características de concessão de crédito e dos **títulos e valores mobiliários não classificados na carteira de negociação**, multiplicada pelo fator 0,035. Os saldos, considerados no cálculo, compreendem os das linhas de negócio I e II, conforme apresentadas no Quadro 9;

β_i = fator de ponderação aplicado à linha de negócio “ i ”, conforme apresentado na Tabela 7.

Os impactos analisados por este estudo contemplam a reclassificação dos ganhos ou perdas registrados no patrimônio líquido para a demonstração de resultado. Assim, o efeito sobre o P_{OPR} ocorre tanto no $IE_{i,t}$ como no $IAE_{i,t}$.

De acordo com a Circular do Bacen nº 3.383 (BACEN, 2008a), as operações com TVM não classificadas na carteira de negociação são inclusas na linha de negócio II - Comercial, a qual entra no escopo do cálculo do $IAE_{i,t}$. Por outro lado, as operações com TVM classificadas na carteira de negociação são inclusas na linha de negócio IV - Negociação e Vendas, a qual entra no escopo do cálculo do $IE_{i,t}$.

Por conseguinte, com a reclassificação dos títulos disponíveis para venda, os quais entram no cálculo do $IAE_{i,t}$, para a categoria títulos para negociação, os quais entram no cálculo do $IE_{i,t}$, é preciso excluir o montante referente a tais títulos do cálculo do $IAE_{i,t}$, passando a calcular e incluí-lo no cômputo do $IE_{i,t}$.

Vale ressaltar que, conforme mencionado na Abordagem Básica, o ajuste foi efetuado sobre o P_{OPR} total, sem a segregação das parcelas anuais, o que implica em uma limitação no estudo, por não ser possível analisar o fator limitador de máximo zero. E, assim como naquela abordagem, a coerência de tal metodologia é analisada por meio do grupo controle apresentado em 5.7.

O ajuste no IE segue cálculo apresentado na abordagem básica, na equação (47), ao passo que, para a apuração dos ajustes no IAE foram necessários os dados da conta de compensação correspondente ao Cosif 3.0.3.40.00-8 (Títulos disponíveis para venda).

Segundo a Circular nº 3.383 (BACEN, 2008a), o IAE , para cada período anual, considera a média aritmética dos saldos semestrais dos TVM não classificados na carteira de negociação, multiplicada pelo fator 0,035. Assim, para a apuração do ajuste oriundo da reclassificação, a equação a seguir foi utilizada:

$$AjIAE_t = \frac{TDPV_t}{2} \cdot 0,035 \quad (50)$$

em que:

$TDPV_t$ = corresponde, para cada período anual “t”, à soma dos saldos semestrais das operações com TVM classificados como disponíveis para venda, obtida da conta de compensação Cosif 3.0.3.40.00-8 (Títulos disponíveis para venda).

Portanto, a equação utilizada pelo estudo para apuração do Efeito $P_{OPR (ASA)}$, após a adoção da IFRS 9, é a que segue:

$$Efeito P_{OPR (ASA)} = Z \cdot \frac{\{[(\sum_{t=1}^3 AjIE_t (bruto)) \times 0,18] - [(\sum_{t=1}^3 AjIAE_t) \times 0,15]\}}{3} \quad (51)$$

em que:

$$Z = 0,2;$$

$AjIE_t (bruto)$ = ajuste no Indicador de Exposição ao Risco Operacional, no período “t”, da linha de negócios Negociação e Vendas, calculado conforme apresentado na abordagem do indicador básico (equação 47);

$$0,18 = \beta \text{ da linha de negócios Negociação e Vendas;}$$

$AjIAE_t$ = ajuste no Indicador Alternativo de Exposição ao Risco Operacional, no período “t”, da linha de negócios Comercial, cujo cálculo foi demonstrado na equação (50) e

$$0,15 = \beta \text{ da linha de negócios Comercial.}$$

c) **Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (ASA-2):** trata-se de uma variação da abordagem padronizada, mantendo a mesma estrutura de oito linhas negócios. Entretanto, o resultado bruto considerado no cálculo é feito de maneira agregada e o fator de ponderação β já vem predefinido, não mais seguindo os percentuais apresentados na Tabela 7.

Assim sendo, as instituições que optaram pelo ASA-2, calcularam sua parcela para cobertura do risco operacional conforme a equação que segue:

$$P_{OPR} = Z \cdot \frac{\sum_{t=1}^3 \max \{[(IAE_t \cdot 0,15) + (IE_t \cdot 0,18)]; 0\}}{3} \quad (52)$$

em que:

IAE_t = indicador calculado conforme abordagem padronizada alternativa, porém de forma agregada das linhas de negócio I e II e

IE_t = indicador calculado conforme abordagem básica, porém de forma agregada e para as operações incluídas nas linhas de negócio III a VIII, uma vez que a parcela referente às linhas I e II já está sendo calculada no IAE_t .

Assim como na abordagem padronizada alternativa, o efeito da adoção da IFRS 9 sobre o P_{OPR} ocorre tanto no IE_t como no IAE_t . Logo, com a reclassificação dos títulos disponíveis para venda, os quais entram no cálculo do IAE_t , para a categoria títulos para negociação, os quais entram no cálculo do IE_t , é preciso excluir o montante referente a tais títulos do cálculo do IAE_t , passando a calcular e incluí-lo no cômputo do IE_t .

Novamente, conforme mencionado antes, o ajuste foi efetuado sobre o P_{OPR} total, sem a segregação das parcelas anuais, o que implica uma limitação no estudo, por não ser possível analisar o fator limitador de máximo zero. A coerência de tal metodologia é analisada por meio do grupo controle apresentado em 5.7.

O ajuste no IE segue cálculo apresentado na abordagem básica, ao passo que, o ajuste no IAE segue cálculo apresentado na abordagem padronizada alternativa. Portanto, a equação utilizada pelo estudo para apuração do Efeito $P_{OPR (ASA-2)}$, após a adoção da IFRS 9, é a que segue:

$$Efeito P_{OPR (ASA-2)} = Z \cdot \frac{\{[(\sum_{t=1}^3 AjIE_t (bruto)) \times 0,18] - [(\sum_{t=1}^3 AjIAE_t) \times 0,15]\}}{3} \quad (53)$$

em que:

$AjIE_t (bruto)$ = ajuste no Indicador de Exposição ao Risco Operacional, no período “ t ”, cujo cálculo foi demonstrado previamente, na equação (47) e

$AjIAE_t$ = ajuste no Indicador Alternativo de Exposição ao Risco Operacional, no período “ t ”, cujo cálculo foi demonstrado na equação (50).

Por último, observando-se as equações do Efeito $P_{OPR (ASA)}$ – equação (51) e Efeito $P_{OPR (ASA-2)}$ – equação (53), note-se que, em qualquer das duas abordagens, o efeito resultante será o mesmo. Tal conclusão se deve ao fato de o β das linhas de negócios Comercial (15%) e Negociação e Vendas (18%), utilizados no cálculo pelo ASA, coincidirem com os β predefinidos do ASA-2.

5.5.2 Índice de Imobilização

O Índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR com o ativo permanente imobilizado. Desde dezembro de 2002, o índice máximo permitido é de 50%, conforme determina a Resolução CMN nº 2.669 (BACEN, 1999). Esse índice é calculado conforme a equação a seguir:

$$\text{Índice de Imobilização} = \frac{\text{Ativo Permanente Imobilizado} - \text{Deduções}}{\text{PR} - \text{Títulos Patrimoniais}} \quad (54)$$

Analisando a composição da equação, cujos detalhes foram apresentados no item 4.2, percebe-se que a adoção da IFRS 9 pode introduzir impactos apenas no PR, uma vez que as demais variáveis não sofrem alterações com a adoção da norma. Assim, não sendo apurado excesso do Capital Nível II, conclui-se que o PR permanece no mesmo montante, apenas com reclassificações entre os níveis I e II. Portanto, não havendo variação no total do PR, não há impacto no Índice de Imobilização, o qual permanece igual ao índice divulgado em 31/12/2008.

Contudo, caso haja variação no total do PR, há impactos no Índice de Imobilização. Assim, partindo da equação (54), apura-se o montante do numerador, fazendo a seguinte relação:

$$(Aivo\ Perm.\ Imobilizado - Deduções) = Índice\ de\ Imobilização_{(antes)} \times (PR_{(antes)} - Títulos\ Patrimoniais) \quad (55)$$

Uma vez calculado o numerador, o Índice de Imobilização, após os efeitos da adoção da IFRS 9, é obtido pela equação que segue:

$$Índice\ de\ Imobilização_{(depois)} = \frac{Índice\ de\ Imobilização_{(antes)} \times (PR_{(antes)} - Títulos\ Patrimoniais)}{PR_{(depois)} - Títulos\ Patrimoniais} \quad (56)$$

em que:

$Índice\ de\ Imobilização_{(antes)}$ = Índice de Imobilização divulgado em 31/12/2008;

PR_{antes} = PR divulgado em 31/12/2008;

PR_{depois} = PR após efeitos da IFRS 9, apurado conforme equação (43) e

$Títulos\ Patrimoniais$ = corresponde aos saldos das contas Cosif 2.1.4.10.10-5 (De Bolsas de Valores), Cosif 2.1.4.10.20-8 (De Bolsas/Mercad e De Futuros), Cosif 2.1.4.10.30-1 (Da Cetip), Cosif 2.1.5.10.10-8 (De Empr. Liq. Cust. Vinc. Bolsas) e Cosif 2.1.5.99.10-5 ((-) De Emp. L. Cust. Vinc. Bolsas).⁶⁵

Uma vez calculado, o Índice de Imobilização_{depois} foi analisado quanto ao limite máximo de 50%. Caso o resultado seja menor que 50%, conclui-se que não há excesso de imobilização. Para os que excederam, apurou-se o excesso pela seguinte equação:

⁶⁵ Banco de dados contendo as contas que compõem o saldo de Títulos Patrimoniais somente será gerado na hipótese do PR total sofrer variação.

$$\text{Excesso de Imobilização} = [II_{(antes)} \times (PR_{(antes)} - \text{Tít. Patr.})] - [(PR_{(depois)} - \text{Tít. Patr.}) \times 0,5] \quad (57)$$

em que:

$II_{(antes)}$ = Índice de Imobilização divulgado em 31/12/2008;

$PR_{(antes)}$ = Patrimônio de Referência divulgado em 31/12/2008;

Tít. Patr. = corresponde ao saldo de títulos patrimoniais, divulgado em 31/12/2008, cuja composição foi apresentada, anteriormente, nos detalhes da equação (56).

Antes de apresentar os indicadores de rentabilidade, ressalte-se que, como uma forma de contribuição adicional ao entendimento dos cálculos efetuados para a simulação, o Apêndice 3 apresenta planilha contendo modelo de cálculo da simulação dos indicadores prudenciais (Índice da Basiléia e Índice de Imobilização).

5.5.3 Retorno sobre o Ativo (ROA)

O ROA é calculado pela divisão do Lucro Líquido pelo Ativo Total. Essas informações são extraídas da DRE e do BP das empresas, respectivamente. Dessa forma, o ROA representa o retorno produzido pelo total de aplicações disponíveis para gerá-lo.

Diante dessas considerações, este estudo considera como modelo para a apuração do ROA antes dos ajustes da adoção da IFRS 9, o que segue:

$$ROA_{antes} = \frac{\text{Lucro Líquido}_{(antes)}}{\text{Ativo Total Médio}} \times 100 \quad (58)$$

em que:

O $\text{Lucro Líquido}_{(antes)}$ = Lucro Líquido após Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CSLL), divulgados em 30/06/2008 e 31/12/2008;

Ativo Total Médio = média entre os saldos do Ativo Total divulgados em 31/12/2007 e 31/12/2008.

Os impactos analisados por este estudo contemplam a reclassificação dos ganhos ou perdas registrados no patrimônio líquido para a Demonstração de Resultado. Assim, o efeito sobre o ROA se concentra apenas no seu numerador: Lucro Líquido.

Para a apuração dos ajustes foram necessários os dados das contas contábeis destacadas no patrimônio líquido, as quais correspondem aos Cosif 6.1.6.10.10-9 (Próprios) e 6.1.6.10.20-2 (Coligadas e Controladas). O ajuste líquido dos efeitos tributários foi apurado conforme equação que segue:

$$Ajrent_{t(liq)} = (AjMTM_{(próprio)t} + AjMTM_{(coligada)t}) - (AjMTM_{(próprio)t-1} + AjMTM_{(coligada)t-1}) \quad (59)$$

em que:

$AjMTM_{(próprio)}$ = saldo da conta patrimonial - Cosif 6.1.6.10.10-9 (Próprios) dos anos “t” e “t-1”;

$AjMTM_{(coligada)}$ = saldo da conta patrimonial - 6.1.6.10.20-2 (Coligadas e Controladas) dos anos “t” e “t-1” e

t = corresponde ao período de 2008.

Logo, a equação utilizada para a apuração do Lucro Líquido_{depois}, é a que segue:

$$Lucro\ Líquido_{(depois)} = Lucro\ Líquido_{(antes)} + Ajrent_{t(liq)} \quad (60)$$

De posse do Lucro Líquido, após os ajustes, o ROA pode ser calculado conforme equação que segue:

$$ROA_{depois} = \frac{Lucro\ Líquido_{(depois)}}{Ativo\ Total\ Médio} \times 100 \quad (61)$$

em que:

Ativo Total Médio = média entre os saldos do Ativo Total divulgados em 31/12/2007 e 31/12/2008.

5.5.4 Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)

O ROE é calculado pela divisão do Lucro Líquido pelo Patrimônio Líquido. Essas informações são extraídas da DRE e do BP das empresas, respectivamente. Dessa forma, o ROE representa o retorno produzido pelos recursos aplicados pelos próprios donos.

Diante dessas considerações, este estudo considera como modelo para a apuração do ROE, antes dos ajustes da adoção da IFRS 9, o que segue:

$$ROE_{antes} = \frac{Lucro\ Líquido_{(antes)}}{PL\ Médio_{(antes)}} \quad (62)$$

em que:

Lucro Líquido_(antes) = Lucro Líquido após Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CSLL), divulgados em 30/06/2008 e 31/12/2008;

PL Médio = média entre os saldos do Patrimônio Líquido divulgados em 31/12/2007 e 31/12/2008.

Importante ressaltar que o Patrimônio Líquido de 31/12/2008 foi ajustado, partindo-se do saldo do patrimônio líquido final (saldo divulgado) e desconsiderando o resultado daquele exercício. Assim, o Patrimônio Líquido Médio foi calculado pela média entre o saldo inicial (31/12/2007) e o saldo ajustado.

Confirmando tais considerações, Silva (2000, p. 243) afirma que, no cálculo do patrimônio líquido, o ideal é corrigir o saldo inicial com os acréscimos do período (exceto o lucro) e calcular a média ponderada pelo tempo de permanência dos recursos. Entretanto, para fins de simplificação do cálculo, pode-se partir do saldo final de patrimônio líquido, subtrair o lucro do período e calcular a média entre o saldo ajustado e o saldo inicial.

Com relação aos ajustes da IFRS 9, os impactos analisados por este estudo contemplam a reclassificação dos ganhos ou perdas registrados no patrimônio líquido para a demonstração de resultado. Assim, o efeito sobre o ROE ocorre tanto no seu numerador quanto no denominador.

O Lucro Líquido, após efeitos da reclassificação, consiste no saldo calculado conforme equação (60), ao passo que o Patrimônio Líquido Médio foi ajustado conforme equação que segue:

$$Pl\ Médio_{depois} = \frac{[PL_{t-1} + (PL_t - Lucro\ Líquido_{(depois)})]}{2} \quad (63)$$

em que:

PL = Patrimônio Líquido divulgados em 31/12 dos períodos “ t ” e “ $t-1$ ”;

$Lucro\ Líquido_{depois}$ = Lucro Líquido apurado de acordo com equação (60) e

t = corresponde ao período de 2008.

De posse do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido Médio, ambos após os ajustes, o ROE pode ser calculado conforme equação que segue:

$$ROE_{depois} = \frac{Lucro\ Líquido_{(depois)}}{PL\ Médio_{(depois)}} \quad (64)$$

Por último, assim como nos índices prudenciais, o Apêndice 2 apresenta planilha contendo modelo de cálculo da simulação dos indicadores de rentabilidade (ROA e ROE).

5.6 Análise dos Dados: métodos estatísticos

“Uma vez depurados, os dados e as informações deverão ser analisados visando à solução do problema de pesquisa proposto, o alcance dos objetivos colimados, bem como utilizados para se testar as hipóteses enunciadas.” (MARTINS, Gilberto, 1994, p. 47).

Conforme anunciado nos objetivos da pesquisa, busca-se, por meio deste estudo, verificar se há efeito estatisticamente significativo nos indicadores prudenciais e de rentabilidade dos Bancos brasileiros, oriundo das mudanças na classificação dos instrumentos financeiros, com a introdução da IFRS 9. Por essa razão, as técnicas estatísticas escolhidas visam responder se os efeitos nos indicadores são estatisticamente significativos ou não.

Testes estatísticos de uma amostra envolvendo replicações emparelhadas são usados quando o pesquisador deseja verificar se houve variação entre o antes e o depois de algum evento, tratamento etc.. Neste estudo, fez-se o uso de uma amostra de Bancos, envolvendo replicação emparelhada dos indicadores de um período anterior e outro posterior à simulação dos efeitos da adoção da referida norma.

Para análise dos dados empíricos foram utilizadas as seguintes ferramentas estatísticas: Teste de Kolmogorov-Smirnov, Teste de Levene, Teste *t*-Student e Teste de Wilcoxon.

O teste Kolmogorov-Smirnov e o Teste de Levene foram utilizados na verificação quanto à normalidade das observações e homogeneidade das variâncias, respectivamente, como pressuposto para o uso de testes paramétricos. Os Testes *t*-Student e de Wilcoxon foram usados como teste de significância de médias, mostrando-se apropriados para as análises deste estudo.

Segundo Maroco (2007, p. 270), o teste *t*-Student para amostras emparelhadas é o teste a ser utilizado quando se pretende comparar duas populações das quais foram extraídas duas amostras emparelhadas relativamente a uma variável dependente quantitativa.

O teste de Wilcoxon, por sua vez, segundo Maroco (2007, p. 306), trata-se de um teste que pode ser utilizado como alternativa não paramétrica ao teste *t*-Student quando o pressuposto de distribuição normal da variável, nas duas medições emparelhadas, não se verifica e/ou não é possível (*e.g.* amostras pequenas) ou desejável (*e.g.* distribuições muito enviesadas) defender a robustez dos métodos paramétricos quando esse pressuposto não é válido.

No entanto, na hipótese dos pressupostos para o uso dos testes paramétricos serem atingidos, o estudo fez uso do Teste *t*-Student. Caso contrário, o Teste de Wilcoxon foi utilizado, por se tratar do teste não paramétrico indicado para amostras emparelhadas.

Os detalhes sobre os testes mencionados acima são apresentados no capítulo 6 deste estudo. E, para suporte da operacionalização de todos os testes utilizados nesta pesquisa e das análises estatísticas, foi utilizado o programa PASW *Statistics* 18.

5.6.1 Hipóteses estatísticas

A hipótese estatística consiste em uma suposição quanto ao valor de um parâmetro populacional ou quanto à natureza da distribuição de probabilidade de uma variável populacional. (MARTINS, Gilberto, 2008, p. 201).

Partindo do princípio de que o teste de significância consiste em avaliar a veracidade de afirmações sobre os parâmetros populacionais, formulam-se as seguintes hipóteses, de acordo com cada indicador analisado:

a) Índice da Basiléia:

H_0 : Índice da Basiléia _{antes} = Índice da Basiléia _{depois}

H_1 : Índice da Basiléia _{antes} $\neq$ Índice da Basiléia _{depois}

em que:

Índice da Basiléia _{antes} e Índice da Basiléia _{depois}: Índice da Basiléia médio antes e depois da simulação dos efeitos das mudanças na classificação dos instrumentos financeiros, oriunda da adoção da IFRS 9.

b) Índice da Basiléia por Capital Nível I:

H_0 : Índice da Basiléia por Nível I _{antes} = Índice da Basiléia por Nível I _{depois}

H_1 : Índice da Basiléia por Nível I _{antes} $\neq$ Índice da Basiléia por Nível I _{depois}

em que:

Índice da Basiléia por Nível I _{antes} e Índice da Basiléia por Nível I _{depois}: Índice da Basiléia por Capital Nível I médio antes e depois da simulação dos efeitos das mudanças na classificação dos instrumentos financeiros, oriunda da adoção da IFRS 9.

c) Índice de Imobilização:

H_0 : Índice de Imobilização _{antes} = Índice de Imobilização _{depois}

H_1 : Índice de Imobilização _{antes} $\neq$ Índice de Imobilização _{depois}

em que:

Índice de Imobilização _{antes} e Índice de Imobilização _{depois}: Índice de Imobilização médio antes e depois da simulação dos efeitos das mudanças na classificação dos instrumentos financeiros, oriunda da adoção da IFRS 9.

d) Retorno sobre Ativo (ROA):

$$H_0: ROA_{\text{antes}} = ROA_{\text{depois}}$$

$$H_1: ROA_{\text{antes}} \neq ROA_{\text{depois}}$$

em que:

ROA_{antes} e ROA_{depois} : Retorno sobre o Ativo médio antes e depois da simulação dos efeitos das mudanças na classificação dos instrumentos financeiros, oriunda da adoção da IFRS 9.

e) Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE):

$$H_0: ROE_{\text{antes}} = ROE_{\text{depois}}$$

$$H_1: ROE_{\text{antes}} \neq ROE_{\text{depois}}$$

em que:

ROE_{antes} e ROE_{depois} : Retorno sobre o Patrimônio Líquido médio antes e depois da simulação dos efeitos das mudanças na classificação dos instrumentos financeiros, oriunda da adoção da IFRS 9.

De acordo com as hipóteses nulas formuladas (H_0), não há mudança significativa no Índice da Basiléia, Índice da Basiléia por Capital Nível I, Índice de Imobilização, ROA e ROE depois da simulação dos efeitos das mudanças na classificação dos instrumentos financeiros, oriunda da adoção da IFRS 9. Ao contrário, de acordo com as hipóteses alternativas (H_1), há mudança significativa no Índice da Basiléia, Índice da Basiléia por Capital Nível I, Índice de Imobilização, ROA e ROE depois da simulação dos efeitos das mudanças na classificação dos instrumentos financeiros, oriunda da adoção da IFRS 9.

Consequentemente, as conclusões sobre os resultados dos testes são fundamentadas nos seguintes pontos:

- a) se o nível de significância observado (*Sig.*) estiver dentro da área de aceitação, definida pelo nível de significância previamente estabelecido (α), a hipótese nula não será rejeitada;

- b) se o nível de significância observado (*Sig.*) estiver dentro da área de rejeição, definida pelo nível de significância previamente estabelecido (α), a hipótese nula será rejeitada e a hipótese alternativa será aceita.

Resumindo:

$Sig. > \alpha \rightarrow$ Aceita H_0

$Sig. \leq \alpha \rightarrow$ Rejeita H_0 e aceita H_1

Segundo Stevenson (1981, p. 225), comumente o nível de significância (α) escolhido para os testes de significância são de 1%, 2,5% ou 5%. Para este estudo, o α escolhido foi de 5%.

5.7 Grupo controle da metodologia aplicada ao cálculo dos efeitos no P_{OPR}

O conceito de grupo de controle utilizado em pesquisas experimentais requer, segundo Sampieri et al. (2006, p. 159), que um grupo seja exposto à presença da variável independente e outro não. Assim, segundo os autores, é feita a comparação dos dois grupos, com o intuito de saber se o grupo exposto à variável independente difere do grupo que não foi exposto.

Analisando o modo de investigação adotado por esta pesquisa, a simulação, não há necessidade de criação de um grupo controle, haja vista que a variação entre o antes e o depois da simulação, a qual é feita sob dados estáticos, decorre, exclusivamente, dos efeitos da variável sobre a qual esta pesquisa se dispõe a analisar: a reclassificação dos títulos classificados como disponíveis para venda para a classificação de títulos para negociação.

Todavia, a pesquisa optou pela constituição de um também denominado grupo controle, porém com outro objetivo: analisar a razoabilidade da metodologia aplicada ao cálculo dos efeitos no P_{OPR} .

De acordo com a Circular Bacen nº 3.383/2008, para o cálculo do resultado bruto anual, deve-se considerar o fator limitador de máximo zero. Assim, caso a receita bruta anual seja negativa, ela é excluída do cálculo, independente de qual das três abordagens tenha sido adotada.

A amostra selecionada para compor o grupo controle é não probabilística e parte das 38 instituições analisadas na pesquisa. A escolha das instituições, portanto, foi efetuada de maneira julgamental, intencional, com a preocupação de identificar quais seriam as instituições relevantes e dispostas a fornecer dados sigilosos.

A amostra é composta por 4 instituições, que se enquadram nas seguintes categorias:

Quadro 11 – Características da amostra do Grupo Controle

<u>Categoria</u>	<u>Critério</u>	<u>Segmento</u>
Grandes bancos Privados Nacionais	Instituição Financeira de Capital Nacional com Ativos Totais acima de R\$ 20 bilhões e Patrimônio Líquido acima de R\$ 2 bilhões	Banco Múltiplo
Grandes bancos Privados Estrangeiros	Instituição Financeira de Capital Estrangeiro, com Ativos Totais acima de R\$ 20 bilhões e Patrimônio Líquido acima de R\$ 2 bilhões	Banco Múltiplo
Bancos Médios e Pequenos	Instituição Financeira de Capital Nacional ou Estrangeiro com Ativos Totais abaixo de R\$ 20 bilhões e Patrimônio Líquido abaixo de R\$ 2 bilhões	Banco Múltiplo

Fonte: Adaptado da FEBRABAN.⁶⁶

Para cada uma das instituições foi enviada uma carta convite (Apêndice 5) contendo uma apresentação do assunto da dissertação e a solicitação dos dados para a pesquisa. Anexo à carta foi enviada uma planilha (Apêndice 6) com os dados necessários detalhados para a pesquisa.

Ademais, para o fornecimento dos dados, algumas das instituições da amostra exigiram compromisso de sigilo, o qual foi firmado mediante Acordo de Confidencialidade.

Após coleta dos dados, foi efetuado o cálculo da parcela do P_{OPR} analisando o fator limitador de máximo zero, para cada período anual, confrontando-o com o cálculo sem considerar tal fator limitador (conforme metodologia apresentada na seção 5.5.1.2.1), a fim de verificar se existiam divergências entre as metodologias.

As equações para o cálculo do P_{OPR} , antes da simulação, são as mesmas apresentadas na seção 5.5.1.2.1. A diferença concentra-se na metodologia utilizada para o cálculo depois da simulação, cujos detalhes, de acordo com cada abordagem, são apresentados a seguir.

⁶⁶ Disponível em: <http://www.febraban.org.br/p5a_52gt34++5cv8_4466+ff145afbb52ffrtg33fe36455li5411pp+e/sitefebraban/pesquisa_sobre_praticas_risco.pdf>. Acesso em: 02/06/2010.

- a) **Abordagem do indicador básico:** a equação utilizada pelo estudo para apuração do P_{OPR} , após os efeitos da adoção da IFRS 9, é a que segue:

$$P_{OPR (depois)} = Z \cdot \frac{\sum_{t=1}^3 \max[0, 15 \cdot IE_{t (depois)}; 0]}{n_{(depois)}} \quad (65)$$

O fator Z corresponde a 0,2; $n_{(depois)}$ é o número de vezes, nos três últimos períodos anuais, em que o valor de $IE_{t (depois)}$ é maior que zero e $IE_{t (depois)}$ consiste no indicador de exposição apurado conforme a seguinte equação:

$$IE_{t (depois)} = IE_{t (antes)} + AjIE_{t (bruto)} \quad (66)$$

em que:

$IE_{t (antes)}$ = Indicador de Exposição divulgado em 31/12 do ano “ t ”;

$AjIE_{t (bruto)}$ = ajuste no Indicador de Exposição ao Risco Operacional, no período “ t ”, cujo cálculo foi demonstrado previamente, na equação (47).

Uma vez apurado o P_{OPR} após ajustes, calculou-se o efeito no P_{OPR} , por meio da seguinte equação:

$$Efeito P_{OPR (BIA)} = P_{OPR (depois)} - P_{OPR (antes)} \quad (67)$$

O $P_{OPR (antes)}$ refere-se àquele calculado antes da simulação, com base nos dados informados pelos Bancos, de acordo com a equação (46).

- b) **Abordagem Padronizada Alternativa:** a equação utilizada pelo estudo para apuração do P_{OPR} , após os efeitos da adoção da IFRS 9, é a que segue:

$$P_{OPR (depois)} = Z \cdot \frac{\sum_{i=1}^3 \max \{ [\sum_{i=1}^2 (IAE_{i,t} - AjIAE_{i,t}) \cdot \beta_i] + [\sum_{i=3}^8 (IE_{i,t} + AjIE_{i,t (bruto)}) \cdot \beta_i]; 0 \}}{3} \quad (68)$$

em que:

$Z = 0,20$;

$IE_{i,t}$ = Indicador de Exposição ao Risco Operacional da linha de negócio “ i ”, divulgado em 31/12 do ano “ t ”;

$IAE_{i,t}$ = Indicador Alternativo de Exposição ao Risco Operacional da linha de negócio “i”, divulgado em 31/12 do ano “t”;

$AjIE_t$ (bruto) = ajuste no Indicador de Exposição ao Risco Operacional, no período “t”, cujo cálculo foi demonstrado previamente, na equação (47) e

$AjIAE_t$ = ajuste no Indicador Alternativo de Exposição ao Risco Operacional, no período “t”, cujo cálculo foi demonstrado na equação (50).

β_i = fator de ponderação aplicado à linha de negócio “i”, conforme apresentado na Tabela 7.

Uma vez apurado o P_{OPR} após ajustes, calculou-se o efeito no P_{OPR} , por meio da seguinte equação:

$$Efeito P_{OPR (ASA)} = P_{OPR (depois)} - P_{OPR (antes)} \quad (69)$$

O $P_{OPR (antes)}$ refere-se àquele calculado antes da simulação, com base nos dados informados pelos Bancos, de acordo com a equação (49).

c) **Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada:** a equação utilizada pelo estudo para apuração do P_{OPR} , após os efeitos da adoção da IFRS 9, é a que segue:

$$P_{OPR (depois)} = Z \cdot \frac{\sum_{t=1}^3 \max \{ [(IAE_t - AjIAE_t) \cdot 0,15] + [(IE_t - AjIE_t (bruto)) \cdot 0,18]; 0 \}}{3} \quad (70)$$

em que:

$Z = 0,20$;

$IE_{i,t}$ = Indicador de Exposição ao Risco Operacional divulgado em 31/12 do ano “t”;

$IAE_{i,t}$ = Indicador Alternativo de Exposição ao Risco Operacional divulgado em 31/12 do ano “t”;

$AjIE_t$ (bruto) = ajuste no Indicador de Exposição ao Risco Operacional, no período “t”, cujo cálculo foi demonstrado previamente, na equação (47) e

$AjIAE_t$ = ajuste no Indicador Alternativo de Exposição ao Risco Operacional, no período “t”, cujo cálculo foi demonstrado na equação (50).

Uma vez apurado o P_{OPR} após ajustes, calculou-se o efeito no P_{OPR} , por meio da seguinte equação:

$$\text{Efeito } P_{OPR (ASA-2)} = P_{OPR (depois)} - P_{OPR (antes)} \quad (71)$$

O $P_{OPR (antes)}$ refere-se àquele calculado antes da simulação, com base nos dados informados pelos Bancos, de acordo com a equação (52).

Tendo finalmente apurado o efeito da simulação no P_{OPR} , de acordo com a abordagem utilizada em 31/12/2008, pelos Bancos da amostra, foram confrontados os efeitos, dos cálculos que consideram o limitador de máximo zero *versus* os efeitos apurados sem o limitador, a fim de verificar se existiam divergências entre os saldos resultantes de cada uma das metodologias.

Ressalte-se que, assim como nos indicadores apresentados anteriormente, como uma forma de contribuição adicional ao entendimento dos cálculos efetuados para a simulação, o Apêndice 4 apresenta planilha contendo modelo de cálculo da simulação dos efeitos no P_{OPR} do Grupo Controle.

5.8 Delimitação da pesquisa

Uma das limitações da pesquisa diz respeito à impossibilidade de generalização dos resultados, haja vista o uso de uma amostra não probabilística. Segundo Stevenson (1981, p. 169), “A finalidade da amostragem é permitir fazer inferências sobre uma população após inspeção de apenas parte dela.” O autor acrescenta que o grau de variabilidade amostral é essencial na inferência estatística, sendo essa uma característica ausente na amostragem não probabilística.

Na definição da amostra dessa pesquisa foram selecionados apenas os bancos que possuíam, em 31/12/2008, títulos classificados como disponíveis para venda, dentre os 50 maiores Bancos brasileiros. Logo, a pesquisa empregou uma seleção “intencional” de dados, de acordo com as características necessárias para a simulação. Logo, os resultados obtidos neste estudo ficam limitados aos bancos que compõem a amostra.

Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito à adoção das IFRS no Brasil, cujo prazo, pelo Bacen, é apenas nos balanços consolidados de 31/12/2010. A IFRS 9 tornar-se-á obrigatória

apenas a partir de 2013, sendo optativa ainda no exercício de 2009, para os ativos financeiros, e 2010, para os passivos financeiros. Entretanto, este estudo assume que todos os bancos analisados fariam a opção pela implementação ainda no exercício de 2009, razão para simular o ajuste do exercício de 2008, de modo que fique comparativo.

Quanto à transição, as regras mencionam que a classificação dos instrumentos financeiros deve ser feita de maneira retrospectiva, com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da aplicação inicial, de acordo com as novas regras da norma. Entretanto, este estudo considera que todos os instrumentos financeiros, na data de 31 de dezembro de 2008, classificados como disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo e com as variações reconhecidas no patrimônio líquido seriam reclassificados para a categoria títulos para negociação. A possibilidade de reclassificação de títulos para negociação para custo amortizado, da reclassificação dos atuais títulos classificados como mantidos até o vencimento para a classificação títulos para negociação, bem como da opção dos títulos patrimoniais terem seus efeitos mantidos no patrimônio líquido não faz parte das premissas assumidas neste estudo.

Ainda no que se refere à aplicação de maneira retrospectiva, a norma define que, se a adoção ocorrer antes de 1º de janeiro de 2012, não é preciso republicar os períodos anteriores e os ajustes de abertura devem ser reconhecidos em lucros acumulados. Entretanto, o presente estudo assume que as demonstrações do exercício de 2008 deveriam ser ajustadas, de modo que fiquem comparativas com as demonstrações do exercício de 2009, data que o estudo assume como a data de adoção da IFRS 9.

Sob o aspecto de mensuração dos efeitos no Índice da Basiléia, mais precisamente no PRE (na parcela do P_{OPR}), seria necessária a informação dos ajustes positivos e negativos referentes aos títulos classificados como disponíveis para venda que já tenham sido realizados, uma vez que, pelas normas vigentes em 31/12/2008, tais saldos são excluídos do cálculo. Considerando a reclassificação para títulos para negociação, tal exclusão não necessitaria ser efetuada. Entretanto, devido à ausência de COSIF específico para controle dos ganhos ou perdas em tais títulos, o saldo não foi considerado na simulação. Para fins de ilustração do efeito que os ganhos ou perdas podem gerar na simulação, o Apêndice 1 apresenta a contabilização de eventos relacionados aos instrumentos financeiros, considerando três diferentes cenários.

No que tange aos efeitos no PR, a reclassificação dos ganhos ou perdas do exercício de 2008 impactaria no resultado daquele exercício, enquanto a reclassificação dos exercícios anteriores impactaria na conta de Lucros Acumulados. Ao impactar no lucro, consequentemente impactaria na base de cálculo dos dividendos. Contudo, para fins desta pesquisa, os possíveis impactos nos dividendos são desconsiderados.

Com relação à data-base para cálculo do P_{opr} , no ano de 2008 existiam diferenças de interpretações, por parte das instituições financeiras, em torno da Circular Bacen nº 3.383/2008. Alguns bancos interpretavam que o cálculo efetuado com base nos períodos de 31/12/2005 a 30/06/2008 (6 semestres) deveria ser informado ao Bacen, até a data de 31/12/2008 e que os períodos de 30/06/2006 a 31/12/2008 seriam computados apenas no cálculo a partir de janeiro/2009. Por outro lado, outros bancos interpretavam que, em 31/12/2008, o cálculo deveria contemplar o período de 30/06/2006 a 31/12/2008.

Tal diferença de interpretação levou a Febraban⁶⁷ a efetuar uma consulta ao Bacen, obtendo a resposta que o correto seria ter aplicado a primeira das opções (divulgação em 31/12/2008: cálculo baseado nos períodos de 31/12/2005 a 30/06/2008). Tal regra passou a ser amplamente utilizada a partir dos cálculos de 2009, inclusive com crítica introduzida no final de 2009, por parte do sistema do Bacen, quando do envio da DLO (documento 2041).

Portanto, para fins desta pesquisa, as parcelas do P_{opr} , calculadas pelos Bancos da amostra, podem ter sido efetuadas por uma das duas interpretações. Logo, ao adotar o ajuste do período de 30/06/2006 a 31/12/2008, há possibilidades de alguns Bancos terem efetuado o cálculo com base no período de 31/12/2005 a 30/06/2008. Portanto, é possível que os ajustes efetuados na simulação apresentem erros de mensuração, interpretação e análise, os quais possam afetar os resultados do estudo.

Ainda sobre o P_{OPR} , a metodologia utilizada para a análise dos Bancos da amostra considera os ajustes dos três períodos anuais (2006 a 2008), sem efetuar análise anual, no que concerne ao fator limitador de máximo zero. Com o objetivo de verificar a coerência de tal metodologia, foi criado um Grupo Controle, para o qual é efetuado o cálculo considerando o

⁶⁷ Federação Brasileira de Bancos – entidade representativa do setor bancário.

fator limitador, bem como a metodologia sem o considerar, de forma a confrontá-los e verificar se os resultados obtidos apresentam divergências.

No entanto, é preciso ressaltar que a análise foi efetuada apenas para 4 instituições, as quais foram escolhidas de forma intencional, não permitindo, portanto, qualquer inferência. Assim, a conclusão sobre o Grupo Controle permite apenas uma análise sobre a coerência da metodologia empregada, sem assegurar a eliminação dos possíveis erros. Desse modo, o resultado obtido com o Grupo Controle não elimina os possíveis erros de mensuração, interpretação e análise, os quais possam afetar os resultados do estudo.

Por último, o ano de 2008 foi marcado pelo registro de perdas com instrumentos financeiros, em decorrência da crise mundial. Logo, não é possível afirmar que os resultados obtidos neste estudo sejam conclusivos sobre os possíveis efeitos nos indicadores, sendo indicada a repetição da simulação em anos posteriores, a fim de verificar se a atipicidade do período analisado causa distorções no resultado do estudo.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Considerando o problema de pesquisa, os objetivos e as variáveis operacionais estabelecidas neste estudo, esta seção visa apresentar os resultados da simulação e analisar as hipóteses estatísticas em relação aos possíveis impactos nos indicadores prudenciais e de rentabilidade dos Bancos brasileiros, após a simulação da reclassificação dos títulos disponíveis para venda para a classificação de títulos para negociação, com a introdução da IFRS 9.

Inicialmente, são apresentados os resultados da simulação. Na sequência, analisam-se os pressupostos para escolha do teste estatístico aplicável a cada variável operacional. Por último, são analisados os resultados dos testes estatísticos, sendo o Teste de Wilcoxon aplicado neste estudo.

6.1 Resultados dos Indicadores antes e depois da simulação

Com base nos dados de cada instituição da amostra foram efetuados os cálculos do PR (segregado por Capital Nível I e II) e PRE antes e após os efeitos da simulação, conforme equações apresentadas no capítulo 5 – Metodologia.

Uma vez apurado os saldos de Capital Nível I e II após os efeitos da simulação, foi efetuada a análise do fator limitador – Capital Nível II limitado a 100% do Capital Nível I – concluindo-se que nenhuma das instituições da amostra atinge tal limite. Portanto, nenhuma das instituições apurou excesso de Capital Nível II.

Com base nos valores individuais, apuraram-se as suas médias, as quais estão apresentadas na Tabela 10.

Tabela 10 – PR, PRE e variações médias antes e depois da simulação

SalDOS em R\$	Antes	Depois	Variação	%
PR _{médio}	7.713.450.817	7.713.450.817	-	0,00%
Capital Nível I _{médio}	6.122.591.184	6.140.823.446	18.232.262	0,30%
Capital Nível II _{médio}	1.686.961.012	1.668.728.750	(18.232.262)	-1,08%
PRE _{médio}	4.862.466.154	4.860.271.867	(2.194.287)	-0,05%

Analisando a Tabela 10, observa-se que houve uma redução na média do PRE após a simulação, ao passo que o PR não sofreu variação, uma vez que, conforme mencionado, nenhuma das instituições da amostra apurou excesso de Capital Nível II. Portanto, houve apenas reclassificação entre os níveis, não impactando na estrutura geral do PR.

Todavia, faz-se necessário mencionar que, na ocorrência de reclassificação de ativos financeiros, antes classificados como disponível para venda, para a categoria valor justo, com efeito no resultado, haverá um aumento de ganhos ou perdas não realizados que comporá o Capital Nível I. Logo, fica registrado um aspecto a ser observado pelos órgãos reguladores.

Com base nos dados de cada instituição foi apurado o Índice da Basileia antes e depois da simulação. As médias dos índices individuais assim como seus respectivos desvios-padrão encontram-se sintetizados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Índice da Basileia antes e depois da simulação

A análise do Gráfico 1 permite concluir que houve uma pequena redução no Índice da Basileia médio (0,02) entre o antes e o depois dos efeitos da simulação. Conforme mencionado, não houve variação no PR total das instituições. Logo, a variação no Índice da Basileia é decorrente exclusivamente da variação ocorrida no PRE.

Uma das razões que justifica o pequeno impacto se deve à pequena participação da parcela do P_{opr} no PRE, ambos calculados pela média da amostra, conforme demonstrado na Tabela 11.

Tabela 11 – Variação no P_{OPR} e sua representatividade no PRE

Saldos em R\$	Antes	Depois	Variação	%
P _{OPR} médio	80.617.307	78.423.021	(2.194.287)	-2,72%
PRE médio	4.862.466.154	4.860.271.867	(2.194.287)	-0,05%
% P _{OPR} /PRE	1,66%	1,61%	-----	-----

Analisando a Tabela 11, note-se que o P_{OPR} médio sofreu uma redução de 2,72%, provocando uma redução de apenas 0,05% no PRE médio. Tal impacto se justifica pela baixa representatividade do P_{OPR} médio no PRE médio, a qual representa antes e depois, 1,66% e 1,61%, respectivamente.

Em linha com o cálculo do Índice da Basileia, o Índice foi calculado apenas com base no Capital Nível I, resultando em índices médios, antes e depois dos efeitos da simulação, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Índice da Basileia por Capital Nível I antes e depois da simulação

Analisando o Gráfico 2, é possível perceber um efeito maior do que aquele percebido no Índice da Basileia. Isso se deve ao fato de que, no Índice da Basileia por Capital Nível I, houve uma variação tanto no numerador quanto no denominador da equação, como pode ser percebido observando-se sua equação:

$$\text{Índice da Basileia por Capital Nível I} = \text{Capital Nível I} * 100 / (\text{PRE} / \text{fator F}) \quad (72)$$

Conforme apresentado na Tabela 10, o Capital Nível I sofreu um aumento de R\$ 18.232 mil, ao passo que o PRE reduziu em R\$ 2.194 mil. Logo, o impacto tornou-se maior ao aumentar o numerador e reduzir o denominador.

Com relação ao Índice de Imobilização, conforme apresentado no Gráfico 3, não houve variação entre o antes e o depois da simulação, haja vista que não ocorreu variação na estrutura total do PR, sendo esse o único fator que, com a simulação, poderia impactar no indicador.

Gráfico 3 – Índice de Imobilização antes e depois da simulação

Tendo em vista a não variação entre os períodos antes e depois da simulação, o Índice de Imobilização não foi objeto de testes estatísticos.

Com base nos dados de cada instituição foram apurados o ROA e ROE antes dos ajustes. Na sequência, apurou-se o Lucro Líquido após ajustes (usado para ambos os indicadores), bem como o Patrimônio Líquido médio após ajustes, de cada instituição, necessário para o ROE. A Tabela 12 apresenta os saldos médios de Lucro Líquido e PL antes e depois da simulação dos ajustes.

Tabela 12 – Lucro Líquido e PL médios antes e depois dos ajustes

Saldos em R\$	Antes	Depois	Variação	%
Lucro Líquido médio	797.898.583	673.434.620	(124.463.963)	-16%
Média do Patrimônio Líquido médio	4.602.368.326	4.664.600.307	62.231.982	1%

Analisando a Tabela 12, observa-se uma redução de 16% no Lucro Líquido médio da amostra, o que resultou numa redução no ROA. As médias dos índices individuais assim como seus respectivos desvios-padrão, encontram-se sintetizados no Gráfico 4.

Gráfico 4 – ROA antes e depois da simulação

Com relação ao ROE, observe-se que houve impacto tanto no numerador quanto no denominador, uma vez que houve uma redução no Lucro Líquido, o que levou ao aumento no PL médio. Com a redução do numerador (R\$ 124.464 mil) e o aumento do denominador (R\$ 62.232 mil), o ROE após ajustes sofreu uma redução.

As médias dos índices individuais, assim como seus respectivos desvios-padrão, encontram-se sintetizados no Gráfico 5.

Gráfico 5 – ROE antes e depois da simulação

Uma vez obtidos os resultados antes e depois da simulação, feita a análise dos gráficos dos indicadores, torna-se necessária a análise estatística das variações ocorridas entre o antes e o depois da simulação, visando responder à questão de pesquisa a que o estudo se propõe. Portanto, todos os indicadores, exceto o Índice de Imobilização, o qual não sofreu variação, foram objeto de teste de significância de médias, os quais estão mais bem detalhados na próxima seção.

6.2 Testes Estatísticos

Segundo Maroco (2007, p. 133), existem, basicamente, duas metodologias para fazer testes de comparações de médias: testes paramétricos e não paramétricos. O autor explica que os testes paramétricos exigem que a forma da distribuição amostral seja conhecida (a Normal é a mais utilizada), enquanto os testes não paramétricos não exigem o conhecimento da distribuição amostral (o que não implica que estes testes possuam outras condições de aplicação), devendo estes serem aplicados como alternativa àqueles.

Segundo Pereira (2004, p. 128), os requisitos para a utilização dos testes paramétricos são: possibilidade de realização de operações numéricas sobre os dados experimentais, que os resultados se distribuam normalmente e homogeneidade das variâncias. Em razão dos dados utilizados na pesquisa serem totalmente numéricos, o primeiro requisito está atendido. Quanto aos demais, Maroco (2007, p. 133) afirma que o teste mais utilizado para testar a Normalidade é o teste de Kolmogorov-Smirnov, enquanto, para testar a homogeneidade das variâncias, o teste de Levene é um dos mais potentes, os quais são analisados na sequência.

6.2.1 Teste de normalidade: Kolmogorov-Smirnov (K-S)

Segundo Siegel e Castellan Jr. (2006, p. 71), o teste de Kolmogorov-Smirnov consiste em um teste de aderência, utilizado para verificar o grau de concordância entre a distribuição de um conjunto de valores observados e alguma distribuição teórica especificada.

Portanto, o teste determina se os valores da amostra podem, razoavelmente, ser considerados como provenientes de uma determinada distribuição teórica específica, nesse caso, a distribuição normal.

Segundo Lapponi (2005, p. 362), para a aplicação do teste de normalidade em amostras emparelhadas, a variável de interesse é a diferença entre os pares de observações das duas amostras n_1 e n_2 , no lugar das próprias amostras, que devem ter o mesmo tamanho. Como premissa básica, a população das amostras tem distribuição normal.

Assim sendo, o teste de Kolmogorov-Smirnov foi aplicado sobre as diferenças dos valores gerados pelos indicadores, entre o antes e o depois da simulação dos efeitos da adoção da IFRS 9, considerando os Bancos em conjunto. Por conseguinte, com base num determinado nível de significância previamente escolhido ($\alpha = 5\%$), realizou-se o seguinte teste de hipóteses:

$H_0: \mu_D = 0$ (A população das diferenças tem distribuição normal)

$H_1: \mu_D \neq 0$ (A população das diferenças não tem distribuição normal)

A hipótese nula (H_0) do teste considera que a amostra foi extraída de uma população com distribuição normal, esperando que as diferenças entre a distribuição de frequência relativa acumulada da amostra - $F(X)$ e a distribuição de frequência relativa acumulada teórica sob H_0 - $F_0(X)$ sejam pequenas e estejam dentro dos limites dos erros aleatórios.

Portanto, para um dado nível de significância α , a regra de decisão foi rejeitar a hipótese nula (H_0) se o nível de significância (*Sig.*), calculado pelo teste D , for menor ou igual ao nível de significância estabelecido.

A Tabela 13 apresenta as conclusões sobre os testes de normalidade efetuados para todos os indicadores prudenciais e de rentabilidade analisados (não aplicável ao Índice de Imobilização).

Tabela 13 – Resultados dos testes de normalidade (K-S) dos indicadores

Indicadores	Normalidade	Significância da normalidade
Índice da Basileia	não	0,000
Índice da Basileia por Capital (Nível I)	não	0,000
ROA	não	0,000
ROE	não	0,000

Fonte: Adaptada de *Output PASW Statistics 18*

A análise da Tabela 13 revela que o pressuposto de normalidade para o uso de teste paramétrico não é atendido, uma vez que todos os resultados são inferiores ao nível de significância de 5%, determinado previamente.

6.2.2 Teste de Levene

Apesar de o pressuposto de normalidade não ter sido atendido, optou-se por analisar o segundo pressuposto, apenas para fins de registro de seu resultado. Para isso, utilizou-se o teste de Levene para verificar se as amostras do estudo atendem ao pressuposto da homogeneidade das variâncias populacionais. Por conseguinte, com base em um determinado nível de significância ($\alpha = 5\%$) escolhido, previamente mencionado, realizou-se o seguinte teste de hipóteses:

H_0 : As variâncias populacionais são homogêneas

H_1 : As variâncias populacionais não são homogêneas

A hipótese nula (H_0) do teste considera que a amostra foi extraída de uma população com variâncias homogêneas. Portanto, para um dado nível de significância α , a regra de decisão foi rejeitar a hipótese nula (H_0) se o nível de significância (*Sig.*), calculado pelo teste *W*, for menor ou igual ao nível de significância estabelecido.

A Tabela 14 apresenta as conclusões sobre os testes de homogeneidade das variâncias efetuados para todos os indicadores prudenciais e de rentabilidade analisados (não aplicável ao Índice de Imobilização).

Tabela 14 – Resultados dos testes de homogeneidade das variâncias dos indicadores

Indicadores	Homogeneidade	Significância da homogeneidade
Índice da Basiléia	sim	0,975
Índice da Basiléia por Capital (Nível I)	sim	0,581
ROA	sim	0,093
ROE	sim	0,972

Fonte: Adaptada *Output PASW Statistics 18*

A análise da Tabela 14 revela que o pressuposto de homogeneidade das variâncias para o uso de teste paramétrico é atendido, uma vez que todos os resultados são superiores ao nível de significância de 5%, previamente determinado.

No entanto, pelo fato de o pressuposto de normalidade não ter sido atendido, a pesquisa analisou a significância das médias por meio de teste não paramétrico aplicável para os testes com amostras emparelhadas: Teste de Wilcoxon.

6.2.3 Teste de significância não paramétrico: Teste de Wilcoxon

O teste não paramétrico utilizado para examinar as diferenças entre as médias dos valores gerados pelos indicadores foi o de Wilcoxon. Segundo Gilberto Martins (2008, p. 275), trata-se de uma extensão do teste dos sinais, sendo mais interessante do que aquele, ao levar em consideração a magnitude da diferença para cada par.

O teste de Wilcoxon examina o sentido e o valor das diferenças dentro de cada par de observações. Por essa razão, ele é capaz de descobrir, com maior probabilidade, as diferenças quando realmente existem. (PEREIRA, 2004, p. 171-173).

As hipóteses estatísticas analisadas, neste estudo, foram previamente apresentadas no item 5.6.1 e estão resumidas no Quadro 12 a seguir.

Quadro 12 – Hipóteses estatísticas para teste de significância

Hipótese Nula	
$H_0: \mu_1 = \mu_2$ <p>ou</p> $H_0: \text{Índice da Basileia}_{\text{antes}} = \text{Índice da Basileia}_{\text{depois}}$ $H_0: \text{Índice da Basileia por Capital Nível I}_{\text{antes}} = \text{Índice da Basileia por Capital Nível I}_{\text{depois}}$ $H_0: \text{ROA}_{\text{antes}} = \text{ROA}_{\text{depois}}$ $H_0: \text{ROE}_{\text{antes}} = \text{ROE}_{\text{depois}}$	
Hipótese alternativa	
$H_1: \mu_1 \neq \mu_2$ <p>ou</p> $H_1: \text{Índice da Basileia}_{\text{antes}} \neq \text{Índice da Basileia}_{\text{depois}}$ $H_1: \text{Índice da Basileia por Capital Nível I}_{\text{antes}} \neq \text{Índice da Basileia por Capital Nível I}_{\text{depois}}$ $H_1: \text{ROA}_{\text{antes}} \neq \text{ROA}_{\text{depois}}$ $H_1: \text{ROE}_{\text{antes}} \neq \text{ROE}_{\text{depois}}$	

Por conseguinte, para um dado nível de significância α , a regra de decisão foi rejeitar a hipótese nula (H_0) se o nível de significância (*Sig.*) calculado pelo teste for menor ou igual ao nível de significância estabelecido.

A Tabela 15 apresenta as conclusões sobre os testes de Wilcoxon efetuados para todos os indicadores prudenciais e de rentabilidade analisados (não aplicável ao Índice de Imobilização).

Tabela 15 – Resultados dos testes de significância de médias (Wilcoxon) dos indicadores

Indicadores	Resultado (sig. 5%)	Z	Significância teste Wilcoxon
Índice da Basileia	Rejeita-se H_0	-2,215 ^b	0,027
Índice da Basileia por Capital (Nível I)	Aceita-se H_0	-0,225 ^a	0,822
ROA	Rejeita-se H_0	-3,319 ^a	0,001
ROE	Rejeita-se H_0	-3,302 ^a	0,001
a. Baseado nos postos positivos.			
b. Baseado nos postos negativos			

Fonte: Adaptada de *Output PASW Statistics 18*

A análise da Tabela 15 revela que só é possível aceitar a hipótese nula do Índice da Basiléia por Capital Nível I, uma vez que não existem evidências estatísticas de que as médias do indicador calculado antes e depois da simulação da reclassificação dos títulos disponíveis para venda para a classificação de títulos para negociação, com a introdução da IFRS 9, sejam diferentes, considerando um intervalo de confiança de 95%.

Por outro lado, existem evidências consideradas significativas (ao nível de significância de 5%) de que a simulação da reclassificação tenha afetado o Índice da Basiléia, ROA e ROE. Haja vista que os testes indicaram que houve variações significativas nesses indicadores, as análises que seguem visam identificar se houve aumento ou redução deles.

Com base ainda na Tabela 15, observe-se que o resultado do Índice Basiléia se baseia nos postos negativos, ao passo que o do ROA e ROE se baseiam nos postos positivos. Sabendo-se que a estatística teste se baseia no menor valor dos dois tipos de postos, pode-se concluir que a maioria dos postos do Índice Basiléia é positivo, enquanto os postos do ROA e ROE são negativos.

Corroborando, a Tabela 16 apresenta os postos das diferenças das amostras emparelhadas do Índice da Basiléia, ROA e ROE.

Tabela 16 – Postos das diferenças das amostras do índice da Basiléia, ROA e ROE				
Indicadores	Postos	N	Média Postos	Soma dos Postos
Índice da Basiléia _{depois} - Índice da Basiléia _{antes}	Negativos	4	9,00	36,00
	Positivos	14	9,64	135,00
	Empatados	20		
	Total	38		
ROA _{depois} - ROA _{antes}	Negativos	20	16,35	327,00
	Positivos	7	7,29	51,00
	Empatados	11		
	Total	38		
ROE _{depois} - ROE _{antes}	Negativos	26	19,87	516,50
	Positivos	9	12,61	113,50
	Empatados	3		
	Total	38		

Fonte: Adaptada de *Output PASW Statistics 18*

A análise da Tabela 16 permite confirmar que a maioria dos postos do Índice Basileia é positiva, enquanto no ROA e ROE, a maioria dos postos é negativa. Assim, com base na análise de ambas as tabelas, pode-se concluir que houve um aumento estatisticamente significativo no Índice da Basileia, ao passo que no ROA e ROE houve uma redução estatisticamente significativa após a simulação da reclassificação dos títulos disponíveis para venda para a classificação títulos para negociação, com a introdução da IFRS 9.

6.3 Resultado do Grupo Controle

Dentre os 4 Bancos analisados, as abordagens utilizadas estão distribuídas conforme apresentado na Tabela 17.

Tabela 17 – Abordagem do Grupo Controle para cálculo do P_{OPR}	
Abordagem	Quantidade
Abordagem de Indicador Básico (BIA)	-
Abordagem Padronizada Alternativa (ASA)	3
Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (ASA-2)	1
Total	4

Conforme Tabela 17, a maioria dos bancos analisados optou, para o cálculo divulgado em 31/12/2008, pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA).

Com base nos dados obtidos, de acordo com a abordagem que cada Banco da amostra utilizou, em 31/12/2008, foi efetuada a simulação da reclassificação dos ativos financeiros por meio das duas metodologias: (i) metodologia que considera o limitador de máximo zero – seção 5.7 e (ii) metodologia que não considera o limitador – seção 5.5.1.2.1.

Uma vez calculado o efeito da simulação no P_{OPR} mediante as duas metodologias, os resultados de ambas foram confrontados, a fim de verificar se existem divergências entre seus saldos resultantes.

Os resultados apresentam que dentre 4 instituições analisadas, 3 não apresentam divergências entre os saldos considerando ou não o fator limitador de máximo zero. Apenas 1 das instituições apresenta divergência (R\$ 58 mil) entre as metodologias, justificada pelo fato de o

saldo referente ao ano de 2007, inicialmente positivo, passar a negativo, após a reclassificação. Entretanto, analisando o impacto que a divergência entre as metodologias causa no Índice da Basiléia do Banco divergente, nota-se um efeito de 0,0012%, sendo menor o índice cuja metodologia considera o fator limitador.

A Tabela 18 apresenta os efeitos agregado e médio apurados pela metodologia com e sem o fator limitador, bem como seu respectivo impacto percentual.

Tabela 18 – Efeito Agregado e Médio no P_{OPR} por cada metodologia

Descrição	Sem limitador	Com limitador	Diferença	% Diferença/Sem limitador
Agregado - 4 bancos	(37.189.637)	(37.131.220)	(58.417)	0,16%
Média	(9.297.409)	(9.282.805)	(14.604)	-----

Com base na Tabela 18, note-se que o impacto da diferença no efeito calculado pela metodologia sem limitador (metodologia aplicada à amostra dos 38 Bancos) é de 0,16%. Logo, considerando o efeito das diferenças, bem como o efeito que a diferença causa no Índice da Basiléia do Banco divergente (0,0012%), é possível concluir sobre a razoabilidade na utilização, para amostra de 38 bancos, da metodologia sem o fator limitador de máximo zero.

7 CONCLUSÃO

Como parte do projeto de revisão da IAS 39, em novembro de 2009, foi emitida a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Essa norma introduz novos requerimentos para a classificação e mensuração dos ativos financeiros. Dentre as mudanças, está a eliminação das quatro categorias de mensuração dos ativos financeiros - valor justo pelo resultado, mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda - e a introdução de duas categorias: custo amortizado e valor justo.

Visando responder ao problema de pesquisa, o qual consiste em verificar se há efeito estatisticamente significativo nos indicadores prudenciais e de rentabilidade dos Bancos brasileiros, com a introdução da IFRS 9, foram, inicialmente, apresentados o conceito de instrumentos financeiros e sua classificação e mensuração pelas normas internacionais de contabilidade, pelas regras contábeis brasileiras e pelas normas prudenciais. Na sequência, foram apresentadas as mudanças introduzidas com a revisão da norma IAS 39, as quais originaram a norma IFRS 9.

Adicionalmente, foram mostradas algumas definições de risco, os riscos aos quais o sistema financeiro está exposto e que compõem o cálculo do Índice da Basileia, bem como a importância da gestão de riscos e do papel que as regras prudenciais exercem para o fortalecimento da solidez e da estabilidade do sistema financeiro.

Dentre as mudanças introduzidas pela IFRS 9, o estudo focou os possíveis impactos que a reclassificação dos ativos financeiros da categoria disponível para venda para a categoria títulos para negociação pode causar em cada uma das variáveis que compõem os indicadores prudenciais e de rentabilidade analisados.

Nesse sentido, foi efetuada a simulação da reclassificação dos ativos financeiros, comparando o antes e o depois de cada um dos indicadores analisados. As variáveis operacionais são os indicadores prudenciais – Índice da Basileia, Índice da Basileia por Capital Nível I e Índice de Imobilização e os indicadores de rentabilidade – ROA e ROE.

Com base na simulação, foi constatado que não há impacto no Índice de Imobilização, uma vez que, no cômputo do PR, não houve variação no montante total, apenas uma transferência

entre níveis: do Capital Nível II para o Capital Nível I. Entretanto, faz-se necessário mencionar que na ocorrência de reclassificação de ativos financeiros, antes classificados como disponíveis para venda para a categoria valor justo pelo resultado, haverá um aumento de ganhos ou perdas não realizados que comporá o Capital Nível I. Logo, fica registrado um aspecto a ser observado pelos órgãos reguladores.

Todos os demais indicadores analisados sofreram variações. Analisando primeiramente o ROA, observou-se uma redução de 82,4% na sua média (1,31% para 0,23%), a qual é explicada pela redução na média do Lucro Líquido (-16%). A média do ROE, por sua vez, reduziu 35,4% (14,07% para 9,09%) em virtude da redução na média do Lucro Líquido (-16%) e um pequeno aumento na média do PL médio (1%).

Quanto à média do Índice da Basileia, houve uma redução de 0,10% (19,69% para 19,67%), justificada pela redução no PRE médio (-0,05%). A redução deste deve-se à redução no P_{OPR} médio (-2,72%), sendo essa a única parcela objeto de simulação deste estudo. O efeito no PRE médio com a redução do P_{OPR} médio é justificado pela baixa participação do P_{OPR} no total do PRE (em torno de 1,6%).

Uma vez que os indicadores sofreram variações, exceto o Índice de Imobilização, utilizou-se o teste de Wilcoxon para testar a significância das diferenças das médias de suas amostras emparelhadas. Os testes indicaram que há uma variação estatisticamente significativa nos indicadores ROA, ROE e Índice da Basileia. Apenas o Índice da Basileia por Capital Nível I não sofreu uma variação estatisticamente significativa.

Dando continuidade às análises, os testes indicaram que tanto a rentabilidade média calculada pelo ROA como pelo ROE sofreram uma redução estatisticamente significativa após a reclassificação dos ativos financeiros. Opostamente, os testes estatísticos indicaram que houve um aumento na média do Índice da Basileia após a reclassificação. Os resultados obtidos levaram em consideração um nível de confiança e de significância de 95% e 5%, respectivamente.

Tendo em vista que a metodologia utilizada para a simulação dos efeitos no P_{OPR} considera os ajustes dos três períodos anuais (2006 a 2008), sem efetuar análise anual, no que diz respeito ao fator limitador de máximo zero, a pesquisa optou por verificar a razoabilidade de tal

metodologia, criando um Grupo Controle. Para esse grupo foi efetuado o cálculo considerando o fator limitador, bem como a metodologia sem o considerar, de forma a confrontá-los e verificar se os resultados obtidos apresentam divergências.

Os resultados revelam que, dentre as 4 instituições analisadas, 3 não apresentam diferenças entre os cálculos efetuados pelas duas metodologias. Apenas 1 instituição apresenta uma divergência de R\$ 58 mil, cujo impacto no efeito calculado pela metodologia sem limitador é de 0,16%. Ademais, o impacto que a divergência entre as metodologias causa no Índice da Basiléia do Banco divergente é de 0,0012%, sendo menor no índice cuja metodologia considera o fator limitador. Com base nos efeitos, concluiu-se positivamente sobre a razoabilidade na utilização da metodologia sem o fator limitador de máximo zero.

Vale salientar que, tendo em vista os testes estatísticos analisarem uma amostra não probabilística, os resultados encontrados são extensivos apenas aos Bancos componentes da amostra.

Ao longo do trabalho, foram também apresentadas algumas discussões sobre as mudanças nas classificações em relação às possibilidades de seu uso para fins de gerenciamento de resultados, sobre os objetivos da revisão da IAS 39 e uma análise se está havendo uma convergência entre normas contábeis e prudenciais.

Com base em tais discussões, concluiu-se que a IFRS 9 é mais restritiva quanto às reclassificações e possui menos margem para o seu uso para fins de gerenciamento de resultados, quando comparada à IAS 39 após emenda de 2008.

No que se refere aos objetivos da revisão da IAS 39, as análises demonstraram que há uma percepção de melhoria, com a introdução da IFRS 9, em especial por atingir o objetivo de redução do número de categorias de classificação dos ativos financeiros. No entanto, ainda é cedo para afirmar que a mudança introduzida produz uma redução na complexidade da contabilidade dos instrumentos financeiros. Para isso, faz-se necessário aguardar as mudanças das próximas etapas, assim como outras normas com impactos na contabilidade dos instrumentos financeiros (*e.g. fair value measurement*).

Por fim, em relação à convergência entre as normas contábeis e prudenciais, apesar de divergências entre ambas ainda permanecerem, ao tomar como base as expectativas dos

órgãos reguladores e as mudanças introduzidas pela IFRS 9 é possível concluir que a introdução dessa norma reflete um movimento de convergência entre as normas contábeis e as regras prudenciais.

7.1 Considerações finais e sugestões de futuras pesquisas

O estudo fornece evidências sobre os possíveis impactos nos indicadores de rentabilidade e prudenciais dos Bancos brasileiros, indicadores esses utilizados pelos investidores, analistas, órgãos reguladores, entre outros, para análise de seu desempenho e de sua solidez.

Contudo, os resultados obtidos não esgotam o assunto. Ao contrário, os diversos assuntos abordados instigam à realização de novas pesquisas sobre a contabilidade dos instrumentos financeiros, dentro de um campo amplo de oportunidades na área contábil. A contabilidade ainda tem muito a oferecer para o entendimento desse complexo fenômeno.

A título de sugestão, surge a oportunidade de analisar se a introdução da IFRS 9 afeta, ou não, o modelo de negócio das instituições financeiras. Segundo Furfine (2000), a regulação de capital pode, significativamente, influenciar a tomada de decisões dos Bancos. Exemplificando, a alteração na classificação contábil dos instrumentos financeiros pode impactar na forma como tais eventos são contabilizados, podendo provocar uma alteração no capital regulamentar. Portanto, a tomada de decisões quantos aos investimentos em instrumentos financeiros pode alterar.

O estudo concluiu que há variação estatisticamente significativa em alguns indicadores (ROA, ROE e Índice da Basiléia). Entretanto, tal conclusão se restringe aos Bancos da amostra e se concentra em um período atípico, como é um período de crise. Logo, surge a oportunidade de pesquisar se os resultados obtidos com a simulação permanecem em períodos posteriores. Ademais, poderia, também, comparar os resultados obtidos no Brasil com outros países, a fim de verificar se nos demais países também há variação significativa nos indicadores.

A IFRS 9 permite que os títulos patrimoniais possam ter seus ganhos ou perdas não realizados reconhecidos em OCI, desde que eleitos irrevogavelmente pela administração. Uma vez eleitos, tais ganhos ou perdas, quando da baixa do título, poderão ser reclassificados apenas de

OCI para Lucros Acumulados, não transitando pela Demonstração de Resultado do Exercício. Logo, ao não impactar o resultado, há um impacto na análise de desempenho da entidade por meio de indicadores de rentabilidade, tais como ROA, ROE e lucro por ação. Assim, surge a oportunidade de pesquisar os possíveis impactos que a opção pelo OCI pode causar nos indicadores de desempenho das entidades.

Outro assunto, ainda pouco explorado pela academia, é o conceito de lucro abrangente. A pesquisa analisou efeitos nos indicadores de rentabilidade com base no lucro líquido. Logo, surge a oportunidade de comparar os resultados obtidos neste estudo com aqueles que seriam obtidos com os indicadores de rentabilidade calculados sobre o lucro abrangente.

Por último, a revisão da IAS 39 foi acelerada como uma forma de resposta aos questionamentos levantados com a crise financeira. Aspectos como valor justo e provisão para perdas foram alvo de críticas, estando ambos os assuntos em pauta de discussões nos projetos do IASB e FASB. Novos pronunciamentos estão previstos para os anos de 2010 e 2011. Daí surge a oportunidade de criticar se as mudanças que estão por vir forneceriam informações de qualidade e poderiam ter ajudado com outra percepção dos órgãos reguladores, ao longo da crise.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Franklin; CARLETTI, Elena. *Mark-to-market accounting and liquidity pricing*. **Journal of Accounting and Economics**. [S.l.], v. 45, n. 2-3, p. 358-378, 2008.

AMEL, Dean F.; RHOADES, Stephen A. *Performance effects strategic groups in banking*. **The Antitrust Bulletin**. [S.l.], n. 37, p. 171-186, 1992.

ANTUNES, Jerônimo et al. A Convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: o IFRS-1. *In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO*, 10., 2007, São Paulo. **Anais....** São Paulo: SEMEAD, 2007.

ARMSTRONG, Christopher S. et al. *Market reaction to the adoption of IFRS in Europe*. **The Accounting Review**. [S.l.], v.85, n. 1, p. 31-61, 2010.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 5. ed.. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Finanças corporativas e valor**. 3. ed.. São Paulo: Atlas, 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Circular Bacen nº 3.068**, de 08 de novembro de 2001. Estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários. Brasília, DF, 2001.

_____. **Circular Bacen nº 3.082**, de 30 de janeiro de 2002. Estabelece e consolida critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos. Brasília, DF, 2002.

_____. **Circular Bacen nº 3.354**, de 26 de junho de 2007. Estabelece critérios mínimos para a classificação de operações na carteira de negociação. Brasília, DF, 2007a.

_____. **Circular Bacen nº 3.360**, de 12 de setembro de 2007. Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições ponderadas por fator de risco (P_{EPR}), de que trata a Resolução nº 3.490, de 2007. Brasília, DF, 2007b.

_____. **Circular Bacen nº 3.361**, de 12 de setembro de 2007. Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real ($P_{JUR[1]}$), de que trata a Resolução nº 3.490, de 2007. Brasília, DF, 2007c.

_____. **Circular Bacen nº 3.362**, de 12 de setembro de 2007. Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras ($P_{JUR[2]}$), de que trata a Resolução nº 3.490, de 2007. Brasília, DF, 2007d.

_____. **Circular Bacen nº 3.363**, de 12 de setembro de 2007. Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços ($P_{JUR[3]}$), de que trata a Resolução nº 3.490, de 2007. Brasília, DF, 2007e.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Circular Bacen nº 3.364**, de 12 de setembro de 2007. Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de taxa de juros ($P_{JUR[4]}$), de que trará a Resolução nº 3.490, de 2007. Brasília, DF, 2007f.

_____. **Circular Bacen nº 3.365**, de 12 de setembro de 2007. Dispõe sobre a mensuração de risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação. Brasília, DF, 2007g.

_____. **Circular Bacen nº 3.366**, de 12 de setembro de 2007. Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco das exposições sujeitas à variação do preço de ações (P_{ACS}), de que trará a Resolução nº 3.490, de 2007. Brasília, DF, 2007h.

_____. **Circular Bacen nº 3.368**, de 12 de setembro de 2007. Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias (*commodities*) (P_{COM}), de que trará a Resolução nº 3.490, de 2007. Brasília, DF, 2007i.

_____. **Circular Bacen nº 3.383**, de 30 de abril de 2008. Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional (P_{OPR}), de que trata a Resolução nº 3.490, de 2007. Brasília, DF, 2008a.

_____. **Circular Bacen nº 3.388**, de 04 de junho de 2008. Dispõe sobre os valores dos parâmetros a serem utilizados pelas instituições financeiras no cálculo das parcelas ($P_{JUR[1]}$), ($P_{JUR[2]}$), ($P_{JUR[3]}$) e ($P_{JUR[4]}$) do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), de que tratam as Circulares nº 3.361, 3.362, 3.363 e 3.364, todas de 2007. Brasília, DF, 2008b.

_____. **Circular Bacen nº 3.389**, de 25 de junho de 2008. Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos à variação cambial (P_{CAM}). Brasília, DF, 2008c.

_____. **Circular Bacen nº 3.425**, de 17 de dezembro de 2008. Altera o Fator de Ponderação de Risco aplicável aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. Brasília, DF, 2008d.

_____. **Resolução CMN nº 2.099**, de 17 de agosto de 1994. Aprova regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente ao acesso ao Sistema Financeiro Nacional, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, à instalação de dependências e à obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Brasília, DF, 1994.

_____. **Resolução CMN nº 2.669**, de 25 de novembro de 1999. Altera o cronograma de redução do limite de aplicação de recursos no Ativo Permanente. Brasília, DF, 1999.

_____. **Resolução CMN nº 3.380**, de 9 de junho de 2006. Dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional. Brasília, DF, 2006a.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Resolução CMN nº 3.398**, de 29 de agosto de 2006. Dispõe sobre procedimentos aplicáveis aos casos de descumprimento de padrões mínimos de capital e de limites operacionais. Brasília, DF, 2006b.

_____. **Resolução CMN nº 3.444**, de 28 de fevereiro de 2007. Define o Patrimônio de Referência (PR). Brasília, DF, 2007j.

_____. **Resolução CMN nº 3.490**, de 29 de agosto de 2007. Dispõe sobre a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). Brasília, DF, 2007k.

_____. **Resolução CMN nº 3.721**, de 30 de abril de 2009. Dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco de crédito. Rio de Janeiro, RJ, 2009.

BARTH, Mary E. et al. *International Accounting Standards and Accounting Quality. Research Papers Series*, Stanford Graduate School of Business. [S.l.], n. 1976, p. 1-52, September 2007.

BARTH, Mary E.; LANDSMAN, Wayne R. *How did Financial Reporting Contribute to the Financial Crisis?* SSRN, 2010. Disponível em: < http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1601519>. Acesso em: 11/07/2010.

BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION – BCBS. *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards*. Bank for International Settlements – BIS, Basileia, 1988.

_____. *A New Capital Adequacy Framework*. Consultative Paper issued by the Basel Committee on Banking Supervision. Bank for International Settlements – BIS, Basileia, 1999.

_____. *Principles for the Management of Credit Risk*. Bank for International Settlements – BIS, Basileia, 2000a.

_____. *Report to G7 Finance Ministers and Central Bank Governors on International Accounting Standards*. Bank for International Settlements – BIS, Basileia, 2000b.

_____. *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards – a Revised Framework*. Bank for International Settlements – BIS, Basileia, 2004.

_____. *Trading Book Survey: a summary of responses*. Bank for International Settlements – BIS, Basileia, 2005.

_____. *Guiding principles for the replacement of IAS 39*. Bank for International Settlements – BIS, Basileia, 2009.

BEATTY, Anne. *Do accounting changes affect the economic behavior of financial firms?* **BIS Workings Papers**. Basel, Switzerland: BIS, n. 211, 2006.

BERNSTEIN, Peter L. **Desafio aos Deuses: a fascinante história do risco**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BESSIS, Joël. *Risk Management in Banking*. New York: John Wiley & Sons, 1998.

BISCHOF, Jannis et al. *Relaxation of Fair Value in Times of Crisis: An Analysis of Economic Benefits and Costs of the Amendment to IAS 39*. SSRN, 2010. Disponível em: < http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1628843>. Acesso em: 03/07/2010.

BORGERTH, Vania Maria da Costa. **SOX: entendendo a Lei Sarbanes-Oxley**: um caminho para a informação transparente. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

BORIO, Claudio.; TSATSARONIS, Kostas. *Accounting, prudential regulation and financial stability: elements of a synthesis*. **BIS Working Papers**. Basel, Switzerland: BIS, n. 180, 2005.

BRASIL. **Lei n. 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, DF, 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 08/11/2009.

BRITO, Osias Santana. **Gestão de riscos**: uma abordagem orientada a riscos operacionais. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRUYNE, Paul de et al. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977.

CAPELLETTI, Lucio Rodrigues. **Mensuração do risco sistêmico no setor bancário com utilização de variáveis contábeis e econômicas**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

_____; CORRAR, Luiz João. Índices de Risco Sistêmico para o Setor Bancário. **Revista de Contabilidade e Finanças**. [S.l.], v.19, n. 47, p. 6-18, maio/agosto/2008.

CARTA DO IBRE – Instituto Brasileiro de Economia da FGV. Crise financeira e Copom: o tanque monetário está cheio. **Revista Conjuntura Econômica**. [S.l.], v. 62, n. 11, p. 6-8, novembro/2008.

CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de; LEMES, Sirlei. Aplicação dos Padrões Contábeis Internacionais no Brasil: um estudo. **Revista do CRCSP**, São Paulo, n. 21, p. 42-58, set./2002.

_____. et al. *Disclosure e risco operacional: uma abordagem comparativa entre instituições financeiras que atuam no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos*. **Caderno de Pesquisa em Administração**. São Paulo, v.39, n.3, p. 264-273, jul./ago./set. 2004.

CELIK, Meryem; HAKANSSON, Kristofer. **IFRS 9 – En Mindre Komplex Standard?** En studie av hur den nya standarden uppfattas av företag. Examensarbete i företagsekonomi, Handelshögskolan vid Göteborgs universitet, Externredovisning, Magisteruppsats, HT 2009.

CFA CENTRE FOR FINANCIAL MARKET INTEGRITY (CFA). **International Financial Reporting Standards (IFRS) Financial Instruments Accounting Survey**: CFA Institute Member Survey. [S.l.], November 2009.

CHAIRAS, Ira Yuta; RADIANTO, Wirawan E. D. *Accounting Harmonization in ASEAN: the process, benefits and obstacles*. International Accounting and Finance, Master Thesis n. 2001:05, Göteborg University, Gothenburg, December 2001.

CHIANAMEA, Dante Ricardo; ONISHI, Nancy Shibata. Risco operacional nos bancos brasileiros: impacto do uso da abordagem de indicador básico. In: **10ª. Semana de Contabilidade do Banco Central**, Brasília, 2004. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pre/inscricaoContaB/trabalhos/Risco%20Operacional%20nos%20Bancos%20Brasileiros_impacto%20do%20uso%20da%20abordagem%20de%20indicador%20b%20C3%A1sico.pdf>. Acesso: 29/10/2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento técnico CPC 14**. Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. Brasília, DF, 05 de dezembro de 2008.

_____. **Pronunciamento técnico CPC 26**. Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília, DF, 17 de julho de 2009.

COMMISSION REGULATION (EC) n^o **1004/2008** of 15 October 2008. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:275:0037:0041:EN:PDF>>. Acesso em: 30/05/2010.

COUTINHO, Adolfo Henrique et al. Relevância contábil da marcação a mercado das instituições financeiras no Brasil. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS – ANPCONT, 2007. Gramado. **Anais...** Gramado: ANPCONT, 2007.

DASKE, Holger et al. *Mandatory IFRS Reporting Around the World: Early Evidence on the Economic Consequences*. **Finance Working Paper**. Chicago GSB Research Paper, n.12, 2008.

DORMINEY, Jack et al. *Regulatory capital at risk under accounting rule changes: as banks find it more difficult to derecognize assets, their loan generation capacity may be restricted*. **Bank Accounting & Finance**. [S.l.], v. 23, n. 3, p. 40-47, 2010.

DUARTE JR, Antonio Marcos; VARGA, Gyorgy. **Gestão de Riscos no Brasil**. Rio de Janeiro: Financial Consultoria, 2003.

DUKE, Elizabeth A. *Regulatory perspectives on the changing accounting landscape*. **BIS Review**. Basel, Switzerland: BIS, n. 107, 2009.

EUROPEAN FINANCIAL REPORTING ADVISORY GROUP – EFRAG. *Draft endorsement advice and effects study report on IFRS 9 Financial Instruments: invitation to comment on EFRAG's assessments*, 2009. Disponível em: <<http://www.efrag.org/files/EFrag%20public%20letters/IAS%2039%20Replacement/Classification%20and%20Measurement/CL20%20VW.pdf>>. Acesso em: 26/06/2010.

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2009.

FIECHTER, PETER; UNGER, Pascal. *Reclassification of Financial Assets*. **SSRN**, January, 2010. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1527107>>. Acesso em: 25/05/2010.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – FASB. Statement of Financial Accounting Standard (SFAS) 115: *Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities*. Norwalk, Connecticut, 1993.

_____. Statement of Financial Accounting Standards (SFAS) 130: *Reporting Comprehensive Income*. Norwalk, Connecticut, 1997.

_____. *Report of the Financial Crisis Advisory Group*. 2009. Disponível em: <http://www.fasb.org/cs/ContentServer?c=Document_C&pagename=FASB%2FDocument_C%2FDocumentPage&cid=1176156365880>. Acesso em: 26/10/2009.

FREIXAS, Xavier et al. *Systemic risk, interbank relations and liquidity provisions by the Central Bank*. **Journal of Money, Credit and Banking**. [S.l.], v. 32, n. 3, p. 611-638, Aug./2000.

FURFINE, Craig. *Evidence on the response of US banks to changes in capital requirements*. **BIS Workings Papers**. Basel, Switzerland: BIS, n. 88, 2000.

FURLANI, José Reynaldo de Almeida. **O efeito da alteração nos critérios de avaliação de instrumentos financeiros na volatilidade do patrimônio de referência das instituições financeiras brasileiras**. Brasília, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

GABRIEL, Fabiano. **O impacto do fim da correção monetária na rentabilidade e adequação de capital dos bancos no Brasil**. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Atuária) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

GALDI, Fernando Caio. Resenha: A crise e a convergência das normas de contabilidade no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. [S.l.], v. 2, n. 3, p. 102-105, set/dez. 2008.

GERNON, Helen M.; MEEK, Gary K. *Accounting: an international perspective*. 5th Edition, 2001.

GREGÓRIO, Jaime. **Análise comparativa da rentabilidade do setor bancário privado atuante no Brasil no período de 1997 e 2004**. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Atuária) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

HEALY, Paul M.; WAHLEN, James M. *A review of the earnings management literature and its implications for standard setting*. **Accounting Horizons**. [S.l.], v. 13, n. 4, p. 365-383, 1999.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F.. **Teoria da Contabilidade**. 1. ed., 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

HITZ, Joerg-Markus. *The decision usefulness of fair value accounting – a theoretical perspective*. **European Accounting Review**. [S.l.], v. 16, n. 2, p. 323-362, 2007.

IATRIDIS, George. *International Financial Reporting Standards and the quality of financial statement information*. **International Review of Financial Analysis**. [S.l.], v. 19, p. 193-204, 2010.

IBRACON. **Normas Internacionais de contabilidade 2001**: texto completo de todas as normas internacionais de contabilidade e interpretações SIC existentes em 1º de janeiro de 2001. São Paulo: Ibracon, 2002.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB. International Accounting Standard (IAS) 32: **Financial Instruments: presentation**, 2008a.

_____. International Accounting Standard (IAS) 39: **Financial Instruments: recognition and measurement**, 2008b.

_____. Discussion Paper September 2008: **Reducing Complexity in Reporting Financial Instruments**, 2008c. Disponível em: <<http://www.iasb.org/Current+Projects/IASB+Projects/Financial+Instruments+A+Replacement+of+IAS+39+Financial+Instruments+Recognition/Financial+Instruments+Replacement+of+IAS+39.htm>>. Acesso em: 15/07/2009.

_____. **Completing the February 2006 Memorandum of Understanding: a progress report and timetable for completion September 2008**, 2008d. Disponível em: <http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/C1DD5259-4011-4715-A8071FD71858D37C/0/Memorandum_of_Understanding_progress_report_and_timetable.pdf>. Acesso em: 13/07/2009.

_____. Press Release: **IASB publishes a discussion paper as first steps towards reducing complexity in reporting financial instruments**, 2008e. Disponível em: <<http://www.iasb.org/News/Press+Releases/IASB+publishes+a+discussion+paper+as+first+step+towards+reducing+complexity+in+reporting+financial+i.htm>>. Acesso em: 08/04/2010.

_____. International Financial Reporting Standard (IFRS) 9: **Financial Instruments**, 2009a. Disponível em: <www.iasb.org>. Acesso em 12/11/09.

_____. **Basis for Conclusions on IFRS 9 Financial Instruments**, 2009b. Disponível em: <www.iasb.org>. Acesso em 12/11/09.

_____. Exposure Draft July 2009 Snapshot. **Financial Instruments: classification and measurement**, 2009c. Disponível em: <www.iasb.org>. Acesso em: 14/10/2009.

_____. Exposure Draft April 2009. **Derecognition: proposed amendments to IAS 39 e IFRS 7**, 2009d. Disponível em: <<http://www.iasb.org>>. Acesso em 24/06/2010.

_____. Exposure Draft ED/2009/12. **Financial Instruments: Amortised Cost and Impairment**, 2009e. Disponível em: <<http://www.iasb.org>>. Acesso em 24/06/2010.

_____. Exposure Draft May 2010. **Fair Value Option for Financial Liabilities**, 2010. Disponível em: <<http://www.iasb.org>>. Acesso em 24/06/2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo, edição 30 anos de doutorado, p. 9-18, junho/2007.

Joint Working Group of Banking Associations on Financial Instruments. **Accounting for financial instruments for banks**. [S.l.], October, 1999.

KASSAI, José Roberto et al. **Retorno de investimento**: abordagem matemática e contábil do lucro empresarial. 3. ed.. São Paulo: Atlas, 2005.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU, 1980.

KPMG. *Reclassification amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement*. **Flash Report**, 2008. Disponível em: <<http://www.kpmg.com.au/Portals/0/08FR-49.pdf>>. Acesso em: 11/06/2010.

LAPPONI, Juan Carlos. **Estatística usando Excel**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LAUX, Christian; LEUZ, Christian. *The crisis of fair-value accounting: Making sense of the recent debate*. **Accounting, Organizations and Society**. [S.l.], v. 34, p. 826-834, 2009.

LELIS, Rogério José Furigo. **Estudo comparativo de métodos de cálculo de capital mínimo em instituições financeiras**. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

LEMES, Sirlei; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. Efeito da convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais do IASB. **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo: 2004.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade**: uma nova abordagem. 2. reimpr.. São Paulo: Atlas, 2007.

_____ et al. **Manual de contabilidade e tributação de instrumentos financeiros e derivativos**: (IAS 39, IAS 32, CPC 14, minutas do CPC 38,39 e 40, normas da CVM, do Bacen e da Receita Federal do Brasil). São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 2. ed.. São Paulo: Atlas, 2002.

MARKOWITZ, Harry. *Portfolio selection*. **Journal of Finance**. [S.l.], v. 7, n. 1, mar/1952.

MAROCO, João. **Análise Estatística com utilização do SPSS**. 3. ed.. Lisboa, Portugal, 2007.

MARTINEZ, Antonio Lopo. **“Gerenciamento” dos resultados contábeis**: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

MARTINS, Eliseu; ASSAF NETO, Alexandre. **Administração financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias**. São Paulo: Atlas, 1986.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed.. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Estatística Geral e Aplicada**. 3. ed.. São Paulo: Atlas, 2008.

_____; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MICHAELIS. Dicionário escolar língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

MOURA, Edvander; MARTINEZ, Antônio L. Ativos Fiscais Diferidos nas Instituições Financeiras: uma abordagem sobre riscos. **Contabilidade Vista & Revista**. [S.l.], v. 17, n. 2, p. 11-30, abr./ jun. 2006.

MURPHY, Ann B. *The impact of adopting International Accounting Standards on the Harmonization of Accounting Practices*. **The International Journal of Accounting**. [S.l.], v. 35, n. 4, p. 471-493, 2000.

NOBES, Christopher. Towards a general model of the reasons for international differences in financial reporting. **ABACUS**. [S.l.], v. 34, n. 2, p. 162-187, 1998.

ONO, Fabio Hideki. **O Acordo de Basiléia, a Adequação de Capital e a Implementação no Sistema Bancário Brasileiro**. Campinas, 2002. Monografia – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

PELEIAS, Ivam Ricardo et al. Demonstrações contábeis de bancos brasileiros: análise da evidenciação oferecida à luz do gerenciamento de riscos. **Base – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**. [S.l.], v. 4, n.1, p. 22-36, janeiro/abril 2007.

PEREIRA, Alexandre. **Guia prático de utilização do SPSS: análise de dados para as ciências sociais e psicologia**. 5. ed. revista e aumentada. Lisboa, Portugal: Silabo, 2004.

PETRESKI, Marjan. *The impact of International Accounting Standards on firms*. **Financial Accounting and Reporting Section (FARS) Meeting Paper**. University of American college, 2006.

POUNDER, Bruce. *Accounting for Financial Instruments: Post-Crisis Changes, Part 1. Strategic Finance*. Montvale, v. 91, n. 6, p. 19-21, 2009.

PYLE, David H. *Bank risk management: theory*. Research Program in Finance Working Paper RPF-272. **Conference on risk management and deregulation in banking**. Jerusalem, May 17-19, 1997.

POHLMANN, Marcelo Coletto. Harmonização contábil no Mercosul: a profissão e o processo de emissão de normas – uma contribuição. **Cadernos de Estudos**. São Paulo, n. 12, setembro/1995.

ROSS, Stephen A. et al. **Administração Financeira**. 8. ed.. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

SAMPIERI, Roberto Hernández et al. **Metodologia de Pesquisa**. 3. ed.. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SCHIPPER, K. *Earnings on management*. **Accounting Horizons**. [S.l.], v. 3, p. 91-102, 1989.

SCHROEDER, Richard; SCHAUER, David. *The Impact of SFAS No. 157 on Commercial Banks*. **International Advances in Economic Research**. [S.l.], v. 16, n. 2, p. 175-189, 2010.

SECURATO, José Roberto. **Decisões financeiras em condições de risco**. 2. ed.. São Paulo: Saint Paulo Editora, 2007.

SELLING, Thomas; STICKNEY, Clyde. *The effects of business environment and strategy on a firm's rate of return on assets*. **Financial Analysts Journal**. [S.l.], v. 45, n. 1, p. 43-52 +68, jan.- fev./1989.

SIEGEL, Sidney; CASTELLAN JR, N. John. **Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento**. 2. ed.. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. São Paulo: Atlas, 2001.

STEVENSON, William J. **Estatística Aplicada à Administração**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

TAVARES FILHO, Francisco. **Rentabilidade e valor das companhias no Brasil: uma análise comparativa das empresas que aderiram aos níveis de governança corporativa da BOVESPA**. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Atuária) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

TEZEL, Ahmet; McMANUS, Ginette M. *Disaggregating the return on equity: an expanded leverage approach*. **Journal of Applied Finance**. [S.l.], v. 13, n. 1, p. 66-71, Spring 2003.

WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **O Brasil e a harmonização contábil internacional: influências dos sistemas jurídicos e educacional, da cultura e do mercado**. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Contabilidade e Atuária) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

YOKOI, Yuki. Contabilidade Injusta? **Revista Capital Aberto**. [S.l.], ano 6, n. 63, p. 14-17, novembro/2008.

APÊNDICES

Apêndice 1: Comparação das demonstrações e dos indicadores pelas Regras IAS39/BACEN
versus IFRS 9

Apêndice 2: Planilha modelo de cálculo da simulação dos indicadores de rentabilidade

Apêndice 3: Planilha modelo de cálculo da simulação dos indicadores prudenciais

Apêndice 4: Planilha modelo de cálculo da simulação dos efeitos no P_{OPR} do grupo controle

Apêndice 5: Carta convite

Apêndice 6: Planilha anexa à carta convite

APÊNDICE 1: COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DOS INDICADORES PELAS REGRAS IAS 39/BACEN VERSUS IFRS 9

Neste apêndice é apresentado um comparativo entre a contabilização pela IAS 39 e Circular nº 3.068/2001 do Bacen *versus* como seria pela IFRS 9, para fins de ilustração e esclarecimento sobre a simulação utilizada nesta pesquisa.

Ressalte-se que o exemplo inclui a contabilização de investimentos em controladas, assunto não abordado pelas normas citadas. O objetivo desta é ilustrar que os ganhos ou perdas não realizados, referente aos títulos classificados como disponíveis para venda, na controlada, pelas normas vigentes, é reconhecido por equivalência, no PL, ao passo que, pela IFRS 9, com a reclassificação, tais ganhos ou perdas seriam tratados na DRE da controlada e seriam reconhecidos na controladora, por equivalência, também na DRE.

A título de simplificação, não são considerados os efeitos tributários. Os dados são fictícios, referente aos períodos de 2006, 2007 e 2008. Em 2006, é considerada a situação de realização de ganhos, por meio de venda de título. Em 2007, não há realização de ganhos ou perdas, enquanto 2008 considera a situação de realização de perdas. A importância dos três cenários está em destacar as variáveis que podem gerar distorção na simulação dos impactos nos indicadores.

A seguir são apresentados os lançamentos efetuados, em conformidade com as normas vigentes (IAS 39/Bacen):

<u>Lançamento</u>	<u>Ano</u>	<u>Descrição</u>	<u>Lançamento</u>	<u>Ano</u>	<u>Descrição</u>
SI		Saldos Iniciais, oriundo do Balanço Patrimonial de 2005.	(m)	2007	Aprop. Juros (C)- \$ 16
(a)	2006	Venda título por \$ 120.	(n)	2007	MTM (C) - \$ 77 (mercado = 77; curva = 96 : Perda =19)
(b)	2006	Baixa do título vendido, para apuração ganho na alienação	(o)	2007	Resultado participação de controlada - \$ 23
(c)	2006	Realização dos ganhos - apuração ganho na alienação	(p)	2007	Equivalência do Ajuste Av. Patr. Controlada - perda \$ 14
(d)	2006	Compra título (B) - custo \$ 65	(q)	2008	Aprop. Juros (C)- \$ 25
(e)	2006	Aprop. Juros (B) - \$ 22	(r)	2008	Venda (C) - 99
(f)	2006	MTM - \$ 98 (mercado = 98; curva = 87 : Ganho =11)	(s)	2008	Baixa do título vendido, para apuração ganho na alienação
(g)	2006	Venda (B) por \$ 100	(t)	2008	Realização das perdas - apuração perda na alienação
(h)	2006	Baixa do título (B), para apuração ganho na alienação	(u)	2008	Compra título (D)- custo \$ 50
(i)	2006	Realização dos ganhos de (B) - apuração ganho na alienação	(v)	2008	Aprop. Juros (D)- \$ 10
(j)	2006	Resultado participação de controlada - \$ 17	(w)	2008	MTM (D) - \$ 66 (mercado = 66; curva = 60 : Ganho =6)
(k)	2006	Equivalência do Ajuste Av. Patr. Controlada - \$ 12	(x)	2008	Resultado participação de controlada - perda \$ 7
(l)	2007	Compra título (C) - custo \$ 80	(y)	2008	Equivalência do Ajuste Av. Patr. Controlada - \$ 15
Nota:					
MTM		Sigla em inglês, que significa marcar a mercado			

Os razonetes correspondentes a esses lançamentos ficariam apresentados como segue:

Uma vez encerrados cada período, as demonstrações financeiras (Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício), de acordo com cada norma, seriam apresentados, como segue:

Banco Fictício S.A.								
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2005, 2006, 2007 e 2008								
(Em milhares de \$)								
Ativo	IAS 39/ Bacen				IFRS 9			
	2008	2007	2006	2005	2008	2007	2006	2005
Circulante	210	172	175	130	210	172	175	130
Disponibilidades	144	95	175	20	144	95	175	20
TVM (disponível para venda)	66	77	-	110	66	77	-	110
Não-Circulante	126	118	109	80	126	118	109	80
Investimento em controlada	126	118	109	80	126	118	109	80
Total Ativo	336	290	284	210	336	290	284	210
Passivo	2008	2007	2006	2005	2008	2007	2006	2005
Patrimônio Líquido	336	290	284	210	336	290	284	210
Capital Social	150	150	150	150	150	150	150	150
Lucros Acumulados	167	161	122	55	186	140	134	60
Ajuste Avaliação Patrimonial	19	(21)	12	5	-	-	-	-
Próprios	6	(19)	-	5	-	-	-	-
Coligadas ou Controladas	13	(2)	12	-	-	-	-	-
Total Passivo + PL	336	290	284	210	336	290	284	210

Banco Fictício S.A.						
Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008						
(Em milhares de \$)						
	IAS 39/Bacen			IFRS 9		
	2008	2007	2006	2008	2007	2006
Receitas da Intermediação Financeira	35	16	50	41	16	45
Juros	35	16	22	35	16	22
Ajuste Positivo de MTM	-	-	-	6	-	11
Ganhos alienação	-	-	28	-	-	12
Despesas da Intermediação Financeira	(22)	-	-	(3)	(19)	-
Ajuste Negativo de MTM	-	-	-	-	-19	-
Perdas alienação	(22)	-	-	(3)	-	-
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	13	16	50	38	(3)	45
Resultado de participações em coligadas e controladas	(7)	23	17	8	9	29
Lucro Líquido	6	39	67	46	6	74

Baseados nas demonstrações financeiras foram calculados o Indicador de Exposição do P_{OPR} (usando metodologia do Indicar Básico – BIA) e o PR, ambos necessários para o cálculo do Índice da Basiléia, sendo o PR também necessário para o cálculo do Índice de Imobilização.

No que tange à rentabilidade, foram calculados o ROA e ROE. Os indicadores são apresentados a seguir:

IAS 39/ Bacen				IFRS 9			
P_{OPR}				P_{OPR}			
IE	2008	2007	2006	IE	2008	2007	2006
Receita Interm.	35	16	50	Receita Interm.	41	16	45
Desp. Interm.	(22)	-	-	Desp. Interm.	(3)	(19)	-
Subtotal	13	16	50	Subtotal	38	(3)	45
Ganhos alienação TVM	-	-	28	Ganhos alienação TVM	-	-	-
Perdas alienação TVM	22	-	-	Perdas alienação TVM	-	-	-
IE	35	16	22	IE	38	(3)	45
Ajje	25	(19)	(5)	IE ajustado	60	(3)	17
IE ajustado	60	(3)	17	Diferença	(22)	-	28
P _{OPR} antes do ajuste	24			P _{OPR}	41,5		
P _{OPR} ajustado	39			P _{OPR} ajustado	39	3 diferença	

Partindo das demonstrações elaboradas conforme as normas vigentes, apurou-se o Ajje (Ajuste no IE – cálculo demonstrado no capítulo 5 – Metodologia), para que, considerando-o, pudesse ser apurado o saldo que seria obtido pela IFRS 9. Os detalhes sobre o Ajje seguem abaixo:

<u>Legenda</u>	<u>Ano</u>	<u>Próprios</u>	<u>Equação</u>	<u>Ajje</u>
(a)	2008	6	(a-b)	25
(b)	2007	(19)	(b-c)	(19)
(c)	2006	-	(c-d)	(5)
(d)	2005	5	--	--

Uma vez calculado o indicador ajustado (IE ajustado), comparou-se com o indicador calculado conforme a IFRS 9, identificando divergências nos anos de 2006 (\$ 28) e 2008 (-\$ 22), que se justificam pelos ganhos de 2006 e perdas de 2008, ambos destacados em preto, os quais não foram considerados quando da apuração do Ajje, conforme ressaltado na delimitação desta pesquisa.

Em consequência, o P_{OPR} calculado com base na IFRS 9 apresenta uma divergência de \$ 3, quando comparado ao P_{OPR} ajustado da IAS 39/Bacen para IFRS 9. A divergência entre os P_{OPR}s é justificada pela média entre os ganhos ou perdas não considerados no cálculo (média entre menos \$ 22 e \$ 28).

Com relação ao PR, conforme apresentado a seguir, partindo-se do saldo calculado conforme IAS 39/Bacen e efetuando-se os ajustes necessários (conforme metodologia apresentada no capítulo 5), para posterior comparação com o saldo calculado conforme IFRS 9, note-se que não existem divergências.

IAS 39/ Bacen				
PR		2008	2007	2006
Nível I	PL	336	290	284
	(-) MTM	(19)	21	(12)
Total Nível I		317	311	272
Nível II	(+) MTM	19	(21)	12
Total Nível II		19	(21)	12
Total PR		336	290	284
Ajpr		19	(21)	12
Nível I		336	290	284
Nível II		-	-	-
Total PR ajustado		336	290	284

IFRS 9				
PR		2008	2007	2006
Nível I	PL	336	290	284
	(-) MTM	-	-	-
Total Nível I		336	290	284
Nível II	MTM	-	-	-
Total Nível II		-	-	-
Total PR		336	290	284

Para fins de esclarecimento, o saldo do Ajpr foi apurado conforme detalhado a seguir:

	Legenda	2008	2007	2006
Próprios	(a)	6	(19)	-
Controladas	(b)	13	(2)	12
Ajpr	(a+b)	19	(21)	12

Da mesma forma que no PR, tomando por base os saldos conforme IAS 39/Bacen e apurando os ajustes necessários (conforme metodologia apresentada no capítulo 5), observa-se que o indicador ajustado corresponde ao indicador que seria apurado de acordo com a IFRS 9.

IAS 39/ Bacen				
ROA		2008	2007	2006
Lucro		6	39	67
Ativo Médio		313	287	247
PL Médio		310	268	214
% ROE		1,9%	14,6%	31,4%
% ROA		1,9%	13,6%	27,1%
Ajrent		40	(33)	7
Lucro ajustado		46	6	74
PL Médio ajustado		290	284	210
% ROE		15,9%	2,1%	35,2%
% ROA		14,7%	2,1%	30,0%

IFRS 9				
ROA		2008	2007	2006
Lucro		46	6	74
Ativo Médio		313	287	247
PL Médio		290	284	210
% ROE		15,9%	2,1%	35,2%
% ROA		14,7%	2,1%	30,0%

Para fins de esclarecimento, o saldo do Ajrent foi apurado conforme detalhado a seguir:

Ano	Legenda	Próprios	Legenda	Controladas	Equação	Ajrent
2008	(a)	6	(e)	13	[(a-b)+(e-f)]	40
2007	(b)	(19)	(f)	(2)	[(b-c)+(f-g)]	(33)
2006	(c)	-	(g)	12	[(c-d)+(g-h)]	7
2005	(d)	5	(h)	-	--	--

APÊNDICE 2: PLANILHA MODELO DE CÁLCULO DA SIMULAÇÃO DOS INDICADORES DE RENTABILIDADE

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P
1																
2		Banco de Dados														
3		6.1.6.10.10-9 (Próprios)		6.1.6.10.20-2 (Coligadas e Controladas)		1.0.0.00.00-7 (Ativo Circulante e Realizável a LP)		2.0.0.00.00-4 (Ativo Permanente)		6.0.0.00.00-2 (Patrimônio Líquido)		7.0.0.00.00-9 (Contas de resultado credora)		8.0.0.00.00-6 (Contas de resultado devedora)		
4	Banco	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	30/06/2008	31/12/2008	30/06/2008	31/12/2008	
5																

	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z	AA	AB
1												
2		Cálculo dos Indicadores de Rentabilidade										
3	Ativo Total		Lucro Líquido	Ativo Total			Lucro Líquido					
4	31/12/2007	31/12/2008	(antes)	Médio	PL Médio (antes)	Ajrent ₂₀₀₈ (liq)	(depois)	PL Médio (depois)	ROA (antes)%	ROA (depois)%	ROE (antes)%	ROE (depois)%
5	=G5+I5	=H5+J5	=SOMA(M5:P5)	=(Q5+R5)/2	=(K5+(L5-S5))/2	=(D5+F5)-(C5+E5)	=S5+V5	=(K5+(L5-W5))/2	=(S5/T5)*100	=(W5/T5)*100	=(S5/U5)*100	=(W5/X5)*100

APÊNDICE 3: PLANILHA MODELO DE CÁLCULO DA SIMULAÇÃO DOS INDICADORES PRUDENCIAIS

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
1		Efeito trib. =	0,6														
2		Z _{31/12/08} =	0,2														
3		fator =	0,035														
4		Abordagem (BIA, ASA ou ASA-2)	Índice de Imobilização	PR _(antes)						6.1.6.10.10-9 (Próprios)				6.1.6.10.20-2 (Coligadas e Controladas)			
5	Banco			Nível I	Nível II	Deduções	Total	PRE _(antes)	Popr _(antes)	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008
6							=SOMA(D6:E6)-F6										

	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z	AA	AB	AC	AD	AE	AF	AG
1																
2																
3																
4	3.0.3.40.00-8 (Títulos Disponíveis para Venda)						Títulos Patrimoniais	Patrimônio Referência								
5	30/06/2006	31/12/2006	30/06/2007	31/12/2007	30/06/2008	31/12/2008	31/12/2008	Ajpr _(liq)	Nível I _(depois)	Nível II _(depois)	Deduções	Total	Variação	% Nível II/ Nível I	Excesso Cap. Nível II	PR _(depois)
6								=M6+Q6	=D6+Y6	=E6-Y6	=F6	=Z6+AA6-AB6	=AC6-G6	=(AA6/Z6)*100	=SE(AE6>100%;AA6-Z6;0)	=AC6-AF6

	AH	AI	AJ	AK	AL	AM	AN
1							
2							
3							
4							
5	AjIE _{2006(bruto)}	AjIE _{2007(bruto)}	AjIE _{2008(bruto)}	AjIAE ₂₀₀₆	AjIAE ₂₀₀₇	AjIAE ₂₀₀₈	Efeito P _{OPR} (BIA)
6	=K6-J6/SC\$1	=(L6-K6)/SC\$1	=(M6-L6)/SC\$1	=SE(B6<>"BIA";(((R6+S6)/2)*SC\$3);0)	=SE(B6<>"BIA";(((T6+U6)/2)*SC\$3);0)	=SE(B6<>"BIA";(((V6+W6)/2)*SC\$3);0)	=SE(B6="BIA";((AH6+AI6+AJ6)/3*0,15*SC\$2);0)

	AO	AP	AQ
1			
2			
3			
4			
5	Efeito P _{OPR (ASA)}	Efeito P _{OPR (ASA-2)}	PRE _{depois}
6	=SE(B6="ASA";(((-(AK6+AL6+AM6)*0,15)+(AH6+AI6+AJ6)*0,18))/3*\$C\$2;0)	=SE(B6="ASA-2";(((-(AK6+AL6+AM6)*0,15)+(AH6+AI6+AJ6)*0,18))/3*\$C\$2;0)	=SE(AN6<>0;H6+AN6;SE(AO6<>0;H6+AO6;H6+AP6))

	AR	AS	AT	AU	AV	AW
1						
2						
3						
4						
5	Índice Imobilização _{depois}	Excesso Imobilização	Índice Basiléia _{antes}	Índice Basiléia _{depois}	Índice Basiléia/Nível I _{antes}	Índice Basiléia/Nível I _{depois}
6	=SE(AF6=0;C6;((C6*(G6-X6))/(AG6-X6)))	=SE(AR6<50;0;((C6*(G6-X6))-((AG6-X6)*0,5)))	=(G6*100)/(H6/0,11)	=((AG6-AS6)*100)/(AQ6/0,11)	=(D6*100)/(H6/0,11)	=(Z6*100)/(AQ6/0,11)

APÊNDICE 4: PLANILHA MODELO DE CÁLCULO DA SIMULAÇÃO DOS EFEITOS NO P_{OPR} DO GRUPO CONTROLE

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z	AA	AB	AC	AD	AE	AF
1	Efeito trib.	0,6	Abordagem de Indicador Básico (BIA)					Abordagem Padronizada Alternativa (ASA)																								
2	$z_{31/12/08} =$	0,2	0,15					0,12			0,15			0,18			0,18			0,18			0,15			0,12			0,12			
3	fator =	0,035	2006	2007	2008			2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008	
4			Total da IF					Varejo	Comercial	Finanças Corporativas			Negociação e Vendas			Pagamento e Liquidação			Serviços de Agência			Administração de Ativos			Corretagem de Varejo							
5	Banco	Abordagem	IE	IE	IE					n	POPR _(antes)	IAE	IAE	IAE	IAE	IAE	IAE	IE	IE	IE	IE	IE	IE	IE	IE	IE	IE	IE	IE	IE	IE	
6						=SOMA(MÁXIMO(C6*\$C\$2;0);MÁXIMO(D6*\$C\$2;0);MÁXIMO(E6*\$C\$2;0)) =CONT.SE(C6:E6;">0")																									=(SOMA(MÁXIMO(H6*\$H\$2+K6*\$K\$2+N6*\$N\$2+Q6*\$Q\$2+T6*\$T\$2+W6*\$W\$2+Z6*\$Z\$2+AC6*\$AC\$2;0);MÁXIMO(I6*\$H\$2+L6*\$K\$2+O6*\$N\$2+R6*\$Q\$2+U6*\$T\$2+X6*\$W\$2+AA6*\$Z\$2+AD6*\$AC\$2;0);MÁXIMO(J6*\$H\$2+M6*\$K\$2+P6*\$N\$2+S6*\$Q\$2+V6*\$T\$2+Y6*\$W\$2+AB6*\$Z\$2+AE6*\$AC\$2;0))/3)*\$B\$2	

[illegible]

	BB	BC	BD	BE	BF	BG	BH	BI	BJ	BK	BL	BM
1												
2												
3												
4												
5	AjIE ₂₀₀₆ (bruto)	AjIE ₂₀₀₇ (bruto)	AjIE ₂₀₀₈ (bruto)	AjIAE ₂₀₀₆	AjIAE ₂₀₀₇	AjIAE ₂₀₀₈	IE ₂₀₀₆ (depois)	IE ₂₀₀₇ (depois)	IE ₂₀₀₈ (depois)	n (depois)	P _{OPR BIA} (depois)	P _{OPR ASA} (depois)
6	= (AO6-AN6)/\$B\$1	= (AP6-AO6)/\$B\$1	= (AQ6-AP6)/\$B\$1	= ((AV6+AW6)/2)*\$B\$3	= ((AX6+AY6)/2)*\$B\$3	= ((AZ6+BA6)/2)*\$B\$3	= SE(B6="BIA";C6+BB6;0)	= SE(B6="BIA";D6+BC6;0)	= SE(B6="BIA";E6+BD6;0)	= CONT.SE(BH6:BJ6;">0")	= (SE(B6<>"BIA";0;(SOMA(MÁXIMO(BH6*\$C\$2;0);MÁXIMO(BI6*\$C\$2;0);MÁXIMO(BJ6*\$C\$2;0))/BK6))*\$B\$2	= SE(B6<>"ASA";0;(SOMA(MÁXIMO(BE6*\$K\$2+N6*\$N\$2+(Q6+BB6)*\$Q\$2+T6*\$T\$2+W6*\$W\$2+Z6*\$Z\$2+AC6*\$AC\$2;0);MÁXIMO(BF6*\$K\$2+O6*\$N\$2+(R6+BC6)*\$Q\$2+U6*\$T\$2+X6*\$W\$2+AA6*\$Z\$2+AD6*\$AC\$2;0);MÁXIMO(BG6*\$K\$2+P6*\$N\$2+(S6+BD6)*\$Q\$2+V6*\$T\$2+Y6*\$W\$2+AB6*\$Z\$2+AE6*\$AC\$2;0))/3))*\$B\$2

	BN	BO	BP	BQ	BR	BS	BT	BU	BV	BW
1										
2										
3										
4										
5	P _{OPR ASA-2} (depois)	P _{OPR (BIA)} variação	P _{OPR (ASA)} variação	P _{OPR (ASA-2)} variação	Efeito P _{OPR (BIA)}	Efeito P _{OPR (ASA)}	Efeito P _{OPR (ASA-2)}	Sem limitador	Com limitador	Diferença
6	= SE(B6<>"ASA-2";0;(SOMA(MÁXIMO((AG6-BE6)*\$AG\$2)+((AJ6+BB6)*\$AJ\$2);0);MÁXIMO((AH6-BF6)*\$AG\$2)+((AK6+BC6)*\$AJ\$2);0);MÁXIMO((AI6-BG6)*\$AG\$2)+((AL6+BD6)*\$AJ\$2);0))/3))*\$B\$2)	= SE(B6="BIA";BL6-G6;0)	= SE(B6="ASA";BM6-AF6;0)	= SE(B6="ASA-2";BN6-AM6;0)	= SE(B6="BIA";SOMA(BB6:BD6)/3*\$C\$2*\$B\$2;0)	= SE(B6="ASA";((BE6+BF6+BG6)*\$K\$2)+((BB6+BC6+BD6)*\$Q\$2))/3*\$B\$2;0)	= SE(B6="ASA-2";((BE6+BF6+BG6)*\$AG\$2)+((BB6+BC6+BD6)*\$AJ\$2))/3))*\$B\$2;0)	= SE(B6="BIA";BR6;SE(B6="ASA";BS6;BT6))	= SE(B6="BIA";BO6;SE(B6="ASA";BP6;BQ6))	= BV6-BU6

APÊNDICE 5: CARTA CONVITE

São Paulo, ___ de ___ de 2010.

A/C Sr. _____

Prezado(s) Senhor(es),

Meu nome é Diana Almeida e estou concluindo meu mestrado “*stricto sensu*” em Controladoria e Contabilidade na FEA-USP. A minha pesquisa acadêmica é na linha de Contabilidade Internacional e o título preliminar da dissertação que pretendo defender é “*IFRS 9 e os impactos nos indicadores prudenciais e de desempenho dos bancos brasileiros*”. O orientador da minha dissertação é o Prof. Dr. Nelson Carvalho.

Ao alterar a classificação dos instrumentos financeiros, com a introdução da IFRS 9, surgiu a indagação sobre seus possíveis impactos mais significativos, principalmente nos índices prudenciais e de rentabilidade dos bancos brasileiros. Analisando especificamente o Índice Basileia, é intuitivo que o impacto poderá ocorrer no patrimônio para cobertura de risco de mercado e no de risco operacional. Entretanto, para fins desta pesquisa, focaremos apenas no risco operacional, por este ser baseado em dados contábeis, em qualquer das três metodologias de cálculo, conforme Circular do Bacen nº 3.383/2008.

O trabalho assume o pressuposto de que todos os ativos financeiros classificados pela IAS 39 como **disponível para venda** (*available for sale*), serão reclassificados, pela IFRS 9, para a categoria de valor justo, com efeitos no resultado. Assim, a fim de analisar os efeitos nos indicadores, a pesquisa pretende trabalhar com uma simulação, com base nos dados de 31/12/2008. Para isso, são necessários dados que não se encontram divulgados em bases de acesso público. Entre eles:

- (a) Ajuste positivo e negativo de marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda, reconhecidos em conta específica no Patrimônio Líquido; e
- (b) Indicador de Exposição (IE) e Indicador Alternativo de Exposição (IAE) utilizado no cálculo do Patrimônio Referência Exigido para os riscos operacionais (P_{OPR}).

A qualidade do meu trabalho muito se elevaria se V. Sa(s). aceitassem participar da pesquisa, fornecendo os dados necessários como previsto na planilha anexa. Ressalto que o trabalho tem motivação exclusivamente acadêmica e o sigilo dos dados fornecidos por V. Sa(s) fica previamente comprometido por mim e pelo meu orientador, estando ambos de nós dispostos a firmar documento formal nesse sentido se necessário de sua parte.

Antecipadamente agradecemos,

Diana Almeida

Prof. Nelson Carvalho

Anexo: planilha, como mencionado

APÊNDICE 6: PLANILHA ANEXA À CARTA CONVITE

Instruções de preenchimento:

- 1) Todos os dados da coluna de Dados Contábeis devem ser preenchidos.
- 2) Na coluna de abordagens para cálculo Popr, preencher apenas com os dados referente a abordagem utilizada no cálculo do Índice Basileia de 31/12/2008.

Dados Contábeis - Balancete (4040)

Conta Contábil - 61610109 (Próprios)

Data	Saldo em Reais
31/12/2005	
30/06/2006	
31/12/2006	
30/06/2007	
31/12/2007	
30/06/2008	
31/12/2008	

Conta Contábil - 61610202 (Coligadas e Controladas)

Data	Saldo em Reais
31/12/2005	
30/06/2006	
31/12/2006	
31/12/2007	
30/06/2008	
31/12/2008	

Conta Contábil - 30340008 (Títulos Disponível para Venda)

Data	Saldo em Reais
30/06/2006	
31/12/2006	
30/06/2007	
31/12/2007	
30/06/2008	
31/12/2008	

Abordagens para cálculo Popr (DLO 2041)
--

1. Abordagem de Indicador Básico (BIA)

Ano	Linhas de Negócio (LOB)	Indicador de Exposição (IE)
2006	Total da IF	
2007	Total da IF	
2008	Total da IF	

2. Abordagem Padronizada Alternativa (ASA)

Ano	Linhas de Negócio (LOB)	IAE
2006	Varejo	
2007	Varejo	
2008	Varejo	
2006	Comercial	
2007	Comercial	
2008	Comercial	

Ano	Linhas de Negócio (LOB)	Indicador de Exposição (IE)
2006	Finanças Corporativas	
	Negociação e Vendas	
	Pagamento e Liquidação	
	Serviços de Agência	
	Administração de Ativos	
	Corretagem de varejo	
2007	Finanças Corporativas	
	Negociação e Vendas	
	Pagamento e Liquidação	
	Serviços de Agência	
	Administração de Ativos	
	Corretagem de varejo	
2008	Finanças Corporativas	
	Negociação e Vendas	
	Pagamento e Liquidação	
	Serviços de Agência	
	Administração de Ativos	
	Corretagem de varejo	

3. Abordagem Padronizada Alternativa Agregada (ASA-2)
--

Ano	Linhas de Negócio (LOB)	IAE
2006	Varejo e Comercial	
2007	Varejo e Comercial	
2008	Varejo e Comercial	

Ano	Linhas de Negócio (LOB)	Indicador de Exposição (IE)
2006	Demais linhas de negócio	
2007	Demais linhas de negócio	
2008	Demais linhas de negócio	